

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 23 / 2016

29 de novembro de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 29 de novembro de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 16 de novembro de 2016

	Página
Votos de Pesar	7
Atas da Câmara Municipal de Odivelas	8
13.ª Modificação Orçamental - 11.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2016	8
14.ª Modificação Orçamental - 3.ª Revisão Orçamental (extraordinária) de 2016	8
Objetivos Estratégicos do Município do Odivelas para o ano de 2017	9
Aquisição da totalidade das participações sociais da empresa “Odivelas Viva, S.A.”	10
Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste	10
Constituição de fundo de maneiio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas	11
Retificação das Peças do Procedimento - Empreitada de Remodelação e Ampliação da Escola dos Castanheiros, em Caneças	11
Protocolo a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e o Município de Odivelas	11
Alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança, do Município de Odivelas em vigor	13
Revisão do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura e Espaço Público de Odivelas	25
Isenção de pagamento de taxas relativo a visitas realizadas ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo no dia 20 de novembro de 2016	26
Acordos de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas e as Juntas de Freguesia do Concelho, para colocação de iluminações e enfeites de Natal	26
Mapas de Turnos das Farmácias do Concelho de Odivelas para 2017	31
Aceitação do patrocínio da Pastelaria e Confeitaria Dominó II, Lda.	31
Delimitação da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima	31
Termos de referência da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima	32
Relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima	33
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 66, inserido no Bairro Monte Verde, União das Freguesias de Ramada e Caneças	35

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS	35
EDITAIS	36
AVISOS	37
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	47



	Página
ASSEMBREIA MUNICIPAL	
5.ª SESSÃO ORDINÁRIA realizada em 24 de novembro de 2016	
Votos de Pesar	67
Moções	67
Proposta de Recomendação	67
Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017	68
Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas para 2017	69
Retirada de Pontos da Ordem do Dia da Presente Reunião	70
 ANEXO	
Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança (audiência dos interessados)	71



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

22.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 16 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE PESAR

FALECIMENTO DE MIGUEL LUÍS KOLBACK DA VEIGA

“Faleceu no passado dia 14 de Novembro, com 80 anos, Miguel Luís Kolback da Veiga.

Miguel Luís Kolback da Veiga, nasceu no Porto, a 30 de junho de 1936. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi um dos fundadores da democracia portuguesa, enquanto deputado à Assembleia Constituinte. Foi também um dos fundadores do Partido Popular Democrático (hoje PSD) em 1974, ao lado de Francisco Sá Carneiro, Magalhães Mota, Francisco Pinto Balsemão, entre outros.

Homem de grande dimensão cultural, foi membro do júri do Prémio Pessoa desde a sua fundação, em 1987, e foi autor de inúmeros textos de índole literária e cultural.

Na sua dimensão profissional, foi um ilustre advogado, distinguindo-se em vários trabalhos forenses e jurídicos.

O seu nome é indissociável de inúmeras causas de cidadania pelas quais sempre se bateu ao longo de toda a sua vida, tendo sido sempre uma voz de referência em diferentes espaços públicos de discussão política e cultural, sendo por isso agraciado com a Ordem da Liberdade (Grande Oficial). Foi uma personalidade reconhecida pela sua enorme coragem, pela sua forte personalidade e pelo seu pensamento livre.

A força do seu carácter e das suas convicções, patentes na distinta qualidade das suas intervenções, permanecerá como exemplo para todos quantos queiram acrescentar valor à sociedade em que vivemos.

Por todas as dimensões evidenciadas, no reconhecimento da sua intervenção enquanto cidadão, político e homem da cultura, a Câmara Municipal de Odivelas, reunida em 16 de Novembro, manifesta o seu profundo pesar pelo

desaparecimento deste vulto da história contemporânea portuguesa.”

(Apresentado pelo PSD e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 16 de Novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

FALECIMENTO DE ALFREDO BRUTO DA COSTA

“Alfredo Bruto da Costa é uma daquelas personalidades que engrandecem uma nação e que tornam possível aos seus concidadãos acreditarem que existem homens justos e bons; homens cuja alegria de viver radica no amor que aos outros é transmitido, através de um serviço permanente de cidadania, em prol do bem-estar de quem mais necessita e sofre.

Nasceu em Goa no ano de 1938 e veio a falecer no passado dia 11 de novembro. Em termos académicos licenciou-se em Engenharia no Instituto Superior Técnico. Veio, depois, a doutorar-se em Ciências Sociais pela University of Bath, no Reino Unido.

A questão da pobreza granjeou um papel central nas preocupações de Alfredo Bruto da Costa. Não por acaso, a sua tese de doutoramento, intitulou-se "O Paradoxo da Pobreza - Portugal, 1980-1989". Recusou todos os lugares comuns no que à pobreza dizem respeito, tendo afirmado, em entrevista concedida em junho de 2007: "o mal está naquilo que fica por fazer. Ter trabalho não é garantia de não viver na pobreza".

No plano da docência universitária exerceu magistério na Universidade Católica Portuguesa (UCP); no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG); no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Nos seus ensinamentos sempre as áreas da pobreza e exclusão social, dos problemas sociais e das políticas sociais foram matéria privilegiada.

Em termos políticos desempenhou diferentes cargos mas todos da maior relevância. Foi Ministro da Coordenação Social e dos Assuntos Sociais do Governo da Primeira-Ministra, Maria de Lurdes Pintasilgo; assumiu as funções de Provedor da Santa Casa da Misericórdia entre 1974 e 1980; foi Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP), desde 2008 até finais de 2014; tendo sido, ainda, membro do Conselho de Estado, de Setembro de 2014 a Janeiro de 2016.



Ao evocar Alfredo Bruto da Costa sabemos que estamos a fazer inteira justiça. Pois trata-se, sem dúvida, de um cidadão exemplar da República Portuguesa.

A Câmara Municipal de Odivelas apresenta, assim, as suas mais sentidas condolências a toda a sua família e amigos.”

(Apresentado pelo PS e aprovado, por unanimidade)

Odivelas, 16 de Novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2013 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 7.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 10 de abril de 2013.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 10 de abril de 2013)

ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 10.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 18 de maio de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 18 de maio de 2016)

ATA DA 12.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 12.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 15 de junho de 2016.

(Aprovado por unanimidade dos presentes na citada reunião, de 15 de junho de 2016)

ORÇAMENTO

13.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 11.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIA 2016

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas relativamente à autorização da 11.ª Alteração Orçamental (extraordinária) de 2016, 13.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2016/11154, de 2016.11.10 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

“11.ª Alteração Orçamental (Extraordinária)

A 11.ª Alteração Orçamental (Extraordinária) de 2016, reveste-se de caráter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar vários projetos, dos quais se destacam: o projeto referente ao “Pavilhão Multiusos de Odivelas”, com o valor de 32.000,00€ (trinta e dois mil euros), bem como, o projeto “Consumos de Energia”, no valor de 240.800,00€ (duzentos e quarenta mil e oitocentos euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 301.832,78€ (trezentos e um mil, oitocentos e trinta e dois euros e setenta e oito cêntimos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 217.088,00€ (duzentos e dezassete mil e oitenta e oito euros), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	300.832,78	83.744,78
Total de Despesas Capital	1.000,00	218.088,00
Total Geral	301.832,78	301.832,78

(...)”

(Aprovado por maioria)

14.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL EXTRAORDINÁRIA 2016

3.ª Revisão Orçamental (extraordinária) de 2016, 14.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2016/11182, de 2016.11.11 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS****OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS
ANO DE 2017**

Objetivos Estratégicos do Município do Odivelas para o ano de 2017, nos seguintes termos, de acordo com a Proposta n.º 17/PRES/2016, de 2016.11.08:

“I- Missão

A prossecução do interesse público e a satisfação das necessidades coletivas essenciais serão os elementos fundamentais a ter em conta e que devem expressar-se através de políticas de proximidade, de subsidiariedade e de desenvolvimento e integração social, sem colocar em causa a sustentabilidade do Município.

II- Visão

O Município de Odivelas deve orientar a sua atividade no sentido da interação com os diversos agentes do Concelho, quer ao nível do tecido Associativo, quer do tecido Empresarial, quer inclusive com outros órgãos do poder central e autárquico, promovendo a participação, estimulando a cooperação e ser fator de agregação para uma maior intervenção cívica na definição dos destinos do Concelho.

III-Objetivos Estratégicos

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS – ANO 2017	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	COMPROMISSOS
I. Odivelas: Mais Equipamentos, mais infraestruturas, mais e melhor espaço público e ambiente	<p>a) Promover a construção de novos equipamentos que se traduzam numa maior qualidade de vida para os nossos munícipes e de um melhor serviço prestado pela autarquia. Assim, prevê-se, entre outras, a construção da Unidade de Saúde de Odivelas, a construção/alargamento da Escola dos Castanheiros de Caneças e do Pavilhão da Escola António Gedeão;</p> <p>b) Realizar obras de manutenção/requalificação em infraestruturas existentes, como forma de as valorizar e adequar às novas exigências, salientando-se as obras no Centro Infantil de Odivelas, as obras de recuperação da Quinta do Espírito Santo, a repavimentação das vias municipais nas diversas Freguesias e, em colaboração com os SIMAR, será promovido o reforço do serviço de abastecimento de água, bem como a melhoria na rede de saneamento básico;</p> <p>c) Ao nível do espaço público e ambiente serão realizados investimentos significativos na construção do Parque das Colinas do Cruzeiro, na construção de novas zonas verdes bem como o reforço da manutenção dos espaços verdes já existentes. Ainda neste domínio continuará a ser prioridade do Executivo Municipal, o reforço da limpeza urbana bem como da limpeza das linhas de água, em colaboração com as Juntas de Freguesia.</p>

2. Mais educação, mais inclusão social, mais desporto e mais cultura	<p>Mais educação Neste âmbito destacam-se os seguintes objetivos:</p> <p>a) Continuidade do programa de oferta das fichas escolares para todos os alunos do 1º Ciclo;</p> <p>b) O fornecimento de 3 refeições diárias nas escolas do 1º Ciclo;</p> <p>c) Assegurar o apoio no transporte de crianças com deficiência;</p> <p>d) Articular com os Agrupamentos Escolares as definições estratégicas que visem a promoção do sucesso educativo;</p> <p>e) As obras de manutenção/requalificação dos estabelecimentos escolares que sejam competência do Município;</p> <p>f) Reforço da rede pré-escolar, com a criação de mais vagas para esta fase etária;</p> <p>g) Revisão da carta educativa concelhia de modo a otimizar os recursos existentes.</p> <p>Mais inclusão social</p> <p>a) Interação com as estruturas Associativas do Concelho no sentido da criação de condições que visem minorar as dificuldades de muitos dos nossos munícipes;</p> <p>b) Revisão das regras do Fundo de Emergência Social do Município de Odivelas, no sentido de permitir um maior apoio a munícipes carenciados e/ou com dificuldades temporárias;</p> <p>c) Apoiar, ao abrigo do Programa de Apoio do Município de Odivelas (PAMO), as diferentes instituições que promovam atividades/iniciativas de relevante interesse municipal e que se enquadrem nos objetivos do PAMO;</p> <p>d) Promover uma maior dinâmica no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, através de uma acrescida qualificação no atendimento, apoio e acompanhamento aos cidadãos e famílias em situações de pobreza e de exclusão social.</p> <p>Mais desporto</p> <p>a) Dinamizar a atividade desportiva, formal e informal, no Concelho de Odivelas, através de iniciativas promovidas pela Autarquia;</p> <p>b) Apoiar o movimento associativo, ao nível do desporto, divulgando e patrocinando iniciativas e colocando os meios da autarquia ao dispor do Associativismo local;</p> <p>c) Promover e reforçar o Programa Desporto Sénior;</p> <p>d) Construir, renovar e otimizar os diferentes parques de manutenção do Concelho.</p> <p>Mais cultura</p> <p>a) Apostar na colaboração dos agentes locais para promoção da cultura concelhia;</p> <p>b) Promover uma agenda cultural de qualidade, quer ao nível de exposições, de obras literárias e de espetáculos.</p>
	<p>Neste capítulo os objetivos estratégicos do Município de Odivelas concentram-se nos seguintes:</p> <p>a) Isenção da Derrama para todas as pessoas coletivas que tenham instalado ou venham a instalar a sua sede social no Concelho de Odivelas e que tenham criado ou venham a criar, e mantenham, no ano de 2017, postos de trabalho;</p> <p>b) Criação de condições para atração de investimentos que promovam o desenvolvimento económico e a empregabilidade;</p> <p>c) Apostar na Star-in/Incubadora de empresas, como polo dinamizador do empreendedorismo.</p>



4. Mais equilíbrio e mais sustentabilidade	Continuar o esforço de recuperação financeira do Município, através da diminuição da dívida, libertando recursos municipais para a realização de obras e iniciativas a favor dos municípios de Odivelas.
5. Mais habitação, mais requalificação de zonas urbanas e mais proteção aos nossos Municípios	a) Nesta área de intervenção do Município destaca-se o investimento nos imóveis municipais para recuperação de frações que se encontram devolutas ou em estado de conservação precário, colocando-as ao serviço da população que necessita de habitação social; b) Promover a continuidade das intervenções em zonas urbanas históricas ou de génese ilegal, promovendo a melhoria contínua da vivência nesses espaços.
6. Comunicação e Transparência	A comunicação e transparência são dois pilares fundamentais em qualquer instituição moderna e aberta e, nesse sentido, o Município de Odivelas define como objetivos estratégicos nesta área: a) Otimizar a informação/comunicação municipal, principalmente ao nível da relação com os nossos concidadãos; b) Apostar na contínua melhoria dos procedimentos internos e na melhoria do atendimento, desburocratizando os procedimentos, como forma de transparência e de maior proximidade com o município; c) Dinamizar iniciativas que contem com a participação direta dos municípios no governo do território, como é o caso do Orçamento Participativo; d) Promover uma imagem diferenciadora e de qualidade do Município de Odivelas, quer ao nível do próprio Concelho quer a nível Nacional.”

(*excerto da Proposta n.º 17/PRES/2016*)

(Aprovado por maioria)

EMPRESA ODIVELAS VIVA, S.A.

AQUISIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Proposta de aquisição da totalidade das participações sociais da empresa “Odivelas Viva, S.A.”, nos seguintes termos, de acordo com a Proposta n.º 18/PRES/2016, de 2016.10.11:

“...proposta de aquisição, que engloba os ativos de infraestruturas escolares de ensino básico, consubstanciados na Escola EB1/JI do Casal dos Apréstimos, situada na Freguesia da Ramada, com valências de Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º ciclo, e o Pavilhão Multiusos de Odivelas, instruída com o respetivo documento anexo que materializa o Estudo de Racionalidade Económica e Financeira efetuado por empresa externa aos serviços municipais, após o que a mesma será submetida a apreciação da Assembleia Municipal, como órgão com competência para deliberar sobre esta matéria nos termos do previsto no artigo 25.º, n.º 1, alínea n) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seguindo-se a restante tramitação processual.

Do ponto de vista dos encargos, o Município apenas tem que despende €27.540,20 (vinte e sete mil quinhentos e quarenta euros e vinte centimos), correspondente ao valor dos 51% de ações pertencentes ao parceiro privado.

A operação que se propõe, constitui um decréscimo de despesa para o Município ao longo do período da parceria, não implicando um aumento da despesa, mas traduzindo, isso sim, uma poupança da ordem dos €912.000,00 anuais, para além de constituir uma intervenção que resulta num investimento e correspondente aumento dos ativos do Município.” (*excerto da Proposta n.º 18/PRES/2016*)

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por unanimidade)

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE

Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11127, de 2016.11.10:

Emissão de parecer favorável à criação, por decreto-lei, do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, bem como da sociedade concessionária da respetiva exploração e gestão do sistema, nos termos da referida informação e de acordo com a documentação anexa;

Pedido de confirmação da manutenção da integração do Município de Odivelas na sociedade concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Grande Lisboa e Oeste, a Águas do Tejo Atlântico, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujo capital social é de €113.527.680,00 (cento e treze milhões quinhentos e vinte e sete mil e seiscentos e oitenta euros) detendo nela o Município de Odivelas a participação de acionista, conforme figura no Anexo I ao projeto do referido decreto-lei;

Acordo Parassocial, anexo à referida informação, que será celebrado entre todos os acionistas da Águas do Tejo Atlântico, S.A., e que visa regular algumas matérias relativas à sociedade.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)



FUNDO DE MANEIO

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ODIVELAS

Constituição de fundo de maneiio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odivelas, "...no valor mensal de €200,00 (duzentos euros), atualizado mensalmente, a ter efeitos no mês de novembro e totalizando €400,00 (quatrocentos euros) para o ano de 2016 (2 meses) e €2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) para o ano de 2017 (12 meses), contra a apresentação de contas no final de cada mês..." (*excerto da informação n.º Interno/2016/11109, de 2016.11.09*), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11109, de 2016.11.09.

Ainda relativamente à informação acima referida foi efetuada, no decorrer da discussão deste ponto na presente reunião, a seguinte alteração, constante na minuta da ata: "Na informação, pag. 2/3, onde se lê "rubrica: Proj.2016/A/23 e COE: 2603/04070102", deverá ler-se "rubrica: Proj.2016/A/235 e COE: 2603/020121 e 020225".

(Aprovado por unanimidade)

ESCOLA DOS CASTANHEIROS

REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO – RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, datado de 2016.11.04, para retificação das Peças do Procedimento, no âmbito da Empreitada de Remodelação e Ampliação da Escola dos Castanheiros, em Caneças, cuja abertura do procedimento adjudicatório foi aprovada na 19.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2016 (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 20/2016, de 18 de outubro), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10877, de 2016.11.04.

(Aprovado por unanimidade)

HABITAÇÃO

PROTOCOLO ENTRE O IHRU E O MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Protocolo a celebrar entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e o Município de Odivelas, cuja finalidade é definir os termos e condições de cooperação institucional no âmbito do Programa do

IHRU "Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível. Este programa tem como "...objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que após a reabilitação se destinem predominantemente a fim habitacional, devendo as frações habitacionais destinar-se a arrendamento em regime de renda condicionada...", nos termos do constante no referido protocolo. De acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11128, de 2016.11.10.

"PROTOCOLO ENTRE
O INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA
REABILITAÇÃO URBANA, I.P.
E A
CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Considerando que:

- A reabilitação das áreas urbanas antigas, em especial os centros históricos, é um desígnio nacional;

- Este desígnio se constitui como um enorme desafio para todas as entidades, sejam elas públicas ou privadas e visa regenerar os centros urbanos, contribuir para a sua dinamização e valorização económica e facilitar o acesso das famílias à habitação;

- A aposta do setor da reabilitação urbana, a par de outras iniciativas, contribui indubitavelmente para a criação de emprego e a dinamização do mercado do arrendamento;

- O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., tem por missão assegurar a concretização da política definida pelo Governo para as áreas da habitação e da reabilitação urbana;

- O IHRU, I. P., neste contexto, criou uma linha de financiamento, designada por Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível, por forma a concorrer, simultaneamente, para o alcance dos objetivos estabelecidos nos vários documentos estratégicos e de política pública em matéria de Reabilitação Urbana, e cuja disseminação e operacionalização se ambiciona que seja o mais abrangente possível;

- O novo programa "Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível", tem por objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que após a reabilitação se destinem predominantemente a fim habitacional, devendo as frações habitacionais destinar-se a arrendamento em regime de renda condicionada;

- A Câmara Municipal de Odivelas está fortemente empenhada em promover a reabilitação urbana do centro histórico de Odivelas bem como dos imóveis antigos que estejam degradados, apoiando os proprietários nos processos de licenciamento dos imóveis a reabilitar.



Assim, entre:

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., adiante designado por 1.º Outorgante ou IHRU, I. P., com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 – 8.º andar, em Lisboa, representado neste ato pelo Presidente do Conselho Diretivo, Senhor Arq. Vítor Reis;

e

A Câmara Municipal de Odivelas, adiante designada como 2.º Outorgante ou Câmara Municipal, representado neste ato pelo seu Presidente, Sr. Dr. Hugo Martins;

É celebrado o presente protocolo de cooperação institucional, no âmbito do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”.

Cláusula 1.ª

1. O presente protocolo tem como finalidade definir os termos e condições de cooperação institucional no âmbito da promoção do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”.

2. O enquadramento desta parceria obedece ao previsto nos diplomas e no regulamento definido para o programa.

Cláusula 2.ª

Os ora outorgantes estabelecerão, por escrito, a informação que é considerada relevante para efeitos da cláusula anterior, sem prejuízo de outras que venham a ser definidas no futuro.

Cláusula 3.ª

Neste termos, o IHRU, I. P., obriga-se a:

1. Promover e realizar ações de formação dirigidas aos elementos que venham a ser designados pela Câmara Municipal.

2. Assegurar o apoio à Câmara Municipal na divulgação e esclarecimentos sobre o programa, através de um canal aberto no Instituto para o efeito.

3. Manter actualizada a informação relativa ao programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível” e informar a Câmara Municipal dessas atualizações.

4. Facultar à Câmara Municipal o material de suporte de que disponha em relação à informação sobre o programa.

Cláusula 4.ª

Por seu turno, a Câmara Municipal obriga-se a:

1. Informar os proprietários, que sejam detentores de património habitacional a carecer de reabilitação, promovendo junto destes a divulgação do programa “Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível”.

2. Contribuir para a divulgação pública do programa nomeadamente difundindo a informação facultada pelo IHRU, I.P.

3. Apoiar os promotores, proprietários e projetistas nos processos de licenciamento das obras de reabilitação dos imóveis candidatos ao programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível.

Cláusula 5.ª

1. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas Terceira e Quarta, e com o propósito de agilizar e articular os processos da cooperação institucional, os outorgantes acordam designar um representante de cada um deles, que será o gestor.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, são designados:

a) Em representação da Câmara Municipal de Odivelas Arq. David GIL, Arq. Fernando Gordo e Arq. Luis Grave

b) Em representação do IHRU, I.P., _____.

Cláusula 6.ª

1. O IHRU, I.P., aceita a extensão deste protocolo a outras entidades que venham a ser identificadas pela Câmara Municipal, no domínio da divulgação e do apoio técnico no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar – Habitação Acessível.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, essas entidades devem manifestar a sua vontade, de forma expressa, junto da Câmara Municipal e do IHRU, I. P., mediante simples comunicação por correio eletrónico, daquela intenção.

Cláusula 7.ª

1. O presente Protocolo é celebrado por o período de três anos, produzindo efeitos na data da sua assinatura.

2. Findo o prazo referido no número anterior, o Protocolo considera-se automaticamente renovado por igual período, se não for denunciado por qualquer uma das partes, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação ao seu termo ou de qualquer uma das suas renovações, mediante carta registada com aviso de receção para a morada oficial das partes.

Feito em dois exemplares, de igual valor e conteúdo, valendo os mesmos como originais, ficando um em poder



do IHRU e outro em poder da Câmara Municipal de Odivelas.

O PRESIDENTE DO
IHRU

O PRESIDENTE DA
CÂMARA

Víctor Reis

Hugo Martins

_____, ____ de _____ de 20__.”

(Aprovado por unanimidade)

TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SUAS NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA, DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DISCUSSÃO PÚBLICA

Proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança, do Município de Odivelas em vigor. Esta proposta carece, ainda, de audiência dos interessados, pelo período de 30 dias contados a partir da data da sua publicação, no Boletim Municipal, de acordo e conforme consta na informação n.º interno/2016/11082, de 2016.11.09, com as seguintes alterações:

Na página n.º 3, art.º 4º, n.º 2 onde se lê “taxas previstas no n.º 2 do artigo 51º” deverá ler-se “taxas previstas no n.º 4 do artigo 51º”;

Na página n.º 5, art.º 167º, n.º 4 onde se lê “Para os efeitos previstos no número anterior é aumentado do prazo...” deverá ler-se “Aumento do prazo...”;

Na página n.º 5, art.º 167º, n.º 5 retirar no início da frase “Para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do presente artigo”;

Em todo o documento onde se lê “Seções” deverá ler-se “Secções”.

“(…) Assim, foram inseridas as seguintes alterações:

I – Melhoria de texto:

Artigo 2.º Isenções e reduções gerais

(...)

3 - Sem prejuízo de quaisquer outras isenções estabelecidas na lei, gozam de isenção, mediante requerimento devidamente fundamentado, do pagamento

das taxas previstas no presente Regulamento, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, **escolas, associações de pais, associações de estudantes**, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos do ordenamento jurídico português, relativamente às atividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários, mediante apresentação dos respetivos estatutos.

(...)

Artigo 4.º

Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal – Redução específica

(...)

2 - As taxas devidas pela conclusão do controlo prévio urbanístico, previstas no artigo 43.º, do presente Regulamento, serão reduzidas em 50% no seu valor, desde que o pedido para a legalização ou para a construção do lote tenha sido requerido no prazo de um ano, contado a partir da data de emissão do alvará de loteamento ou da data do aditamento ao alvará de loteamento onde o lote esteja incluído e desde que as taxas previstas no n.º 4 do artigo 51.º, do presente Regulamento tenham sido pagas nos termos do número anterior.

3 - (Revogado)

Artigo 10.º-A

Isenção e reduções de valores da Start In Odivelas - Incubadora de empresas

(...)

Artigo 10.º-E

Isenções e reduções nas visitas guiadas

(...)

3 – Estudantes com mais de 12 anos, desempregados, professores e portadores de cartões municipais beneficiam de uma redução de 35%.

4 – Os participantes em atividades organizadas pela Câmara Municipal, em eventos e datas comemorativas, beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.



Artigo 120.º

Fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública

1 – Pelo fornecimento de peças processuais, **não desmaterializado**, no âmbito da contratação de aquisição de bens e serviços72,38

2 – Pelo fornecimento de peças processuais, **não desmaterializado**, no âmbito da contratação de empreitadas de obras públicas:

(...)

Artigo 140.º

Animais – Remoção, eliminação, alojamento, transporte, e restituição

1 - Remoção de cadáveres de animais:

a) Por cadáver.....2,03

b) Por cada cadáver adicional.....0,50

2 - Eliminação de cadáveres de animais, por kg.1,22

(...)

5 – Por restituição de animais de companhia adotados, sem justificativo de índole médica ou legal..... 40,65

CAPÍTULO VI

Start In Odivelas - Incubadora de empresas

Artigo 140.º- A
Incubadora física

Pela utilização exclusiva das salas da *Start In Odivelas - Incubadora de empresas*, nos termos previstos no número 1, do artigo 12.º, do Regulamento da Start In Odivelas - Incubadora de Empresas, com exceção do valor do consumo com a eletricidade, é devido, por mês e m²....7,50

II – Revogação parcial de artigos com novas redações:

Artigo 138.º
Oftalmologia

(...)

d) (Revogado)

e) (Revogado)

III - Modificação de epígrafes e redação de artigos:

Artigo 14.º

Dossiers de candidatura à criação do próprio emprego e de dossiês de candidatura a apoios ao empreendedorismo - Isenção específica

1 - Os requerentes de dossiers de candidaturas previstas no Livro II, Capítulo VIII, Secção II, artigos 109.º e 110.º, do presente Regulamento, podem ficar isentos do pagamento de taxas, quando os respetivos projetos se destinem a ter concretização na área geográfica do Município de Odivelas e o requerente esteja efetivamente em situação de desemprego.

(...)

Artigo 109.º

Criação do Próprio Emprego

Pela elaboração de dossiers de candidatura à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, no âmbito de candidaturas ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e linhas de crédito.....360,51

Artigo 110.º

Elaboração de dossiês de candidatura a Apoios ao Empreendedorismo

Pela elaboração de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo na elaboração de plano de negócio para *Start Up*.....443,00

Artigo 158.º

Pagamento em prestações¹

(...)

7- Nas taxas a que se refere o n.º 4 do artigo 51.º do presente regulamento, com um valor superior a €1.000,00, pode ser aceite o pagamento em prestações, por prazo não superior a **5 anos**, mediante requerimento fundamentado dos interessados e sempre que o valor apurado para prestação não seja inferior a 1 UC, salvo disposição legal em contrário.

8- O pagamento em prestações das taxas devidas nos termos do n.º 4 do artigo 51.º do presente regulamento pode ser, em casos devidamente fundamentados, dispensado da prestação de caução prevista no n.º 6 do presente artigo, podendo também ser suspensa a aplicação de juros.

¹ Ver redação do artigo 167.º



Artigo 167º

Medidas de Incentivo à Reabilitação Urbana e às Atividades Económicas

1. Como estratégia de incentivo à concretização de programas no âmbito da Reabilitação Urbana, e desde que inseridas nas áreas legalmente previstas para o efeito, serão isentas as obras relativas a edificação, do pagamento das taxas previstas nos artigos 40º, 43º, 44º e 46º a 48º do presente regulamento.

2. As obras de reabilitação de edifícios definidas no número anterior, são igualmente isentas do pagamento das taxas previstas no artigo 54º do presente regulamento.

3. Como estímulo e apoio à reconversão urbanística, fica suspensa da aplicação de juros sobre o pagamento fracionado de taxas nas situações previstas no número 7 do artigo 158.º.

4. Aumento do prazo máximo para o pagamento fracionado de taxas, de 3 para 5 anos, nas situações previstas no número 7 do artigo 158.º.

5. O valor mínimo de pagamento mensal previsto no número 7 do artigo 158.º é reduzido para 1 UC, independentemente do valor liquidado.

6 - As pessoas que comprovem insuficiência económica, nos termos da legislação geral, podem requerer o pagamento de taxas em prestações mensais, até ao limite máximo de 12, em valor a definir em função da insuficiência económica efetivamente comprovada, dispensando-se da prestação da caução prevista no artigo 158.º.

7 – Como estímulo à atividade económica, são reduzidas em 30 % as taxas de ocupação de espaço público nas situações previstas no artigo 59.º.

8 – Como estímulo ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego são reduzidas em 50% nas taxas previstas no artigo 109.º e 110.º.

IV - Criação de novos capítulos, seções ou artigos:

Secção VII

Prestação onerosa de transporte no âmbito do PAMO

Artigo 127.º-B

Prestação onerosa de transporte

1 – Pela prestação onerosa de serviço de transporte com motorista, é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$T = (V \times H) + (C \times K)$$

Em que,

V= Pela utilização da viatura de:

a) Autocarro 17 lugares 9,25

b) Autocarro 51 lugares 11,32

c) Carrinha caixa aberta..... 10,28

H= Total de horas de utilização

C= Valor do custo por Km a percorrer em viatura de:

a) Autocarro 17 lugares0,10

b) Autocarro 51 lugares0,26

c) Carrinha caixa aberta.....0,29

K= Total de Km

2 – Ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no número anterior, será acrescido os valores das portagens, e outros encargos ocorridos com o motorista.

V - Nova redação, novo critério na fórmula de cálculo e valor:

Artigo 43.º

Obras de Edificação

(...)

3 – As obras de alteração, não incluídas em obras em curso, a edifícios ou suas partes estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = P_x(Z \times Y)$$

Em que:

P= Prazo de execução da obra

Z=Área de construção alterada em m2

Y=Valor por m2 ou fração da área alterada.....1,94

(...)

5 – As obras de demolição estão sujeitas ao pagamento da taxa devida pela emissão do alvará, no valor de.....41,72



Artigo 48.º

Pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização

(...)

2 - A autorização de utilização está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

(...)

3 - A alteração de utilização de edificação já titulada, sem a realização de obras, está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V=T+(J2 \times M2)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará.....41,73

J2=Área total de uso alterado

M2=Valor por m² de uso alterado.....0,22

4 - A alteração de utilização de edificação já titulada, com a realização de obras, está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V=T+P \times (J3 \times M3)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará.....41,73

P= Prazo de execução da obra

J3=Área total de uso alterado

M3=Valor por m2 de uso alterado.....0,22

Artigo 49.º

Vistorias e diligências

(...)

4 - Vistorias para a determinação dos níveis de conservação da edificação e para a definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior:

a) Por cada vistoria para determinação do nível de conservação (anterior e posterior à execução de obra).....102,00

b) Por cada vistoria para definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior.....51,00

c) As taxas previstas no presente número são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades do mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira

(...)

Artigo 114.º

Cedência de instalações – Sem equipamento audiovisual

1 – Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

(...)

2 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao dobro, caso ocorra fora do normal horário funcionamento ou atendimento, aos sábados e dias úteis.

3 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao triplo, caso ocorra aos domingos e feriados.

Artigo 115.º

Cedência de instalações – Com equipamento audiovisual

1 – Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

(...)

2 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao dobro, caso ocorra fora do normal horário funcionamento ou atendimento, aos sábados e dias úteis.

3 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao triplo, caso ocorra aos domingos e feriados.

Artigo 115.º-B

Cedência de auditórios

Pela utilização do auditório da Biblioteca Municipal Dom Dinis e do auditório do Edifício Maria Lamas, são devidas as seguintes taxas:

a) Diário50,00

b) Turnos, máximo de quatro horas..... 24,00

Artigo 126.º

Inspeções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares

1 - Pela inspeção das condições técnicas de funcionamento de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares, são devidos os seguintes valores:



a) Inspeções periódicas, reinspeções requeridas fora do prazo legal, a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada.....95,06

b) Reinspeções a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade reinspeccionada, quando requeridas dentro do prazo legal.....73,45

c) Inspeções extraordinárias a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada.....95,06

2 – Pela realização de inquéritos, peritagens, relatórios e pareceres no âmbito da legislação e inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção de instalações.....95,06

3 – Pela selagem de instalações de ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade.....95,06

Artigo 127.º-A Visitas guiadas

(...)

2 – Pela inscrição e participação, em “Roteiros Temáticos de Odivelas”, são devidos os valores de:

a) Grupos até 25 participantes.....150,00

b) Grupos de 26 a 50 participantes.....250,00

Artigo 140.º- X Venda de produtos

(...)

w) Emblemas:

w.1
Estampados.....2,50

w.2
Bordados.....5,00

x) Miniatura de bilhas de Caneças.....1,50

(...)

VI – Propostas apresentadas pela Divisão de Desporto:

Artigo 10.º-B

Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do complexo da Piscina Municipal

1 - Agregados familiares usufruem dos seguintes benefícios, no valor das mensalidades:

1.1 Reduções para o:

a) Segundo elemento, 20%;

b) Terceiro elemento, 30%;

c) Quarto elemento, 40%;

d) Quinto elemento e a partir deste, 50%.

1.2 Isenção a partir do terceiro elemento das taxas de inscrição e de renovação.

2 - Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos, ou utilizadores com grau de incapacidade comprovadamente igual ou superior a 60% ou portadores de “Cartão Sénior Municipal” beneficiam de uma redução de 30% no valor da mensalidade.

3 - Portadores do “Cartão ODIKIDS”, “Jovem Cidadão” ou outros cartões municipais equiparados, beneficiam de uma redução de 10% de desconto no valor da mensalidade.

4 - Participantes do “Clube Movimento”, beneficiam de uma redução de 80% de desconto no valor da mensalidade e ficam isentos do pagamento do valor da inscrição.

5 - Os beneficiários de Acordos de Cooperação, beneficiam de uma redução de 15% de desconto no valor da mensalidade.

6 - Os funcionários do Município de Odivelas, beneficiam de uma redução de 30% de desconto no valor da mensalidade.

7 – As isenções e reduções previstas nos números 1 a 6 do presente artigo não se aplicam às sessões de bem-estar, terapias individuais e sessões de tratamento nem são cumuláveis entre si ou com outros benefícios que possam surgir.

8 - Os utilizadores que frequentem as atividades abaixo mencionadas beneficiam de um desconto de 25%, quando frequentem outra atividade aquática:

a) Hidroterapia individual;

b) Terapia ocupacional mensal;



c) Treino respiratório mensal de duração máxima de 30 minutos;

d) Massagem terapêutica mensal;

e) Massagem de relaxamento mensal;

f) Reabilitação psicomotora aquática mensal, uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos;

g) Natação personalizada com duração máxima de 45 minutos, uma vez por semana.

9 – Os utilizadores com “Cartão bem-estar”, beneficiam das seguintes reduções nas massagens de relaxamento ocasionais ou nas sessões terapêuticas ocasionais:

a) Ouro, por cada quatro sessões, 15%;

b) Prata, por cada três sessões, 10%;

c) Bronze, por cada duas sessões, 5%.

10 – Os inscritos no programa “Clube do Movimento - Desporto Sénior”, com insuficiência económica comprovada nos termos da legislação geral, estão isentos de qualquer pagamento, e sempre que não seja ultrapassado o limite máximo de 15% dos participantes do Clube.

11 – Aos valores previstos para a utilização das piscinas são ainda aplicados as seguintes reduções, quando a forma de pagamento for:

a) Trimestral – 10%;

b) Semestral – 15%;

c) Época – 20%.

12 – Os utentes de atividades aquáticas, inscritos em duas ou mais modalidades distintas, beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa.

13 – Sobre os valores previstos na Secção V, do Capítulo VII, do Livro III, do presente regulamento, devidos pela utilização da Piscina Municipal, não incide qualquer isenção ou redução.

Artigo 10.º-D

Isenções e reduções de valores devidos pela utilização do Complexo Multiusos

1- Agregados familiares usufruem dos seguintes benefícios, no valor das mensalidades:

1.1 Reduções:

a) Para o segundo elemento, 20%;

b) Para o terceiro elemento, 30%;

c) Para o quarto elemento, 40%;

d) Para o quinto elemento e a partir deste, 50%.

1.2 Isenção a partir do terceiro elemento das taxas de inscrição e de renovação

2- Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos, ou utilizadores com grau de incapacidade comprovadamente igual ou superior a 60% ou portadores de “Cartão Sénior Municipal” beneficiam de uma redução de 30% no valor da mensalidade.

3- Portadores do “Cartão ODIKIDS”, “Jovem Cidadão” ou outros cartões municipais equiparados, beneficiam de uma redução de 10% de desconto no valor da mensalidade.

4- Participantes do “Clube Movimento”, beneficiam de uma redução de 80% de desconto no valor da mensalidade e ficam isentos do pagamento do valor da inscrição.

5- Os beneficiários de Acordos de Cooperação, beneficiam de uma redução de 15% de desconto no valor da mensalidade.

6- Os funcionários do Município de Odivelas, beneficiam de uma redução de 30% de desconto no valor da mensalidade.

7 – As isenções e reduções previstas nos números 1 a 6 do presente artigo não se aplicam às modalidades de combate de kickboxing, judo, jiu jitsu/MMA, cardio-fitness e musculação, não são cumuláveis entre si ou com outros benefícios que possam surgir.

8 - Os utilizadores que frequentem as atividades abaixo mencionadas beneficiam de um desconto de 25%, quando frequentem outra atividade de ginásio:

a) Massagem terapêutica mensal uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos;

b) Massagem de relaxamento mensal uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos.

9 - Os utilizadores com “Cartão bem-estar”, beneficiam das seguintes reduções nas massagens de relaxamento ocasionais ou nas sessões terapêuticas ocasionais:

a) Ouro, por cada quatro sessões, 15%;

b) Prata, por cada três sessões, 10%;

c) Bronze, por cada duas sessões, 5%.



10 – As empresas com sede no Concelho de Odivelas que pretendam utilizar o Pavilhão Multiusos para atividades desportivas ou outras atividades no âmbito dos artigos 140.º-Y e 140.º-Z, beneficiam de uma redução de 20 % dos valores aí previstos.

11 – Aos valores previstos para a utilização dos ginásios do Pavilhão Multiusos são ainda aplicados os seguintes descontos, quanto à forma de pagamento for:

a) Trimestral – 10%;

b) Semestral – 15%;

c) Época – 20%.

12 – Os utentes de atividades de ginásio, inscritos em duas ou mais modalidades distintas, beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa.

Artigo 108.º Taxas de Utilização

1 - São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

TREINO	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 10,00	€ 15,00
Municípios do concelho	€ 25,00	€ 30,00
Outras pessoas coletivas do Concelho	€ 30,00	€ 35,00
Municípios de outro concelho	€ 40,00	€ 45,00
Pessoas coletivas de outro Concelho	€ 55,00	€ 60,00

COMPETIÇÃO	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 15,00	€ 20,00
Municípios do concelho	€ 30,00	€ 35,00
Outras pessoas coletivas do concelho	€ 35,00	€ 40,00
Municípios de outro concelho	€ 45,00	€ 50,00
Pessoas coletivas de outro concelho	€ 60,00	€ 65,00

(...)

Artigo 116.º Utilização da Quinta das Águas Férreas

Pela utilização da Quinta das Águas Férreas, são devidas as seguintes taxas:

1 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

a) Pousada.....6,00

b) Palácio.....7,50

2 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

a) Pousada.....12,00

b) Palácio.....15,00

3 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, de outro Concelho:

a) Pousada.....16,00

b) Palácio.....32,00

4 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, de outro Concelho:

a) Pousada.....20,00

b) Palácio.....40,00

5 - Pessoas singulares residentes no Concelho:

a) Pousada.....12,50

b) Palácio.....25,00

6 - Pessoas singulares residentes fora do Concelho:

c) Pousada.....17,50

d) Palácio.....35,00

(...)

CAPÍTULO VII

UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL

SECÇÃO I

Utilização e aulas

Artigo 140.º - C Inscrição e outros serviços



1 – Inscrição	20,00
2 – Renovação de inscrição.....	10,00
3 – Segunda via do cartão.....	5,00
4 – Avaliação terapêutica.....	10,00
5 – São devidos os seguintes valores pela aquisição de:	

e) Calção Homem:

e.1) Boxer com logótipo	15,00
e.2) Com perna com logótipo competição.....	20,00

f) Fato de banho Mulher:

f.1) Fato de banho com logótipo	21,50
f.2) Fato de banho com perna com logótipo competição.....	25,00

(...)

I) Toucas:

I.1) Silicone.....	3,00
I.2) Licra.....	4,50
I.3) Bandanas.....	4,50

Artigo 140.º- D
Utilização livre

Pela utilização da Piscina Municipal em regime de utilização livre, são devidos os seguintes valores:

a) Com inscrição sessão de 45 minutos	2,50
b) Com inscrição carregamento mínimo obrigatório de cartão de utilizador.....	25,00
c) Natação pontual, sessão de 45 minutos.....	4,00
d) <i>Family moments</i> , sessão de 45 minutos.....	4,00

Artigo 140.º- E
Natação e Hidroginástica

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de natação e hidroginástica são devidos os seguintes valores, em função do escalão etário:

1 – Utilizadores da Classe Bebés - dos 6 meses aos 3 anos, pagamento mensal:

1 x Semana	30,00
2 x Semana.....	40,00
2 – Utilizadores dos 4 aos 13 anos, pagamento mensal:	
1 x Semana	20,00
2 x Semana.....	30,00
3 x Semana.....	37,50
4 x Semana.....	45,00
5 x Semana.....	50,00

3 – Utilizadores com idade igual ou superior a 14 anos, pagamento mensal:

1 x Semana	25,00
2 x Semana.....	35,00
3 x Semana.....	42,50
4 x Semana.....	50,00
5 x Semana.....	55,00

4 – Natação personalizada, uma vez por semana com a duração máxima de 45 minutos, pagamento mensal.....

5 – Sessão pontual de 45 minutos10,00

Artigo 140.º- F
Competição natação

Pela utilização da Piscina Municipal, por nadador, com idade igual ou superior a 7 anos, são devidos mensalmente.....

Artigo 140.º- G
Natação sincronizada

Pela utilização da Piscina Municipal, por nadador, com idade superior a 6 anos, pagamento mensal:

a) 2 x Semana	35,00
b) Competição.....	40,00

Artigo 140.º- H
Hidrobike

Pela utilização da Piscina Municipal, por utilizador, com idade igual ou superior a 14 anos e até 64 anos, pagamento mensal:



a) 1 x Semana	25,00
b) 2 x Semana.....	35,00
c) 3 x Semana.....	42,50
d) 4 x Semana.....	50,00
e) 5 x Semana.....	55,00
f) Sessão pontual de 45 minutos	10,00

SECÇÃO II

Hidrocinésioterapia e Outras terapias

Artigo 140.º- I

Hidrocinésioterapia em grupo

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de hidrocinésioterapia em grupo, por utilizador, é devido o pagamento mensal:

a) 1 x Semana	30,00
b) 2 x Semana.....	45,00
c) 3 x Semana.....	60,00
d) 4 x Semana.....	75,00
e) 5 x Semana.....	90,00

Artigo 140.º- J

Hidrocinésioterapia individual

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de:

1 - Hidrocinésioterapia personalizada, pontual, com duração máxima de trinta minutos:

a) Terapia aquática personalizada, por sessão.....	15,00
b) Reabilitação psicomotora aquática, por sessão.....	15,00

2 - Hidrocinésioterapia personalizada, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal:

a) Terapia aquática personalizada.....	50,00
b) Reabilitação psicomotora aquática.....	50,00

Artigo 140.º- K

Sessões terapêuticas individuais em gabinete

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de:

1 - Terapia ocupacional, pontual, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00

2 - Terapia ocupacional, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....40,00

3 - Cinesioterapia respiratória, pontual, com a duração máxima de trinta minutos15,00

4 - Cinesioterapia respiratória, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....40,00

5 - Massagem terapêutica, pontual, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00

6 - Massagem terapêutica, uma vez por semana, com a duração máxima de 30 minutos.....40,00

7 - Terapia personalizada em solo, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal40,00

8 - Terapia personalizada em solo, pontual, com a duração máxima de trinta minutos15,00

9 - Reabilitação psicomotora em solo, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal40,00

10 - Reabilitação psicomotora em solo, pontual, com a duração máxima de trinta minutos15,00

Artigo 140.º- L

Massagens

Pela frequência de sessões de massagens de relaxamento são devidos os seguintes valores:

a) Sessões pontuais, com a duração máxima de 30 minutos.....15,00

b) Sessões de uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....50,00

Artigo 140.º- M AQUATRELAX

(Revogado)



Artigo 140.º- N
SHIATSU

(Revogado)

Artigo 140.º- O
Cursos de pré e pós-parto

Pela frequência de curso de pré ou pós parto, são devidos os seguintes valores:

a) Sessões aquáticas de pré ou pós parto pagamento mensal:

1x semana30,00

2x semana45,00

b) Curso teórico preparação para o parto, inclui quatro sessões de gabinete, com oferta de uma sessão de pós-parto aquático.....60,00

c) Curso teórico de recuperação pós parto, inclui quatro sessões de gabinete, com oferta de uma massagem de relaxamento.....60,00

Artigo 140.º- P
Instituições particulares de solidariedade social - IPSS

Pela utilização da Piscina Municipal por IPSS, são devidos os seguintes valores:

1 – Até quinze utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana16,00

2 x Semana.....23,00

2 – De dezasseis a vinte e quatro utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana15,00

2 x Semana.....22,00

3 – De vinte e cinco a quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana14,00

2 x Semana.....21,00

4 – Mais de quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana13,00

2 x Semana.....19,00

Artigo 140.º- Q
Colégios e Instituições

Pela utilização da Piscina Municipal por colégios e instituições, são devidos os seguintes valores:

1 – Até quinze utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana16,50

2 x Semana.....24,50

2 – De dezasseis a vinte e quatro utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana15,50

2 x Semana.....23,00

3 – De vinte e cinco a quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana14,50

2 x Semana.....21,50

4 – Mais de quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana13,50

2 x Semana.....20,00

Artigo 140.º- R
Atividades pontuais em grupo

Pela utilização pontual da Piscina Municipal, em grupo, são devidos os seguintes valores:

a) Até dez utilizadores50,00

b) De onze a vinte e quatro utilizadores80,00

c) De vinte e cinco a quarenta utilizadores.....110,00

Artigo 140.º- S
Outras atividades

1. Pela reserva de pista na Piscina Municipal, são devidos os seguintes valores

1.1 Na piscina de 25 m., máximo 14 utilizadores:

a) Aluguer pontual, 45 minutos.....35,00

b) Dez ou mais reservas de 45 minutos cada uma.....25,00

1.2 Na piscina de 16 m., máximo 8 utilizadores:



a) Aluguer pontual, 45 minutos	25,00
b) Dez ou mais reservas de 45 minutos, cada uma.....	20,00

2 – Festas de aniversário na piscina de 16 m:

a) Até dez crianças, sem lanche	50,00
b) Por cada criança a mais, sem lanche	5,00
c) Até dez crianças, com lanche	100,00
d) Por cada criança a mais, com lanche	10,00

Artigo 140.º - Y

Utilização do Multiusos para atividades desportivas

Pela utilização do Pavilhão Multiusos com atividades desportivas, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela utilização da Nave 1:

a) Sem assistência:	
a.1 Por uma hora.....	100,00
a.2 Por três horas.....	250,00
a.3 Por seis horas	650,00
a.4 Por dez horas	900,00
a.5 Por dezasseis horas	1.200,00
b) Com assistência – Piso 1:	
b.1 Por uma hora.....	200,00
b.2 Por três horas.....	800,00
b.3 Por seis horas	1200,00
b.4 Por dez horas	1.500,00
b.5 Por dezasseis horas.....	1.800,00
c) Com assistência – Piso 1 e 2:	
c.1 Por uma hora.....	300,00
c.2 Por três horas.....	1.200,00
c.3 Por seis horas	1600,00
c.4 Por dez horas	2.000,00
c.5 Por dezasseis horas.....	2.300,00

2 - Pela utilização da Nave 2:

a) Sem assistência:	
a.1 Por uma hora.....	60,00
a.2 Por três horas.....	150,00
a.3 Por seis horas	350,00
a.4 Por dez horas	540,00
a.5 Por dezasseis horas	750,00
b) Com assistência – Galeria:	
b.1 Por uma hora.....	80,00
b.2 Por três horas.....	180,00
b.3 Por seis horas	400,00
b.4 Por dez horas	600,00
b.5 Por dezasseis horas.....	850,00
(...)	

5 - Pela utilização da Nave 1, em regime de exclusividade:

a) Com assistência – Piso 1:	
a.1 Por três horas.....	2.000,00
a.2 Por seis horas.....	2300,00
a.3 Por dez horas.....	2.500,00
a.4 Por dezasseis horas	3.000,00
b) Com assistência – Piso 1 e 2:	
b.1 Por três horas.....	2.500,00
b.2 Por seis horas	2750,00
b.3 Por dez horas.....	3.000,00
b.4 Por dezasseis horas	3.500,00

Artigo 140.º - Z

Utilização do Multiusos para outras atividades

Pela utilização do Pavilhão Multiusos com outras atividades, são devidos os seguintes valores:

(...)

2 - Pela utilização da Nave 2, até 800 pessoas:



- a) Por uma hora.....500,00
- b) Por três horas1.000,00
- c) Por seis horas.....1200,00
- d) Por dez horas1.400,00
- e) Por vinte e quatro horas1.800,00
- (...)

Artigo 140.º- AA
Inscrições

- 1 – Inscrição na “Escolinha de Futsal”.....45,00
- 2 – Inscrição noutras modalidades.....20,00
- 3 – Renovação de Inscrição noutras modalidades.....10,00

Artigo 140.º- AB
Modalidades desportivas praticadas em ginásio

Pela frequência de aulas em ginásio do Pavilhão Multiusos, são devidos os seguintes valores:

1 – Ballet, hip hop e aulas de grupo, pagamento mensal:

- 1x Semana20,00
- 2x Semana.....29,00
- 3x Semana.....39,00

2 - Livre-trânsito em aulas de grupo, podendo incluir utilização, sem limite, do Ginásio de Cardiofitness e Musculação, pagamento mensal.....45,00

Artigo 140.º- AC
Modalidades de combate praticadas em ginásio

Pela prática de modalidades de combate em ginásio do Pavilhão Multiusos, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela prática de Karaté, são devidos pagamento mensal:

- a) Três vezes por semana,30,00
- b) Mais cardiofitness e Musculação.....55,00

2- Kickboxing, Judo e Jiu jitsu/ MMA, pagamento mensal:

- a) Duas vezes por semana.....20,00

- b) Três vezes por semana,.....30,00
- c) Mais cardiofitness e Musculação.....55,00

Artigo 140.º- AD
Ginásio de cardiofitness e musculação

Pela utilização dos ginásios para a prática de cardiofitness e musculação, é devido mensalmente o valor de:

- a) Sem limite de utilização, na prática de cardiofitness e musculação.....35,00
- b) Mais karaté ou judo ou kickboxing ou jiu jitsu/MMA55,00
- c) Módulo de um dia, por pessoa e válido por 30 dias.....10,00
- d) Módulo de dez dias, por pessoa e válido por 30 dias.....50,00

Artigo 140.º- AF
Squash

Pela prática de *Squash* em ginásio do Pavilhão Multiusos, são devidos os seguintes valores:

1 - Duração 45 minutos,

- a) Horário diurno – até às 18 h7,50
- b) Horário noturno – após às 18 h10,00

2 - Duração 90 minutos,

- a) Horário diurno – até às 18 h12,00
- b) Horário noturno – após às 18 h17,00

SECÇÃO III

Terapias e sessões de bem-estar

Artigo 140.º- AG
Terapias

Pela frequência de sessões terapêuticas individuais em gabinete, são devidos os seguintes valores:

- a) Massagem terapêutica, pontual, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00
- b) Massagem terapêutica, uma vez por semana, com a duração máxima de 30 minutos.....40,00



Artigo 140.º - AH
Sessões de bem-estar

Pela frequência de sessões de bem-estar, são devidos os seguintes valores:

a) Massagem de relaxamento, pontual, com a duração máxima de 30 minutos15,00

b) Massagem de relaxamento, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....50,00”

(Informação n.º Interno/2016/11082 de 2016.11.09)

[Publica-se o referido Documento no final do presente Boletim para efeitos de apreciação pública, pelo período de 30 dias contados a partir da data da sua publicação, no Boletim Municipal]

(Aprovado por maioria)

**PRÉMIO MUNICIPAL
DE ARQUITETURA DE ODIVELAS**

**PROPOSTA DE REGULAMENTO DO
PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS**

Revisão do Regulamento do Prémio Municipal de Arquitetura e Espaço Público de Odivelas, e consequente alteração da designação para Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas, que pretende distinguir e premiar obras novas ou de reabilitação/recuperação de edifícios, que na sua conceção tenham tido como principais objetivos a qualidade arquitetónica e o enquadramento urbanístico, de acordo com o proposto na informação n.º 021/DPUPE/FL/16, de 2016.10.31. As alterações propostas na nova redação, encontram-se descritas na informação n.º 004/DPUPE/DG/MC/16 constante de folhas 2582 a 2584 do processo com o n.º 10.566/DPUPE.

“(...) As alterações propostas na nova redação do regulamento, e que se descrevem de seguida, incidem, assim, na renomeação da iniciativa “Prémio Municipal de Arquitetura de Odivelas”, concretizada na sua substituição em todo o documento, e na retificação de conteúdos, designadamente aqueles que decorrem da supressão da Secção B (...):

▪ **PREÂMBULO** | Remoção da referência a espaços exteriores públicos;

▪ **ARTIGO 1.º | OBJETIVO**

Ponto 1 | Supressão dos conteúdos relativos à secção B e respetiva adaptação;

Ponto 4 | Supressão dos conteúdos relativos à secção B e respetiva adaptação;

Ponto 6 | Supressão dos conteúdos relativos à secção B e respetiva adaptação, tendo ainda em conta os critérios utilizados pelo júri na avaliação adotada na 4ª edição;

▪ **ARTIGO 2.º | NATUREZA DO PRÉMIO**

Ponto 1 | Adaptação dos conteúdos a um único prémio, e atualização do procedimento de modelo de pagamento adotado;

Ponto 2 | Adaptação dos conteúdos a um único prémio;

Ponto 3 | Adaptação dos conteúdos a um único prémio;

Ponto 5 | Adaptação dos conteúdos a um único prémio;

Ponto 6 | Adaptação dos conteúdos a um único prémio;

▪ **ARTIGO 2.º | CONSTITUIÇÃO DO JÚRI**

Ponto 1 | Extinção do membro do júri designado pela Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas (APAP);

▪ **ARTIGO 6.º | APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS**

Ponto 1 | Inclusão do termo “Promotor de obra”;

Ponto 2 b) | Supressão dos conteúdos relativos à secção B, e respetiva adaptação das peças desenhadas a entregar;

Ponto 3 | Redefinição dos parâmetros para a entrega dos elementos em formato digital;

▪ **ARTIGO 7.º | FORMAS DE PUBLICITAÇÃO**

Ponto 1 - Eliminação do conteúdo relativo à divulgação junto da APAP. (...)” *(Informação N.º 004/DPUPE/DG/MC/16 de 2016.10.31)*

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)



ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS

MOSTEIRO DE S. DINIS E S. BERNARDO

Isenção de pagamento do valor previsto no artigo 127.º - A do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, relativamente às visitas realizadas ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo no dia 20 de novembro de 2016, no âmbito das Comemorações do 18.º Aniversário do Município de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11065, de 2016.11.09.

(Aprovado por unanimidade)

ACORDO DE COOPERAÇÃO

ILUMINAÇÕES E ENFEITES DE NATAL 2016

Acordos de Cooperação a celebrar entre o Município de Odivelas, a Junta de Freguesia de Odivelas, a União de Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, a União de Freguesias da Pontinha e Famões e a União de Freguesias de Ramada e Caneças, para colocação de iluminações e enfeites de Natal nas principais artérias das referidas freguesias, contribuindo o Município de Odivelas, para esse efeito, com o valor de €1.000,00 (para cada Junta), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/11095, de 2016.11.09 e nos termos dos acordos anexos à referida informação.

“Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar com a Freguesia de Odivelas

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º 1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as Freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a

realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;

e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A Freguesia de Odivelas, com sede na Alameda do Poder Local, 4, 2675- 427 Odivelas, pessoa coletiva n.º 506 605 752, neste ato representado por Nuno Gaudêncio, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, doravante designada por JFO.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira (Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local na época natalícia.

Cláusula Segunda (Iluminações de Natal)

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a JFO procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de ... de dezembro de 2016 a de janeiro de 2017.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à JFO, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.



Cláusula Terceira
(Obrigações das Partes)

1. Para a prossecução do presente acordo, o MO contribuirá com a quantia monetária de € 1000,00 (mil euros), a qual só poderá ser utilizada para a aquisição de materiais de iluminação e enfeites de Natal.
2. A quantia indicada na cláusula anterior será entregue à JFO, mediante cheque, no ato da assinatura do presente acordo.
3. A JFO apresentará ao MO os comprovativos da aquisição das iluminações e enfeites de Natal, no prazo de 60 dias, a contar da data de assinatura do presente acordo, os quais não podem ser de valor inferior ao valor indicado no n.º 1.
4. O não cumprimento do estipulado no número anterior importará a obrigação da JFO em restituir o valor entregue.
5. Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à JFO suportar todos os encargos inerentes à aquisição, colocação, permanência e retirada dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

Cláusula Quarta
(Publicidade)

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Quinta
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes. O presente Acordo representa a vontade das partes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma delas.

Odivelas, de novembro de 2016

As Partes:

O Município de Odivelas

A Junta de Freguesia de
Odivelas

(Hugo Manuel dos Santos
Martins)

(Nuno Gaudêncio)”

**“Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar
com a União de Freguesias da Pontinha e Famões**

Considerando que:

- a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2.º e do artigo 23.º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);
- b) Nos termos do referido artigo 23.º, n.º1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as Freguesias;
- c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;
- d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;
- e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A União de Freguesias da Pontinha e Famões, com sede na Av. 25 de Abril, 22 A – 1675-183 Pontinha, Odivelas, pessoa coletiva n.º 506 605 752, neste ato representado por Corália Viçoso Rodrigues, na qualidade de Presidente da União de Freguesias da Pontinha e Famões, doravante designada por UFPE.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:



Cláusula Primeira
(Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local na época natalícia.

Cláusula Segunda
(Iluminações de Natal)

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a UFPF procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de ... de dezembro de 2016 a de janeiro de 2017.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à UFPF, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

Cláusula Terceira
(Obrigações das Partes)

1. Para a prossecução do presente acordo, o MO contribuirá com a quantia monetária de € 1000,00 (mil euros), a qual só poderá ser utilizada para a aquisição de materiais de iluminação e enfeites de Natal.

2. A quantia indicada na cláusula anterior será entregue à UFPF, mediante cheque, no ato da assinatura do presente acordo.

3. A UFPF apresentará ao MO os comprovativos à aquisição dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no prazo de 60 dias, a contar da data de assinatura do presente acordo, os quais não podem ser de valor inferior ao valor indicado no n.º 1.

4. O não cumprimento do estipulado no número anterior importará a obrigação da UFPF em restituir o valor entregue.

5. Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à UFPF suportar todos os encargos inerentes à aquisição, montagem, permanência e desmontagem dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantêm na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

Cláusula Quarta
(Publicidade)

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer

alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Quinta
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade das partes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma delas.

Odivelas, de novembro de 2016

As Partes:

O Município de Odivelas A União de Freguesias da
Pontinha e Famões

(Hugo Manuel dos Santos (Corália Viçoso Rodrigues)”)
Martins)

**“Minuta de Acordo de Cooperação a celebrar
com a União de Freguesias da
Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto**

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as Freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;



e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A União de Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, com sede na Rua Alves Redol, n.º 17, 2620 - 127, Póvoa de Santo Adrião, pessoa coletiva n.º 510 838 979, neste ato representado por Rogério Breia, na qualidade de Presidente da União de Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, doravante designada por UFPSAOB.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira
(Objeto)

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local na época natalícia.

Cláusula Segunda
(Iluminações de Natal)

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a UFPSAOB procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de ... de dezembro de 2016 a de janeiro de 2017.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à UFPSAOB, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

Cláusula Terceira
(Obrigações das Partes)

1. Para a prossecução do presente acordo, o MO contribuirá com a quantia monetária de € 1000,00 (mil euros), a qual só poderá ser utilizada para a aquisição de materiais de iluminação e enfeites de Natal.

2. A quantia indicada na cláusula anterior será entregue à UFPSAOB, mediante cheque, no ato da assinatura do presente acordo.

3. A UFPSAOB apresentará ao MO os comprovativos à aquisição dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no prazo de 60 dias, a contar da data de assinatura do presente acordo, os quais não podem ser de valor inferior ao valor indicado no n.º 1.

4. O não cumprimento do estipulado no número anterior importará a obrigação da UFPSAOB em restituir o valor entregue.

5. Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à UFPSAOB suportar todos os encargos inerentes à aquisição, montagem, permanência e desmontagem dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

Cláusula Quarta
(Publicidade)

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Quinta
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade das partes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma delas.

Odivelas, de novembro de 2016

As Partes:

O Município de Odivelas

A União de Freguesias da
Póvoa de Santo Adrião e
Olival Basto

(Hugo Manuel dos Santos
Martins)

(Rogério Breia)''



**“Acordo de Cooperação
com a União de Freguesias de Ramada e Caneças**

Considerando que:

a) No âmbito das atribuições das autarquias locais, encontra-se a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, bem como a promoção do desenvolvimento local nos termos respetivamente, do artigo 2º e do artigo 23º n.º 2, alínea m) do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprova o regime jurídico das autarquias locais);

b) Nos termos do referido artigo 23º, n.º 1, da citada lei os Municípios concretizam as suas atribuições, em articulação com as Freguesias;

c) De acordo com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal de Odivelas promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, competência na qual se enquadra a presente iniciativa;

d) É pretensão das partes concertar esforços no sentido de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época de Natal propícia à concretização de tal objetivo, considerando a maior afluência das pessoas às lojas;

e) A ornamentação das principais artérias das freguesias do concelho de Odivelas, com a colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, sempre foi e continua a ser uma forma de atrair os munícipes ao comércio tradicional, estimulando, assim, a economia local.

É celebrado entre:

O Município de Odivelas, com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, 2675- 372 Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado por Hugo Manuel dos Santos Martins, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, doravante designado por MO,

e

A União de Freguesias de Ramada e Caneças, com sede na Rua Vasco Santana, 1 C 2620-364 Ramada, Odivelas, pessoa coletiva n.º 506 605 752, neste ato representado por Ilídio de Magalhães Ferreira, na qualidade de Presidente da União de Freguesias de Ramada e Caneças, doravante designada por UFRC.

O presente Acordo, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira
(Objeto)**

O presente Acordo tem por objeto a cooperação entre as partes no sentido de revitalizar o comércio local e consequentemente reforçar a economia local na época natalícia.

**Cláusula Segunda
(Iluminações de Natal)**

1. Para a concretização do objeto indicado na cláusula anterior, a UFRC procederá à colocação de iluminação e enfeites alusivos à época natalícia, na via pública, de ... de dezembro de 2016 a de janeiro de 2017.

2. As iluminações e enfeites referidos no ponto anterior serão dispostos nas artérias, cuja escolha caberá à UFRC, tendo em conta a importância e impacto que as mesmas tenham no estímulo do comércio local.

**Cláusula Terceira
(Obrigações das Partes)**

1. Para a prossecução do presente acordo, o MO contribuirá com a quantia monetária de € 1000,00 (mil euros), a qual só poderá ser utilizada para o aluguer de materiais de iluminação e enfeites de Natal.

2. A quantia indicada na cláusula anterior será entregue à UFRC, mediante cheque, no ato da assinatura do presente acordo.

3. A UFRC apresentará ao MO os comprovativos ao aluguer dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no prazo de 60 dias, a contar da data de assinatura do presente acordo, os quais não podem ser de valor inferior ao valor indicado no n.º 1.

4. O não cumprimento do estipulado no número anterior importará a obrigação da UFRC em restituir o valor entregue.

5. Com exceção do valor atribuído pelo MO, caberá à UFRC suportar todos os encargos inerentes ao aluguer, montagem, permanência e desmontagem dos materiais de iluminação e enfeites de Natal, no período em que as mesmas se mantenham na via pública, bem como garantir o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares para o efeito, tais como a obtenção de licenças e a contratualização de apólices de seguro necessárias.

**Cláusula Quarta
(Publicidade)**

As partes farão menção à parceria ora instituída nos meios de comunicação próprios e sempre que seja feita qualquer



alusão às iluminações e enfeites de Natal relativos ao ano em curso.

Cláusula Quinta
(Dúvidas e Omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Acordo serão analisadas e resolvidas, em conjunto, pelas partes intervenientes.

O presente Acordo representa a vontade das partes e é elaborado em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada uma delas.

Odivelas, de novembro de 2016

As Partes:

O Município de Odivelas A União de Freguesias de
Ramada e Caneças

(Hugo Manuel dos Santos
Martins)

(Ilídio de Magalhães
Ferreira)”

(Aprovado por unanimidade)

FARMÁCIAS

MAPAS DE TURNOS PARA O ANO DE 2017

Ratificação do parecer favorável do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, emitido no ofício (saída/2016/21778, de dia 2016.11.10) enviado à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, relativamente aos Mapas de Turnos das Farmácias do Concelho de Odivelas para 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2015/11156, de 2016.11.10.

(Aprovado por unanimidade)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ACEITAÇÃO DE PATROCÍNIO

Ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, datado de 8 de novembro de 2016, constante do edoc/2016/58818, no sentido da aceitação do patrocínio da Pastelaria e Confeitaria Dominó II, Lda.,

que consiste na oferta de 8 Kg de miniaturas sortidas de bolos, no valor de €70,00 (setenta euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor, para um coffee break/lanche convívio, a ocorrer no âmbito da Palestra “A Falar sobre Emprego...”, no dia 10 de novembro, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2015/11089, de 2016.11.09.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

**DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO
DAS GRANJAS NOVAS DE CIMA**

Delimitação da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima, de acordo com o proposto na informação n.º 022/DPUPE/FL/2016, de 2016.11.03.

“(...) 6. Critérios de Delimitação da Unidade de Execução

A delimitação desta Unidade de Execução, UE, consiste na fixação em planta cadastral dos limites físicos da área, com identificação de todos os prédios abrangidos, nos termos previstos no artigo n.º 148 do RJIGT.

A Unidade de Execução, deverá abranger uma área suficientemente vasta para constituir um perímetro com características da unidade e autonomia urbanísticas, integrando as áreas a afetar a espaços públicos e equipamentos previstos nos Planos de Ordenamento e estabelecendo uma correta articulação funcional e formal com as áreas contíguas, quer sejam espaços já consolidados ou ainda por consolidar, desde que não prejudique o ordenamento urbanístico desses espaços e não inviabilize a oportunidade do correto procedimento em sede de operação urbanística.

As Unidades de Execução visam deste modo, assegurar um desenvolvimento urbano harmonioso da área a delimitar e garantir a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários abrangidos.

No presente caso, a delimitação proposta para a Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima, corresponde ao polígono definido para SUB-UOPG-15-A, que compreende uma área do território com identidade urbana geográfica, apresentando um nível significativo de autonomia e para a qual o PDMO, define um programa urbanístico específico. Assim, a Unidade de Execução constitui um instrumento orientador para efeitos de gestão municipal deste território, servindo de referência e apoio à apreciação, acompanhamento e programação das operações urbanísticas requeridas para a área da Unidade de Execução.



Para delimitação da UE, foi tida em consideração a necessidade de regularizar as questões cadastrais (limites geográficos, domínio e propriedade) e assegurar os direitos de edificabilidade.

Assim, para efeitos de delimitação da Unidade de Execução foram ainda considerados os limites do cadastro geométrico decorrentes do levantamento topográfico e constantes nos elementos cartográficos, no Anexo I. (...)”
(Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima-Termos de referência, p. 7)

(Aprovado por maioria)

UNIDADE DE EXECUÇÃO DAS GRANJAS NOVAS DE CIMA TERMOS DE REFERÊNCIA

Termos de referência da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima, de acordo com o proposto na informação n.º 022/DPUPE/FL/2016, de 2016.11.03.

“1. Introdução

O presente Estudo enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) na zona Norte da Ramada, de acordo e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14/maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). A Unidade de Execução proposta integra a área da UOPG-15-Norte da Ramada, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

2. Localização e características da Área de Intervenção

A Área de Intervenção da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima corresponde à SUB-UOPG-15-A da UOPG-15-Norte da Ramada, conforme estudo antecedente desenvolvido e respetivo esquema diretor.

A Área de Intervenção da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima situa-se na zona norte do território da Ramada, tem área aproximada de 12ha (doze) e apresenta as seguintes confrontações:

- A norte - concelho de Loures;
- A nascente - Concelho de Loures, Radial de Odivelas e Bairro das Granjas Novas de Baixo/Rua das Granjas;
- A sul - Bairro das Granjas Novas de Baixo/Rua Irene Lisboa e Radial de Odivelas;
- A poente Avenida 25 de Abril.

Esta área é caracterizada por um relevo em encosta com exposição sul/sudoeste, onde o declive varia entre a cota 233 a norte e a cota 160 a sul,

Ao nível das condicionantes, na área central deste território e atravessando-o na direção norte/sul, encontra-se a Radial de Odivelas/IC22, infraestrutura rodoviária integrada no Plano Rodoviário Nacional.

3. Antecedentes

A delimitação da AUGI das Granjas Novas de Cima, na 22.ª Reunião de Câmara, de 30/outubro/2002, e 1.ª Redelimitação na 24.ª Reunião de Câmara de 19/dezembro/2007, ao abrigo da Lei N.º 91/95, integrando a área de cadastro com 15.279m² (quinze mil, duzentos e setenta e nove), resultante das parcelas 3, 5 e 6, do loteamento rústico da Sociedade Grão-Pará.

No âmbito do processo de reconversão da AUGI, foi a mesma alvo de nova redelimitação ao abrigo da Lei N.º 91/95, na 16.ª Reunião de Câmara de 22/agosto/2012, integrando as parcelas expetantes 2, 4, 7, 8, 9 e 17, totalizando área de cadastro com 30.301m² (trinta mil, trezentos e um) resultantes do mesmo processo de parcelamento rústico, na posse da Sociedade Construções Caracol & Filhos, Ld.ª, visando enquadrar o processo de reconversão com os espaços necessários para equipamento, espaços verdes de utilização coletiva e ainda através da concretização de acessibilidades diretas na área geográfica do território e no concelho de Odivelas.

Nesta área e resultante do mesmo processo de parcelamento rústico, quintinhas de 5.000m², (cinco mil) encontram-se ainda as áreas remanescentes das expropriações inerentes à realização da Radial de Odivelas/IC22, e com diferentes graus de afetação, nomeadamente as parcelas 1, 10, 11, 15 e 16, com área total inicial de 25.411m² (vinte cinco mil, quatrocentos e onze). Estimando-se o valor total de 20.000m² (vinte mil) para o remanescente das parcelas expropriadas e não que integram a delimitação da AUGI.

A Sul da Radial de Odivelas, para as parcelas 13, 21 e 22, resultantes do antigo loteamento rústico, com o valor total de 15.372m² (quinze mil, trezentos e setenta e dois), propriedade da Sociedade Construções Caracol & Filhos, Ld.ª, foi apresentado um pedido de loteamento, conforme processo 1.731/10.

Ainda nesta área encontram-se os terrenos remanescentes das expropriações, para a realização do IC22, parcelas 23, 24 e 25 confinantes com as parcelas 13, 21 e 22, e a Radial de Odivelas, a norte da Rua Irene Lisboa, cuja área é estimada em 9.652m² (nove mil, seiscentos e cinquenta e dois).

A Área de Intervenção da Unidade de Execução contempla o cadastro indicado no quadro seguinte.



N.º Parcela	Área m²	Propriedade
1	5000*	Privado
2	5000	Privado
3	5000	Privado
4	5000	Privado
5	5000	Privado
6	5279	Privado
7	5238	Privado
8	5000	Privado
9	5000	Privado
10	5030*	Privado
11	5084*	Privado
13	5202	Privado
15	5180*	Privado
16	5117*	Privado
17	5063	Privado
21	5133	Privado
22	5037	Privado
23	3884*	Privado
24	3774*	Privado
25	1994*	Privado
26	18083*	Infraestruturas de Portugal

N.º PIM	Área m²	Propriedade
39175	9766	Municipal
38839	2100	Municipal
38901	1715	Municipal

* Áreas medidas em cartografia

4. Objetivos da Unidade de Execução

A Área em questão, com 12ha (doze) localiza-se próximo da principal entrada do concelho a norte, na proximidade do Nó do IC22.

Esta Área, tal como todo o território mais vasto onde se insere, continua a aguardar uma intervenção compatível e integradora de acordo com a sua localização estratégica.

Perante o conhecimento que se detém do território, dos compromissos urbanísticos e dos interesses públicos e privados em presença, a delimitação desta Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima propõe a execução de operações urbanísticas, com objetivos programáticos específicos que devem servir de matriz ao desenho urbano que se pretende implementar nesta zona, a saber:

- Potenciar a afirmação deste território expetante, na assunção da nova centralidade polarizadora, em torno da entrada norte do concelho e da acessibilidade conferida,

configurando-se como importante catalisador de novas atratividades, num território que se apresenta desconfigurado, excêntrico, periférico;

- Criar uma nova imagem urbana, privilegiando a instalação de novos usos e novas valências funcionais;
- Criar uma solução global e integradora na malha urbana que englobe dois cenários de intervenção distintos, assegurando a autonomia e coerência formal e funcional de cada um. O primeiro cenário deverá corresponder à aplicação dos princípios e regras estabelecidos nos IGT/PMOT, aplicáveis à Área da Unidade de Execução e o segundo cenário, à assunção dos compromissos existentes, de modo a viabilizar a reconversão da AUGI, assegurando a sua integração urbanística;
- Garantir a concretização da Estrutura Ecológica Municipal;
- Adequar o sistema de acessibilidades em função da ocupação urbana a consignar na Área da Unidade de Execução;
- Compatibilizar e adequar a proposta, promovendo a articulação formal e funcional com as áreas fronteiras consolidadas e mitigando as assimetrias urbanísticas existentes.

Em síntese, a área objeto da Unidade de Execução será desenvolvida tomando como base as opções estratégicas da intervenção, as potencialidades de reconversão urbanística e os objetivos programáticos expressos nestes Termos de Referência. (...)” (*Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima-Termos de referência*, p. 1 a 4)

(Aprovado por maioria)

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DAS GRANJAS NOVAS DE CIMA

Relatório de ponderação da discussão pública da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima, de acordo com o proposto na informação n.º 022/DPUPE/FL/2016, de 2016.11.03.

“1. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório de ponderação da discussão pública da proposta de delimitação da Unidade de Execução (UE) das Granjas Novas de Cima.

A delimitação da presente UE decorre da estratégia territorial definida no esquema diretor da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 15 - Norte da Ramada e corresponde à divisão SubUOPG 15A, que



se situa na zona norte do território da Ramada e apresenta uma área aproximada de 12ha.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Estudo que enquadra e define a oportunidade de elaboração de uma Unidade de Execução (UE) na zona Norte da Ramada, foi elaborado nos termos do previsto no n.º 2 do artigo n.º 147 do Decreto-Lei N.º 80/2015, de 14 de maio, com a atual redação, o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

A Unidade de Execução proposta integra a área da UOPG-15-Norte da Ramada, do Plano Diretor Municipal de Odivelas, aprovado na Assembleia Municipal de Odivelas, na sessão de 29/junho/2015 e publicado em Diário da República N.º 171, 2.ª Série, de 02/setembro/2015.

3. PROCEDIMENTO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Nos termos do n.º 4 do artigo n.º 148 do RJIGT, a Câmara Municipal de Odivelas, na 9.ª Reunião Ordinária de 4 de maio de 2016, deliberou por maioria aprovar a abertura do período de discussão pública da proposta de delimitação da UE Granjas Novas de Cima.

O período de discussão pública decorreu de 13 de junho a 08 de julho 2016, tendo sido alargado até ao dia 30 de julho.

A discussão pública da presente UE assentou, á semelhança do que sucede na generalidade dos instrumentos de gestão territorial, em quatro momentos fundamentais: abertura e anúncio do período de discussão pública; comunicação e divulgação dos documentos em consulta pública; participação e esclarecimento dos interessados; sistematização, ponderação e divulgação dos resultados da discussão pública.

ABERTURA E ANÚNCIO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

Após a deliberação da Câmara Municipal, a mesma foi objeto de publicação no Diário da República 2.ª série, n.º 106, de 2 de Junho através do Aviso n.º 7032/2016, de 2 de Junho. Procedeu-se á sua divulgação através da comunicação social (anúncio publicado no jornal Correio da Manhã) e da página Web da Câmara Municipal.

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS DOCUMENTOS EM CONSULTA PÚBLICA

Estiveram em consulta pública os seguintes documento:

Aviso N.º 7032/2016, DE 2 DE JUNHO

PEÇAS ESCRITAS

- Termos de referência da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima

PEÇAS DESENHADAS

- Planta 01 - Planta de usos do solo e Unidades de Execução
- Planta 02 - Planta de cadastro e Planta de síntese

Complementarmente foi, também, disponibilizada a ficha da UOPG 15 - Ramada Norte, que contextualiza este território em matéria de ordenamento do território e orientações programáticas.

Estes documentos foram impressos para consulta no balcão de atendimento do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico e disponibilizados em formato digital na página Web do município.

(...)

4. CONCLUSÃO

Verifica-se que durante o período de discussão pública não foi solicitado nenhum tipo de esclarecimento relativo à proposta de delimitação da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima, nem apresentado, por nenhuma das vias anteriormente referidas, qualquer tipo de contributo (Sugestão/observação, reclamação, pedido de esclarecimento, outro).

Neste sentido e perante a ausência de participação registada neste processo, não se justifica proceder a qualquer tipo de alteração ou ajuste à presente proposta.

Mantêm-se, por conseguinte, os pressupostos que integram a proposta apresentada à Câmara Municipal na 9.ª Reunião Ordinária de 4 de maio de 2016, convertendo-se a proposta em discussão pública em Proposta Final, cujos respetivos Termos de Referência e Cartografia são agora complementados com a Planta 03, que integra os parâmetros que caracterizam a proposta desta Unidade de Execução.

Neste sentido, serão submetidos à aprovação do Executivo Municipal os seguintes elementos:

PEÇAS ESCRITAS

- Termos de referência da Unidade de Execução das Granjas Novas de Cima

PEÇAS DESENHADAS

- Planta 01 - Planta de usos do solo e Unidades de Execução
- Planta 02 - Planta de cadastro e Planta de síntese
- Planta 03 - Planta síntese” (*Unidade de Execução - Termos Referência – Granjas Novas de Cima [Relatório de Ponderação da Discussão Pública*, p. 3, 4 e 6]

(Aprovado por maioria)



**SUBSTITUIÇÃO DA HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
OCTÁVIO DOS SANTOS CORREIA**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 66, inserido no Bairro Monte Verde, União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 11141 do Banco Caixa Geral de Depósito, S.A., em nome de Octávio dos Santos Correia, a favor da Câmara Municipal de Odivelas, no valor de €1.757,50 (mil setecentos e cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente ao valor caucionado por hipoteca legal estabelecido no alvará de loteamento n.º 2/2002/DRLA, nos termos da informação técnica n.º 126/RO/DRRU/DGOU/2016, de acordo com o proposto na informação n.º 79.2016, de 2016.10.27.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 50/PRES/2016

Assunto: Designação de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas - revogação do Despacho n.º 95/PRES/2015

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos artigos 56.º, n.º 1 e 57.º, n.º 3 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua versão atualizada, **designo como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas**, o Senhor Vereador **Edgar Luis Simões Valles**, a quem, para além das funções que lhe estão distribuídas, cabe substituir-me nas minhas faltas ou impedimentos, no exercício das minhas competências próprias e ainda nas que me foram delegadas ou venham a ser, pela Câmara Municipal.

O presente despacho revoga o meu despacho n.º 95/PRES/2015 e produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 23 de novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 51/PRES/2016

Assunto: Congelamento de novos Cabimentos e Compromissos

Considerando, a necessidade de se limitar, no final do ano económico, as despesas decorrentes da atividade municipal, por forma a minimizar o número de processos de despesa a transitar para o orçamento de 2017, determino:

1.O congelamento de novos cabimentos e compromissos e a não assunção de novas responsabilidades, a partir do próximo dia 1 de dezembro de 2016;

2.A realização de despesas urgentes e inadiáveis, e/ou cabimentos e compromissos relativos a despesas de



funcionamento, só podem ser efetuadas após prévia análise pelo Gabinete da Presidência e a sua autorização pelo signatário para a respetiva cabimentação e compromisso;

3. Os processos de despesa identificados pelos serviços como urgentes e inadiáveis têm que conter a respetiva fundamentação.

Odivelas, 24 de novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

DESPACHO N.º 52/PRES/2016

Assunto: Calendarização do subsistema de avaliação do desempenho SIADAP3 (Trabalhadores) – para o biénio de 2017/2018.

Considerando o estatuído na alínea b) do n.º 1 do Artigo 60.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual aplicado à Administração Local pelo Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, bem como o disposto no n.º 2 do Artigo 30.º do “Regulamento do Conselho de Coordenação da Avaliação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Câmara Municipal de Odivelas”, publicado em anexo ao Despacho n.º 2/CCA/2013, de 17 de janeiro, determino que o processo de avaliação do desempenho referente à avaliação dos trabalhadores (SIADAP3) seja cumprido de acordo com a seguinte calendarização:

SIADAP 3		
Fases	Data	Tarefas
Planeamento do processo de avaliação	Até 31 de dezembro	Definição de objetivos e fixação dos resultados a atingir.
Contratualização dos parâmetros da avaliação: Objetivos e competências	Durante o mês de fevereiro de 2017	Fixação dos objetivos individuais e competências dos trabalhadores – biénio 2017/2018.
Acompanhamento e reformulação de objetivos – SIADAP 3	No decorrer do biénio de 2017/2018	Reunião entre avaliador e avaliado, para eventuais medidas corretivas ou de reformulação de objetivos.
Autoavaliação e avaliação	De 1 a 15 de janeiro de 2019	- Entrega da ficha de autoavaliação pelo avaliado; - Avaliação do biénio 2017/2018 - Avaliação por ponderação curricular (em relação aos trabalhadores que não reúnem as condições para avaliação nos termos do SIADAP)
Harmonização de propostas de avaliação	De 16 a 31 de janeiro de 2019	Reunião do CCA para analisar as propostas de avaliação e a sua harmonização do biénio 2017/2018, de forma a assegurar o cumprimento das

		percentagens máximas de diferenciação dos desempenhos.
- Comunicação da avaliação do biénio 2017/2018	Durante o mês de fevereiro de 2019	Reuniões entre avaliadores e cada um dos avaliados, tendo como objetivo dar conhecimento da avaliação.
Apreciação pela Comissão Paritária	Até 10 dias úteis após tomar conhecimento da proposta de avaliação	Apresentação do pedido por parte do trabalhador, com a fundamentação necessária à sua apreciação.
Homologação das Avaliações do biénio 2017/2018	Até 30 de março de 2019	O Presidente da Câmara, no âmbito das suas competências, homologa as avaliações.
Reclamação do ato da homologação	5 dias após tomar conhecimento	Apresentação do pedido por parte do trabalhador, com a fundamentação necessária à sua apreciação.

Odivelas 25 de novembro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAIS

EDITAL N.º 104/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 3/2004 Bairro Tomada da Amoreira – União das Freguesias de Ramada e Caneças

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 3/2004 do Bairro Tomada da Amoreira para os lotes 9, 9A, 10, 10A, 21 e 40 consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 40632/OM encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 18 de outubro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 7/2001 – B.º dos Pedernais – Ramada/Caneças

10.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odiveelas datada de 15 de junho de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Guilhermino Augusto Cabral.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Descrição	Alvará Loteamento	Alteração Alvará	Diferencial
	Lote B100	Lote B100	
Área lote	367,20 m ²	367,20 m ²	-
Área implantação	110,90 m ²	110,90 m ²	-
Nº Pisos	2 + cv	3	+1
Área construção	221,80 m ²	335,00 m ²	113,20 m ²
Número fogos	2	3	+1
Número de Ocupações	1	0	-1

Os valores alterados foram representados a **negrito**.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

Descrição	Alvará loteamento	Alteração Alvará	Diferencial
Área intervenção	235.555,35 m ²	235.555,35 m ²	
Área total de lotes	173.568,05 m ²	173.568,05 m ²	
Número total de lotes	436	436	
Número total de fogos	781	782	+1
Número total de ocupações	88	87	-1
Número de pisos máximo	3P+CV	3P+CV	
Densidade habitacional	33,16 fogos/ha	33,19 fogos/ha	+0,03
Densidade populacional	116,04 ha/ha	116,19 ha/ha	+0,15
Área de construção	128.645,80 m ²	128.759,00 m ²	+113,20 m ²
Índice de construção	0,55	0,55	
Área total de implantação	61.077,65 m ²	61.077,65 m ²	



Índice de implantação bruto	0,26	0,26	
Áreas para equipamento – Parcela B/C/D	3.188,60 m ²	3.188,60 m ²	
Áreas para zonas verdes – logradouros Parcelas E/F/G/J	99.406,80 m ² 5.669,00 m ²	99.406,80 m ² 5.669,00 m ²	
Total	105.075,80 m ²	105.075,80 m ²	

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor. Para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetadas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização.

No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 6/2007 – B.º dos Carrascais – Ramada/Caneças

4.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 15.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 27 de julho de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2007, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Carlos Alberto Pinto Nunes.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

	Alvará n.º 6/2007				Proposta de Alteração ao Alvará n.º 6/2007			
Lote	ÁREA DE IMPL. (m²)	ÁREAS DE CONSTRUÇÃO (m²)		IND. DE OCUP.	ÁREA DE IMPL. (m²)	ÁREAS DE CONSTRUÇÃO (m²)		IND. DE OCUP.
		CONST. EXIST.				CONST. EXIST.		
		PISOS	ÁREA			PISOS	ÁREA	
75	103,50	2	207,00	0.30	153,12	2	215,19	0.43

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

	Alvará n.º 6/2007	Proposta de Alteração ao Alvará n.º 6/2007	DIF.
ÁREA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO	10.805,50 m²	10.855,12 m²	+ 49,62 m²
ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO	23.562,50 m²	23.570,69 m²	+ 8,19 m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 13 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 9/2001 – B.º Encosta de Mourigo – Pontinha/Famões

4.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 9 de março de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 9/2001, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Miguel de Sousa Lima Rodrigues Lapa.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Lote	Área (m2)		Fogos		Pisos		Uso		Implantação (m2)		Construção (m2)	
	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração	Alvará	Alteração
25	820	888	1	1	2+cv	2+cv	H	H	350	400	400	500

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

Parâmetros Urbanísticos	ALVARÁ 9/2001	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ 9/2001	DIF.
Área total dos lotes	70789,00 m ²	70857,00 m²	+ 68,00 m²
Área a integrar o domínio municipal (arruamentos, passeios e estacionamento público)	12987,12 m ²	12919,12 m²	- 68,00 m²
Índice de utilização	0,65	0,65	--
Área de construção total	55257,00 m ²	55357,00 m²	+ 100,00 m²
Índice de ocupação	0,32	0,32	--
Área de implantação	27487,00 m ²	27537,00 m²	+ 50,00 m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrerem qualquer alteração

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 19 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/89 – B.º Casal da Silveira – Pontinha/Famões

21.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 6.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 23 de março de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Margarida do Rego Fernandes e Outros.

Com a presente alteração deixará de se aplicar o disposto na cláusula 2 do Regulamento do Bairro Casal da Silveira para os lotes 72, 338, 374, 376, 499, 550 e 745 considerando-se como áreas máximas as constantes no presente aditamento.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Alvará 5/89							Pretensão						
Lote	Área	Área	Área	Área	pisos	fogos	Área	Área	Área	Área	pisos	fogos	A.E./
	Lote	Impl.	Cons.	Anexo			Lote	Impl.	Cons.	Anexo			ARM
	[m²]	[m²]	[m²]	[m²]			[m²]	[m²]	[m²]	[m²]			[m²]
72	290	120 a)	240	28 b)	2	2	298	184,80	313,50	42,00	2	1	184,80
338	375	120 a)	240	28 b)	2	2	402	169,56	318,72	45,78	2	1	169,56
374	400	120 a)	240	28 b)	2	1	363	120,89	241,35	43,85	2	1	c)
376	335	120 a)	240	28 b)	2	2	363	143,20	293,04	31,48	2	1	143,20
444	320	a), d)	d)	b)	2	1	320	a), d)	d)	b)	2	2	c)
492	301	a), d)	d)	b)	2	1	300	a), d)	d)	b)	2	2	c)
494	301	a), d)	d)	28 b)	3	2	303	a), d)	d)	44,19	3	2	40,00
499	320	120 a)	360	b)	3	3	335	176,44	404,72	b)	3	3	c)
550	338	120 a)	240	b)	2	2	382	197,74	395,74	b)	2	2	c)
745	285	114 a)	228	28 b)	2	1	285	121,10	205,00	36,20	2	1	c)
Total	3265	834	1788	168	---	17	3351	1113,73	2172,07	243,50	---	16	537,56
Diferencial							+86	+279,73	+384,07	+75,50	---	-1	+537,56

a) Cláusula n.º 6 do regulamento do alvará de loteamento que prevê para moradias isoladas, geminadas e em banda um índice máximo de implantação de 40%, 50% e 60%, respetivamente, com um valor máximo de 120m² para lotes com área até 400m² e 150m² para lotes com área superior a 400m².

b) Cláusula n.º 7 do regulamento do alvará de loteamento que prevê a existência de anexos com 10% da área do lote com um valor máximo de 28m².

c) Cláusula n.º 4 do regulamento do alvará de loteamento que prevê a mudança de uso do r/chão de habitação para comércio.

d) Cláusula n.º 2 do regulamento do alvará de loteamento que prevê que poderá ser solicitada legalização com a implantação, volumetria e cercas existentes.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.



As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 26 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2003 – B.º Vale Pequeno – Pontinha/Famões

8.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 12.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 15 de junho de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2007, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Maria Irene Brás Serralheiro Ferreira.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

ALVARÁ LOTEAMENTO					ALTERAÇÃO AO ALVARÁ							
Lote	A.Lote	A.I.	A.C.	N.º P	Fogos	Usos	A.Lote	A.I.	A.C.	N.ºP	Fogos	Usos
3	463 m²	428 m²	628 m²	2	-	C	463 m²	440 m²	856 m²	2	-	C
Diferencial	-							+ 12 m²	+ 228 m²	-	-	-

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos do Bairro:

	ALVARÁ LOTEAMENTO	ALTERAÇÃO AO ALVARÁ	Diferencial
ÁREA MÁXIMA DE IMPLANTAÇÃO	44.290 m²	44.302 m²	+ 12 m²
% MÁXIMA ED OCUPAÇÃO DO SOLO	0.34	0.34	
ÁREA MÁXIMA DE CONSTRUÇÃO	87.704 m²	87.932 m²	+ 228 m²
ÍNDICE MÁXIMO DE CONSTRUÇÃO	0.67	0.67	
6.9. REGULAMENTO	22.253 m²	22.247 m²	- 6

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 18 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 6/2002 – B.º Casal S. Sebastião – Pontinha/Famões

4.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 16.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 24 de agosto de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 6/2002, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Mauro Ivan dos Santos Lima.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 6/2002								ALTERAÇÃO AO ALVARÁ N.º 6/2002						
N.º Lote	A. Lote	A.I.	Usos	Pisos	A.C.	A. Anexo	Fogos	A. Lote	A.I.	Usos	Pisos	A.C.	A. Anexo	Fogos
132	258,60	95,50	Hab.	2	167,00	24,00	1	ANULADO						
133	289,40	116,05	Hab.	2	232,10	24,00	1	548,00	211,55	Hab.	2	399,10	24,00	1
DIF.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-1

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

Parâmetros urbanísticos e outros indicadores	Alvará 6/2002	Alteração ao Alvará 6/ /2002
População residente	1.500	1.497
Número de Lotes	477	476
Número de Fogos	494	493
Densidade Populacional	64	63
Densidade Habitacional	20,94	20,90
Área coberta p/Habitante	34,57	34,66
Estacionamentos Privados	955	954
Área de Cedência/fogo	58,44	58,56

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 27 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/99 – B.º Casalinho da Azenha – Pontinha/Famões

3.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 15.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 27 de julho de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/99, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Assunção Fernandes Rei Bernardino.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

Alvará n.º 1/99							Proposta de Alteração ao Alvará n.º 1/99					
Lote	Área Lote (m²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)	Área Lote (m²)	Pisos	Fogos	Uso	Área Impl. (m²)	Área Const. (m²)
34	295	2	2	H	100,50	201	295	2	2	H	151	253

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos Parâmetros Urbanísticos Totais do Bairro:

	Alvará n.º 1/99	Proposta de Alteração ao Alvará n.º 1/99	Dif.
Área Total de Implantação	14.015,20 m²	14.065,70 m²	+ 50,50 m²
Área Total de Construção	28.667,28 m²	28.719,28 m²	+ 52 m²

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 28 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas– Ramada/Caneças

10.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 9 de março de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Francisco Silva e Outros.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos Parâmetros Urbanísticos do Lote:

N.º Lote	Área do Lote		Índice de Utilização (construção)		Área de construção (superfície de pavimento)		N.º máximo de pisos		N.º de Fogos		Utilização (Uso)	
	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>
152	720,00	720,00	0,40	0,40	288,00	288,00	2	2	1	1	habitação	habitação
196	236,30	299,40	1,10	0,87	260,00	260,00	cv+1	cv+1	1	1	habitação	habitação
198	427,50	364,40	0,40	0,47	171,00	171,00	2	2	1	1	habitação	habitação

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito da legalização das edificações deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 26 de outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 105/PRES/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/11208, 2016.11.11:

Processo n.º 144/2016/OP/GI

Nome: Manuel Martins Nunes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Eng.º Edgar Cardoso – Lote 569 – Bairro dos Quatro - Famões

Data de despacho: 05.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 394/2015/OP/GI

Nome: Hermínio Vale Bernardo

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Liberdade, lote 14 – Quinta das Canoas – Pontinha

Data de despacho: 05.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferido Licenciamento da Operação Urbanística

Processo n.º 103/2016/OP/GI

Nome: Amâncio Rodrigues Pedrinho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Dr. Gentil Martins, lote 21 – Bº Novo Stº Eloy – Pontinha

Data de despacho: 05.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 282/2015/OP/GI

Nome: Ricardo Cláudio da Conceição Fernandes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Marquesa de Alorna – Lote 283 – Bº Casal do Trigache – Famões

Data de despacho: 05.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 106/2016/OP/GI

Nome: Licínio do Nascimento Rebelo Leal

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua de Belém, lote 112 – Bº Moinho do Baeta – Caneças

Data de despacho: 05.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º @329/2015

Nome: António Salazar Fonseca

Assunto: Acompanhamento de Obra/fiscalização

Local: Rua 25 de Agosto, lote 2 – Bairro Casal dos Bons Dias – Ramada

Data de despacho: 05.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 308/2016/OP

Nome: Luís José Joyce Fernandes Pereira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 50 – 50A - Odivelas

Data de despacho: 09.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 132/2015/OP

Nome: Nuno Gonçalo de Aguiar Vigoço Duarte

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Lugar do Pinhal do Vide Ou Maria Teresa - Caneças

Data de despacho: 09.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 259/2016/D/OVP

Nome: EDP DISTRIBUIÇÃO-ENERGIA,SA

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art. 18º do DL n.º 555/99 de 16 Dezembro na sua atual redação

Local: Rua Abel Manta, Lote 1, B Trigache Norte – Pontinha e Famões

Data de despacho: 12.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferir o pedido de Licença

Processo n.º @-135/016

Nome: Carvalho e Amílcar – Sociedade de Construções Lda

Assunto: Execução de obras de edificação em desacordo com a Comunicação Prévia

Local: Rua do Girassol/Trav. Barradas de Carvalho, lote 238 – Bº. Girassol - Ramada

Data de despacho: 16.09.2016

Teor do Despacho: Embargo/Notifique-se

Processo n.º 311/2016/D/OVP

Nome: Tecnilopes, Manutenções Elétricas, Lda

Assunto: Outras Operações Urbanísticas – Art. 18º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua atual redação

Local: Rua Cidade de Loures, lote 464, Bairro Vale Grande – Pontinha e Famões

Data de despacho: 16.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Deferido o pedido de licença

Processo n.º @-237/2015

Nome: Serafim Almeida Lourenço-Cabeça de Casal dos Herdeiros de Miquelina de Almeida

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Machado de Castro, lote 497-B Casal da Silveira - Famões

Data de despacho: 20.09.2016

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de utilização



Processo n.º @-309/2015

Nome: Silvino Augusto Pedro Paulino

Assunto: Prorrogação de Prazo

Local: Rua das Queimadas, lote 1 Pontinha

Data de despacho: 20.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido de prorrogação do prazo

Processo n.º 136/2016/OP/GI

Nome: Ana Beatriz Canedo Pereira Mendes

Assunto: Aprovação dos Projectos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Mirandela, lote 76 B, São Sebastião - Famões

Data de despacho: 20.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 159/2016/OP

Nome: Quasi-Arrematações Judiciais, SA

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Prof. Francisco Gentil, n.º 21 e 23 Povia de Santo Adrião

Data de despacho: 20.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 8/2016/OP/GI

Nome: Pedro Manuel da Cunha Sancho

Assunto: Aprovação dos Projectos de Especialidade

Local: Rua da Associação, lote 84 Bairro Casal do Bispo - Famões

Data de despacho: 20.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 504/2015/OP/GI

Nome: Luís Filipe da Fonseca Vila Nova

Assunto: Aprovação dos Projectos de Especialidades

Local: Rua Vasco Santana, lote 96 Quinta da Condessa Pontinha

Data de despacho: 20.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 102/2016/OP/GI

Nome: Joaquim da Graça Gomes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Ribeiro, lote 7 – Quinta das Canoas – Pontinha

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 10/2016/OP/GI

Nome: Aníbal Borges

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 25 de Abril, lote 139A – Casal da Silveira – Famões

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de Arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 203/2016/OP/GI

Nome: Tiago Emanuel Rodrigues da Silva Jacinto

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Bairro Casal dos Apréstimos, lote 125 – Ramada

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 147/2016/OP

Nome: Graça & Miranda, Lda.

Assunto: Aprovação dos Projectos de Especialidade

Local: Rua Dom Dinis, n.º 26 – R/C Esq. – Odivelas

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença Administrativa

Processo n.º @135/2016

Nome: Carvalho e Amílcar – Soc. Construções Lda.

Assunto: Acompanhamento de Obra/Fiscalização

Local: Rua do Girassol/Travessa Barradas de Carvalho, lote 238 – Bº Girassol – UF Ramada e Caneças

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Embargo/Notifique-se

Processo n.º 198/2016/OP/GI

Nome: Vitor Manuel Viduedo Carvalho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 1º de Janeiro, lote 64 – B. Novo do Trigache – Famões

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 109/2016/IP

Nome: Michelangelo Cunha Graça Cocco

Assunto: Informação Prévia

Local: Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 57 – Odivelas

Data de despacho: 27.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 163/2016/OP

Nome: Inspama – Inspeções Automóveis S.A

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Quinta dos Cedros - odivelas

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a Licença Administrativa

Processo n.º 234/2016/OP/GI

Nome: António Ferreira Gaspar

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Elina Guimarães, lote 127 – Bairro da Milharada – Pontinha

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 243/2016/OP/GI

Nome: João Peres Barata

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Índia, lote 170 – B. Moinho do Baeta – Caneças

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento



Processo n.º 228/2016/OP/GI
Nome: Manuel Cândido Brandão de Jesus
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua do Norte, lote 90 – bº Castelo Poente – Caneças
Data de despacho: 29.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 246/2016/OP/GI
Nome: José Francisco Ferreira e Filhos, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Luísa Neto Jorge, lote 142 – Famões
Data de despacho: 30.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 252/2016/OP/GI
Nome: Júlio Borges Vicente
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Fé, lote 80B – Bº Novo do Trigache – Famões
Data de despacho: 30.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 184/2016/OP/GI
Nome: Manuel Joaquim Pina
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Quinta da Silveira, lote 562 – Bº Casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 30.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/ Aprovado o projeto de arquitetura

Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/11206, de 2016.11.11:

Processo n.º 46/2014/OP
Nome: Talento e Labor, Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua de Angola, n.º 4ª – Olival Basto
Data de despacho: 06.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Proceda-se em conformidade

Processo n.º @155/2016
Nome: José António Franco de Matos
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua Humberto Delgado, lote 195 – Bº Casal do Bispo – Famões
Data de despacho: 06.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @157/2016
Nome: José Costa Augusto
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua das Palmeiras, lote 49 – Quinta da Barroca – Famões
Data de despacho: 06.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @294/2015
Nome: Jorge Manuel de Jesus Martins Simões
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Guerra Junqueiro, n.º 22 – Bº dos Cagados – Odivelas
Data de despacho: 06.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de utilização

Processo n.º 132/2015/OP
Nome: Nuno Gonçalo de aguiar Vigoço Duarte
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Lugar do Pinhal do Castelo de Vide ou Maria Teresa – Caneças
Data de despacho: 07.09.2016
Teor do Despacho: Concorde

Processo n.º @40/2016
Nome: Manuel Botelho Rodrigues
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 25 de Abril, lote 141ª – Casal da Silveira – Famões
Data de despacho: 13.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @103/2016
Nome: José Maria Cardoso
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Casal do Troca ou Estrada da Pontinha – Pontinha
Data de despacho: 13.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 365/2015/OP/GI
Nome: Joaquim Sebastião
Assunto: Autorização de utilização
Local: Rua das Laranjeiras, lote 30A – Casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 13.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @86/2016
Nome: António Pinto Pacheco
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Vitorino Nemésio, lote 381 – B.º dos Quatro - Famões
Data de despacho: 13.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 219/2016/OP/GI
Nome: Nazaré Rosa Leitão
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua Natália Correia, lote 229 – Bº da Milharada – Famões
Data de despacho: 13.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente



Processo n.º @157/2015
Nome: Homero dos Santos Prazeres
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Marques de Pombal, Lote 276 – Bº Casal Novo – Caneças
Data de despacho: 13.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 357/2015/OP/GI
Nome: Construções Araújo & Machado Lda.
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Alfredo Keill, lote 1 – Bº Casal dos Apréstimos - Ramada
Data de despacho: 06.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 13008/CP/OP/GI
Nome: José Dias
Assunto: Comunicação Prévia – Art.º 34º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação
Local: Rua Jorge de Sena, lote 48ª – Sítio de Várzea – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 12.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 2450/OP
Nome: Industrial Construções, J. Gomes, Lda.
Assunto: Comunicação Prévia – Art.º 34º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação
Local: Urbanização Colinas do Cruzeiro, Zona 4, lote 10 – Odivelas
Data de despacho: 14.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Admitida a Comunicação Prévia

Processo n.º @237/2015
Nome: Serafim Almeida Lourenço – Cabeça de Casal dos Herdeiros de Miquelina de Almeida
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Machado de Castro, Lote 497 – Bº Casal da Silveira - Famões
Data de despacho: 15.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º 186/2016/OP/GI
Nome: Obridantas Construções Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua das Palmeiras, lote 184 – Bº Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 15.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 251/2016/OP/GI
Nome: Engate 3 Comércio e Indústria de Alumínios, Lda.
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Avenida das Oliveiras, lote 261 - Famões
Data de despacho: 15.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 3314/OP/GI
Nome: 3N – Sociedade de Construções, Lda.
Assunto: Comunicação Prévia – Art.º 34 do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação

Local: Rua 25 de dezembro, lote B64 – Pedernais – UF Ramada e Caneças
Data de despacho: 17.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º @98/2016
Nome: António Fernandes Nunes do Pedro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Madame Curie, lote 116 – Bº Novo das Queimadas – Famões
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º @212/2015
Nome: Manuel Cândido Sobral e Gonçalves
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º de Janeiro, lote 54Bº Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 98/2014/OP/GI
Nome: José Manteigas Benedito
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua 1º de janeiro, lote 60 – Bº Novo Trigache – Famões
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @297/2015
Nome: Armando João Pérola Correia da Silva
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Padre Cruz, lote 105 – Bº Casal do Bispo
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 169/2015/OP/GI
Nome: Alcino Azevedo Cordeiro
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua da Fé, lote 48 – Bº Novo do Trigache – Famões
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º @21/2014
Nome: Eduardo Carlos Correia lapa
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Boa Vista, lote 73 – Bº dos Carrascais- Caneças
Data de despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização
Teor do Despacho: 19.09.2016

Processo n.º 187/2016/OP/GI
Nome: Obridantas Construções Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua das Palmeiras, lote 184ª – Bº Sol Nascente – Famões
Data de despacho: 23.09.2016
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 280/2016/OP
Nome: CTZ Construções Torres do Zêzere, Lda.
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Quinta do Pinhal, lote 4A - Ramada



Data de despacho: 26.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @66/2016
Nome: Pedro Jorge Amaral Gerales
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 129 – Bº Casal dos Apostolos – Ramada
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 13974/CP/OP/GI
Nome: Emília Rosa Martins Rodrigues Álvaro
Assunto: Autorização de Utilização – art.º 62º do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual
Local: Rua António Freitas- lote 2 – Bº da Quinta da Fonte – Odivelas
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 13348/CP/OP
Nome: Associação para a Educação Islâmica em Portugal
Assunto: Licença Administrativa- n.º 2 do art.º 4 do Dec - Lei n.º 555/99 na sua atual redação
Local: Rua 3 de abril de 1964, n.º 10,12 e 14 de Odivelas
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @156/2016
Nome: Manuel dos Santos Morgado
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Cidade de Sines, lote 195 – Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 19.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 15813/OCP
Nome: Eusébio Manuel da Silva Campos
Assunto: Comunicação Prévia – n.º 3 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação
Local: Av.ª 25 de Abril, n.º 30B - Pontinha
Data de despacho: 21.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 19687/L
Nome: EDC-Edificações Económicas, SARL
Assunto: Licença Administrativa – n.º 2 do art.º 4 do Dec-Lei n.º 555/99 na sua atual redação
Local: Quinta Nova - Odivelas
Data de despacho: 26.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 13133/CP/OP/GI
Nome: José Maças da Silva
Assunto: Autorização de Utilização – art.º 62º do Dec-Lei n.º 555/99 com a redação atual
Local: Rua de São Martinho, lote 154 – Bº Vale Grande – UF de Pontinha e Famões
Data de despacho: 26.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 165/2016/OP/GI
Nome: João Ribeiro Delgado
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua 25 de Agosto, lote 24 – Bº Casal dos Bons Dias – Ramada
Data de despacho: 26.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 11906/L/OC
Nome: Sociedade Construções Martins Dias, Lda.
Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA
Local: Amoreira – Terra Comprida – UF da Ramada e Caneças
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 278/2016/OP/GI
Nome: Maria da Silva Caçador
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU
Local: Rua da Boa Hora, Viv. Caçador, lote 92 - Caneças
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se Liminarmente

Processo n.º @78/2016
Nome: Vitor Martins Simões
Assunto: Autorização de Utilização
Local: Rua Ivone Silva – Lote 870 – Bº Casal Novo – Famões
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 235/2016/OP/GI
Nome: António Barros Mendes
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de terrenos e Outras OU
Local: Rua Cidade de Leiria, lote 483 – Bº Vale Grande – Pontinha
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 207/2016/OP/GI
Nome: Anunciação Paiva Beltrão
Assunto: Comunicação Prévia de obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Laura Aires, Lote 30 – Bairro Trigueiro Centro - Famões
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 275/2016/OP/GI
Nome: Ana Filipa Sequeira e Outro
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos
Local: Rua Vieira da Silva, lote 65 – Bº da Milharada – Pontinha
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 12477/L/OC
Nome: Construções J.A. Fernandes, Lda.
Assunto: Licenciamento Condicionada- Lei n.º 91/95
Local: Casal da Caiada – Pedernais – Ramada
Data de despacho: 28.09.2016
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se



Processo n.º @167/2016

Nome: Antônio Rodrigues Construções Unipessoal, Lda.

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua dos Chãos Compridos, lote 14 – Famões

Data de despacho: 28.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @37/2016

Nome: Mihail Stratila

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua Alexandre Herculano, n.º 21 – Odivelas

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Indeferida a autorização de Utilização

Processo n.º @143/2016

Nome: Urbano Fernandes Mendes

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua 5 de setembro, lote 1249 – Caneças

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 271/2016/OP/GI

Nome: Inovacil Sociedade Construção Civil, Lda.

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Fernando Lopes Graça – Granjas Novas – Ramada

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Rejeite-se liminarmente

Processo n.º 324/2015/OP

Nome: Amadeu da Mota

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Quinta da Quintinha, lote E12 – Póvoa de Santo Adrião

Data de despacho: 29.09.2016

Teor do Despacho:

Processo n.º 445/2015/D/OVP

Nome: Patrícia Alexandre Brandão Santos

Assunto: Audiência dos Interessados – art.º 121º e 122º do CPA

Local: Rua dos Povos de Alpiarça, lote 3 – Bº Castelo Poente – UF de Ramada e Caneças

Data de despacho: 30.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 360/2015/OP/GI

Nome: José da Graça Curado Prioste

Assunto: Aprovação dos projetos de Especialidade

Local: Rua da Associação n.º 23 – Bº Casal do Bispo – Famões

Data de despacho: 30.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 502/2015/OP/GI

Nome: José Diniz de Oliveira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Quinta da Silveira, lote 588 – Bº Casal da Silveira

Data de despacho: 30.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 255/2016/OP/GI

Nome: Daciano Duarte Rodrigues Rocha

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 25 de Agosto, lote 20 – Bº Casal Bons Dias – Ramada

Data de despacho: 30.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 472/2015/OP/GI

Nome: Edmundo José Marques Joaquim

Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos

Local: Rua 1º Novembro, lote 7 – Moinho do Baeta - Caneças

Data de despacho: 30.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @214/2015

Nome: Luzia do Carmo Alves Lourenço

Assunto: Autorização de Utilização

Local: Rua dos Carrascais, lote 38 – B. Carrascais – Caneças

Data de despacho: 30.09.2016

Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/11205, de 2016.11.11:

Processo n.º 456/2015/OP/GI

Nome: LUCIANO MENDES VICENTE

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua António Aleixo, lote 881, Casal da Silveira

Data de emissão: 02/09/2016

Comprovativo n.º 154/2016

Processo n.º 366/2015/OP/GI

Nome: JOSÉ MANUEL FERREIRA TEIXEIRA

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua dos Eucaliptos, lote 59 (antigo lote 65), Bº. Casal da Perdigueira

Data de emissão: 08/09/2016

Comprovativo n.º 155/2016

Processo n.º 497/2015/OP/GI

Nome: ISIDRO LOURENÇO DE OLIVEIRA

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua Sol Nascente, lote 26, Bº. Sol Nascente

Data de emissão: 14/09/2016

Comprovativo n.º 156/2016

Processo n.º 507/2015/OP/GI

Nome: FLORINDA OLIVEIRA MARANTE

Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia

Local: Rua 25 de Agosto, lote 15, Bairro Casal dos Bons Dias

Data de emissão: 14/09/2016

Comprovativo n.º 157/2016



Processo n.º @ 165/2016 – 10.268/CP/OP/GI
Nome: MARIA DA LUZ LOURENÇO BALTAZAR
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Av. Da Liberdade, lote 126 A, Bº. Encosta do Mourigo
Data de emissão: 14/09/2016
Comprovativo n.º 158/2016

Processo n.º 177/2015/OP/GI
Nome: JOAQUIM GONÇALVES MACHORRO
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua General Humberto Delgado, lote 51, Bº. Casal do Bispo
Data de emissão: 16/09/2016
Comprovativo n.º 159/2016

Processo n.º 506/2015/OP/GI
Nome: CADIZ – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A.
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Bernardo Santareno, lote 159, Granjas Novas
Data de emissão: 21/09/2016
Comprovativo n.º 160/2016

Processo n.º 12.314/CP/OP/GI
Nome: HABIZEZERE – CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Amélia Rey Colaço, lote 786, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 23/09/2016
Comprovativo n.º 161/2016

Processo n.º 280/2015/OP/GI
Nome: MANUEL FERNANDO DA COSTA E OUTRO
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua do Norte, lote 318, Bº. Casal da Silveira
Data de emissão: 26/09/2016
Comprovativo n.º 162/2016

Processo n.º 162/2016/OP
Nome: PAULO JORGE PIRES FERNANDES
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia
Local: Rua Major Rosa Bastos, lote 76, Caneças
Data de emissão: 27/09/2016
Comprovativo n.º 163/2016

Listagem dos Alvarás de Utilização e de Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 15/VPCT/2015, de 27 de outubro, durante o mês de setembro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/11209, 2016.11.11:

ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

Processo n.º 221/2016/D/OVP
Nome: PROARBA-ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua António Nobre, nº 1, Patameiras
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 48/2016

Processo n.º 449/2015/D/OVP
Nome: VODAFONE PORTUGAL-COMUNICAÇÕES PESSOAS, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Toni de Matos, Bº. Vale Pequeno
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 49/2016

Processo n.º 100/2016/D/OVP
Nome: VODAFONE PORTUGAL-COMUNICAÇÕES PESSOAS, SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Estrada Municipal, Rua Cidade de Beja, Rua de S. Domingos, Pontinha/Famões
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 50/2016

Processo n.º 152/2016/OP/GI
Nome: JOAQUIM VIEIRA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Elina Guimarães, lote 109, Bº. da Milharada
Data de emissão: 06/09/2016
Alvará n.º 51/2016

Processo n.º 225/2016/D/OVP
Nome: ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA COELHO
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Arroja, nº 1, Odivelas
Data de emissão: 08/09/2016
Alvará n.º 52/2016

Processo n.º 193/2016/D/OVP
Nome: LISBOAGÁS
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua D. António Ferreira Gomes, Bº Granjas Novas
Data de emissão: 14/09/2016
Alvará n.º 53/2016

Processo n.º 263/2016/D/OVP
Nome: PROARBA-ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Granjas Novas, lote 34 A, Bº. Granjas Novas
Data de emissão: 14/09/2016
Alvará n.º 54/2016

Processo n.º 173/2016/D/OVP
Nome: NOS-COMUNICAÇÕES SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Praça Dr. Manuel Arriaga, Caneças
Data de emissão: 15/09/2016
Alvará n.º 55/2016

Processo n.º 126/2016/OP
Nome: GUILHERMA CARLOS VITORINO BORBA E IRMÃOS
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Luís de Camões, nº 10, Povoas do Santo Adrião
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 56/2016



Processo n.º 127/2015/OP
Nome: GUILHERME CARLOS VITORINO BORBA E IRMÃOS
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Luís de Camões, nº 14, Póvoa Santo Adrião
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 57/2016

Processo n.º 277/2016/D/OVP
Nome: TECNILOPES LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua das Fontainhas, lote 13, Bairro das Fontainhas
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 58/2016

Processo n.º 2017/2016/D/OVP
Nome: PROARBA-ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 5 de Setembro, lote 1224, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 18/09/2016
Alvará n.º 59/2016

Processo n.º 149/2016/OP
Nome: LUCIANO ALVES DELGADO
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Comandante Sacadura Cabral, lote 2, Alto da Ramada
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 60/2016

Processo n.º 128/2015/OP
Nome: GUILHERME CARLOS VITORINO BORBA E OUTROS
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Luís de Camões, nº 12, Póvoa Santo Adrião
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 61/2016

Processo n.º @ 166/2016 – 8.640/OP/GI
Nome: CONSTRUÇÕES J.A. FERNANDES, LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Fernando Pessoa, lote C, Bairro dos Pedrenais
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 62/2016

Processo n.º 129/2016/OP/GI
Nome: VIRGILIO ANTUNES GODINHO
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua 25 de Agosto, lote 4, Bairro Casal dos Bons Dias
Data de emissão: 19/09/2016
Alvará n.º 63/2016

Processo n.º 291/2016/D/OVP
Nome: LISBOAGÁS
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Duque de Saldanha, Odivelas
Data de emissão: 20/09/2016
Alvará n.º 64/2016

Processo n.º 119/2016/OP/GI
Nome: JÚLIO RODRIGUES PINHEIRO
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Gaiato, lote 958, Casal da Silveira
Data de emissão: 20/09/2016
Alvará n.º 65/2016

Processo n.º 161/2016/OP
Nome: GABRIEL E PEREIRA CONSTRUÇÕES LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua do Neto, nº 3, Odivelas
Data de emissão: 20/09/2016
Alvará n.º 66/2016

Processo n.º @ 168/2016 -28.334/OCP/OC
Nome: JOSÉ AGOSTINHO FERNANDES AMARAL
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, lote 227, Bairro Trigache Norte
Data de emissão: 21/09/2016
Alvará n.º 67/2016

Processo n.º 115/2016/OP/GI
Nome: BENTO LEAL DE NEIVA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua da Fé, lote 80 A, Bairro Novo do Trigache
Data de emissão: 21/09/2016
Alvará n.º 68/2016

Processo n.º 290/2016/D/OVP
Nome: LISBOAGÁS
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Prof. Doutor Egas Moniz, nº 161/16, Odivelas
Data de emissão: 21/09/2016
Alvará n.º 69/2016

Processo n.º 364/2015/OP/GI
Nome: V.M.N.-IMOBILIÁRIA SA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 883, Bairro Casal Novo
Data de emissão: 21/09/2016
Alvará n.º 70/2016

Processo n.º 201/2016/OP/GI
Nome: SEBASTIÃO RAMOS DE ANDRADE
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua dos Moinhos, lote 16, Bairro Alto de Famões
Data de emissão: 23/09/2016
Alvará n.º 71/2016

Processo n.º 136/2016/OP/GI
Nome: ANA BEATRIZ CANEDO PEREIRA MENDES
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua Cidade de Mirandela, lote 76, Bº. Casal São Sebastião
Data de emissão: 27/09/2016
Alvará n.º 72/2016

Processo n.º 270/2015/OP/GI
Nome: EDUARDO DA QUELHA COSTEIRA
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção
Local: Rua dos Bons Amigos, lote 350, Bº. Casal do Bispo
Data de emissão: 27/09/2016
Alvará n.º 73/2016

ALVARÁS DE UTILIZAÇÃO

Processo n.º @-155/2015-13.697/CP/OP/GI
Nome: JOÃO NOGUEIRA LOPES NOBRE
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São Nicolau, lote 21 Bairro Trigache Sul
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 178/2016



Processo n.º @-447/2015 – 12.888/OP
Nome: ANABELA ROSA FILIPE PEREIRA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua do Outeiro, Vale Nogueira
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 179/2016

Processo n.º @-16/2014 – 25.204/OCP/OC
Nome: JORGE MANUEL DA SILVA NICOLAU
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Vale de Nogueira, lote 1, Vale Nogueira
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 180/2016

Processo n.º @-199/2015 – 14.774/CP/OP/GI
Nome: JOSÉ MANUEL RODRIGUES DA QUELHA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Abadessa, nº 3 de polícia, Bº. Casal do Bispo
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 181/2016

Processo n.º 13.365/CP/OP/GI
Nome: ABILIO MANUEL VAZ RIBEIRO
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de Santa Isabel, lote 448, bº. Vale Grande
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 182/2016

Processo n.º @-437/2015 – 13.488/CP/OP/GI
Nome: MARIA DOS ANJOS DE JESUS MARQUES
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São José, lote 91, Bº. Vale Grande
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 183/2016

Processo n.º @-33/2016 – 13.290/CP/OP/GI
Nome: ANTÔNIO ANTUNES PIRES
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Pedreira, lote 238, Bº. Casal Novo
Data de emissão: 05/09/2016
Alvará n.º 184/2016

Processo n.º 13.429/CP/OP/GI
Nome: ROSA FERNANDES CERQUEIRA CASTANHEIRO E OUTROS
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: RUA DE Santa Isabel, lote 420, Bº. Vale Grande
Data de emissão: 08/09/2016
Alvará n.º 185/2016

Processo n.º 13.347/CP/OP/GI
Nome: ABILI CARDIGA MATEUS
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Cidade de Elvas, lote 283, Bº. Vale Grande
Data de emissão: 08/09/2016
Alvará n.º 186/2016

Processo n.º @-371/2015 – 12.659/CP/OP/GI
Nome: RUI MIGUEL CARDOSO MOREIRA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Padre Heitorzinho, lote 104, Bº Novo de Santo Eloy
Data de emissão: 12/09/2016
Alvará n.º 187/2016

Processo n.º 357/2015/OP/GI
Nome: CONSTRUÇÕES ARAÚJO & MACHADO, LDA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Alfredo Keil, nº 2 de polícia, com vão de porta para a Rua 4 de Outubro, nº 24 de polícia, Bº. Casal dos Apréstimos
Data de emissão: 12/09/2016
Alvará n.º 188/2016

Processo n.º @-53/2016 – 14.023/CP/OP/GI
Nome: HIGINO MENDES PEREIRA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua da Gaia Pequena, lote 1107, Bº. Casal Novo
Data de emissão: 15/09/2016
Alvará n.º 189/2016

Processo n.º 67/2015/OP/GI
Nome: MARIA FERREIRA APARICIO
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua dos Lusitanos, lote 22, Bº. Quinta do Castelo Nascente
Data de emissão: 16/09/2016
Alvará n.º 190/2016

Processo n.º @ 146/2015 – 13.921/CP/OP/GI
Nome: ADELINO CARVALHO
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua António de Freitas, nº 15 - Pombais
Data de emissão: 19/09/2016
Alvará n.º 191/2016

Processo n.º 11.129/OCP
Nome: MARIA DE LURDES DE ALMEIDA E SILVA CHENDO
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Praceta Augusto Castilho, nº 2 e 2ª Odívelas
Data de emissão: 19/09/2016
Alvará n.º 192/2016

Processo n.º @ 35/2015 – 14.005/CP/OP/GI
Nome: FRANCISCO EMÍDIO LOPES PIRES
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Marquês do Pombal, lote 365 Bairro Casal Novo
Data de emissão: 21/09/2016
Alvará n.º 193/2016

Processo n.º 11.953/CP/OP/GI
Nome: FERNANDO ALMEIDA COELHO ARAÚJO
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua de São Pedro, lote 138 Bairro Vale Grande
Data de emissão: 21/09/2016
Alvará n.º 194/2016

Processo n.º @ 155/2016 – 9.461/OP/GI
Nome: JOSÉ ANTÔNIO FRANCO DE MATOS E OUTRA
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Humberto Delgado, nº 6 e 6ª de polícia, Bº. Casal do Bispo
Data de emissão: 27/09/2016
Alvará n.º 195/2016

Processo n.º @ 217/2015 – 12.363/CP/OP/GI
Nome: JOÃO LUIS SOARES MELRO
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização
Local: Rua Fernando Lopes Graça, nº 39 e 39ª, Granjas Novas
Data de emissão: 27/09/2016
Alvará n.º 196/2016



FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Senhor Vereador Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 3 a 31 de outubro de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/10976, 2016.11.07:

NOTIFICAÇÕES PARA LIMPEZA DE TERRENOS

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Paz, Lote 228 A, Bairro dos Pedernais, Ramada, nos termos do n.º 1 do Artº 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: José de Jesus Mendes)

(Processo 157/DFM/16)

Decisão da Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal - Elisabete Lucas: Concorde. Notifique-se.

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concorde, Notifique-se

Data da notificação: 2016.10.07

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Sérgio, lote 38, Bairro das Sete Quintas, Caneças, nos termos do n.º 1 do Artº 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Edgar de Almeida Pereira)

(Processo 115/DFM/09)

Decisão da Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal - Elisabete Lucas: Concorde. Notifique-se.

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concorde, Notifique-se

Data da notificação: 2016.11.12

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua António Sérgio, lote 37, Bairro das Sete Quintas, Caneças, nos termos do n.º 1 do Artº 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.

(Proprietário: Manuel de Ildefonso)

(Processo 114/DFM/09)

Decisão da Chefe da Divisão Jurídica e de Fiscalização Municipal - Elisabete Lucas: Concorde. Notifique-se.

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concorde, Notifique-se

Data da notificação: 2016.10.12

VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA

– 03/10/2016 a 31/10/2016

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas

(Despacho n.º 107/PRES/2015 de 27 de outubro de 2015)

Assunto: Remoção de um veículo Rover 400, com a matrícula 17-23-JF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 112/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do

Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.29

Data da remoção: 2016.10.03

Assunto: Remoção de um veículo Opel Corsa, com a matrícula XE-62-41, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 55/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.03

Data da remoção: 2016.10.03

Assunto: Remoção de um veículo Iveco, com a matrícula 83-44-HF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 56/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.29

Data da remoção: 2016.10.04

Assunto: Remoção de um veículo Seat Ibiza, com a matrícula 70-08-JL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 113/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.04

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 62-51-IU, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 56/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.04

Assunto: Remoção de um veículo Opel Agila, com a matrícula 25-28-XE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo n.º 115/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.04



Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 69-EX-23, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 116/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.04

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 70-97-QI, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 114/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.04

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Corola, com a matrícula 60-81-IG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 57/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.06

Data da remoção: 2016.10.06

Assunto: Remoção de um veículo Rover 414, com a matrícula 48-81-BZ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 58/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.29

Data da remoção: 2016.10.06

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 17-45-ID, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 57/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.06

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Marea, com a matrícula 46-27-OX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 58/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.06

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 306, com a matrícula 64-47-EP, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 117/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.06

Data da remoção: 2016.10.06

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 308, com a matrícula 32-LB-93, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 118/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.06

Data da remoção: 2016.10.06

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Carisma, com a matrícula 56-31-NT, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 59/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.07

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Passat, com a matrícula 00-12-EG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 60/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.07

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Ducato, com a matrícula XA-83-27, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 59/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.07



Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 09-97-LL, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 60/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.07

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Bx, com a matrícula JR-62-46, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 61/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.07

Assunto: Remoção de um veículo Mazda, com a matrícula 93-44-ZJ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 120/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.10

Assunto: Remoção de um veículo Volvo, com a matrícula QT-23-75, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 119/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.10

Data da remoção: 2016.10.10

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Golf, com a matrícula 22-92-SS, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 61/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.10

Assunto: Remoção de um veículo Lancia Y10, com a matrícula 53-67-QA, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 121/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.11

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Carina, com a matrícula VU-31-17, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 62/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.11

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 21-33-HX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 63/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.11

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 22-81-EX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 28/VIAT/PV/OL/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.11

Assunto: Remoção de um veículo Roulote, com a matrícula L-30232, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 65/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.10

Data da remoção: 2016.10.13

Assunto: Remoção de um veículo Roulote, com a matrícula P-50492, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.10

Data da remoção: 2016.10.13



Assunto: Remoção de um veículo Roulote, com a matrícula P-49389, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 122/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.10

Data da remoção: 2016.10.13

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 83-AI-19, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 62/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.10

Data da remoção: 2016.10.13

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 70-61-FF, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 63/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.10

Data da remoção: 2016.10.14

Assunto: Remoção de um veículo BMW, com a matrícula 41-13-ND, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 66/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.14

Data da remoção: 2016.10.14

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Partner, com a matrícula 68-01-MX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.19

Data da remoção: 2016.10.19

Assunto: Remoção de um veículo Renault, com a matrícula 41-82-FQ, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 65/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.19

Data da remoção: 2016.10.19

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot Partner, com a matrícula 68-01-MX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/PO/FA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.19

Data da remoção: 2016.10.19

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 61-78-LE, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 67/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.09.30

Data da remoção: 2016.10.20

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 90-BJ-57, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 68/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.14

Data da remoção: 2016.10.20

Assunto: Remoção de um veículo UMM, com a matrícula PB-54-64, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 123/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.14

Data da remoção: 2016.10.24

Assunto: Remoção de um veículo Seat, com a matrícula 49-73-CN, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 124/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2016.10.14

Data da remoção: 2016.10.24



Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 77-91-JM, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 125/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.10.25

Assunto: Remoção de um veículo Renault Twingo, com a matrícula 24-37-CH, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 126/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.10.25

Assunto: Remoção de um veículo Alfa Romeo, com a matrícula 13-70-LR, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 127/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.10.31

Assunto: Remoção de um veículo Skoda Felícia, com a matrícula 63-45-OX, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 128/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.10.31

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes A, com a matrícula 15-32-VC, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 129/VIAT/OD/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.20
Data da remoção: 2016.10.31

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai, com a matrícula 38-41-MG, nos termos do disposto nos Artsº 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 69/VIAT/RA/CA/16).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.
Data do despacho: 2016.10.14
Data da remoção: 2016.10.31

CONTRAORDENAÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS

Despachos com eficácia externa tomadas pelo Vereador Edgar Valles, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas n.º 107/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito do Setor de Contraordenações e Execuções Fiscais, referentes ao mês de junho, julho e agosto de 2016, nos termos do edoc/2016/61992:

Despachos com Eficácia Externa Ao abrigo da Delegação de Competências do Despacho 107/PRES/2015 Junho de 2016

Processo – 115 /CO /15
Arguido – Maria de Lurdes Silva Leitão Mendes
Participação / Processo – 30/JF/SAVO/DLOP/2015
Infração – Imovel sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 142.20€
Data 7 junho 2016

Processo - 94 /CO/ 15
Arguido – Construções Inocência & Filhos, Lda.
Participação / Processo – 28/PART/DFM-28-08-2015
Infração – Limpeza de terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.500.00€
Custas – 71.20€
Data 7 junho 2016

Processo –97 /CO /15
Arguido – Pedro Gonçalo Costa Fernandes
Participação / Processo – Auto Notícia 99/15/NPA VFXIRA
Infração – Cão
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 300.00€
Custas – 61.00€
Data 7 Junho 2016

Processo - 88 /CO/14
Arguido – Nuno Filipe Solas Caetano
Participação / Processo – 126/DFM/2009
Infração –Ruido
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto 12, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 91 dos Autos, determino que o pagamento da coima aplicada deva ser feito em 4 prestações mensais e sucessivas de 250.00€ sendo que á primeira prestação acresce o valor das custas na totalidade no valor de 71.20€.



A primeira prestação vencer-se-á até ao dia 1 de julho de 2016.
Data 16 Junho 2016

Processo – 8 /CO /16
Arguido – José Lopes Matias
Participação / Processo – Participação
32/JF/SAVO/DLOP/2015
Infração – Ocupação do Imóvel sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.500.00€
Custas – 71.20€
Data 16 junho 2016

Processo – 78 /CO /15
Arguido – Mário da Costa Lourenço
Participação / Processo – Participação
20/DGOU/SAVO/DLOP/2015
Infração – Ocupação do Imóvel sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 2.000.00€
Custas – 71.20€
Data 16 junho 2016

Processo – 58 /CO /15
Arguido – Filipa da Conceição Maia
Participação / Processo – Auto Noticia450/2015 – 73ª Esquadra Pontinha
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 500.00€
Custas – 71.20€
Data 16 junho 2016

Processo – 104 /CO /15
Arguido – Maicon Caetano
Participação / Processo – 40/PART/DFM-02-09-2015
Infração – Sala de Jogos sem licença de utilização de recinto
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 498.80€
Custas – 91.60€
Data 16 junho 2016

Processo - 10 /CO/15
Arguido – Luis Da Costa Silva
Participação / Processo – Certidão
01/DJGFP/DJFM/SCOE/2015 do Proc 102/CO/14
Infração – Não tem alvará de Licença de Utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto 12, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 190 dos Autos, determino que o pagamento da coima aplicada deva ser feito em 10 prestações mensais e sucessivas de 200.00€ sendo que a primeira prestação acresce o valor das custas na totalidade no valor de 112.00€.
A primeira prestação vencer-se-á até ao dia 1 de julho de 2016.
Data 16 junho 2016

Processo - 33 /CO/15
Arguido – Arão Lester de Estima Beny
Participação / Processo – 10/DGOU/SAVO/2015
Infração – Procedeu o aumento de área sem projeto aprovado
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles

Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto 12, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 190 dos Autos, determino que o pagamento da coima aplicada deva ser feito em 22 prestações mensais e sucessivas de 114.00€ sendo que a primeira prestação acresce o valor das custas na totalidade no valor de 71.20€.
A primeira prestação vencer-se-á até ao dia 1 de julho de 2016.
Data 16 junho 2016

Processo –101 /CO /15
Arguido – António Antunes Pires
Participação / Processo – 25/DGOU/DLOP/2015
Infração – Ocupação do imóvel sem respetiva autorização de Utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima –1.000.00€
Custas – 71.20€
Data 17 junho 2016

Processo - 73 /CO/15
Arguido – Joaquim Ribeiro Nunes
Participação / Processo – 17/PART/DFM-26-06-2015
Infração – Limpeza de Terreno
Despacho do Sr. Vereador
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 42 a 43 dos Autos, determino o arquivamento do mesmo dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes
Data 23 junho 2016

Processo - 9 /CO/16
Arguido – João Faria Unipessoal, lda
Participação / Processo – 43/PART/DFM-07-09-2015
Infração – Limpeza de Terreno
Despacho do Sr. Vereador
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 39 a 40 dos Autos, determino o arquivamento do mesmo dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes
Data 23 junho 2016

Processo - 89 /CO/12
Arguido – Artur Jesus Carrulo
Participação / Processo – Certidão nº13/DJGFP/DJFM/2013
Infração – Vedação de Lotes
Despacho do Sr. Vereador
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 91 a 92 dos Autos, determino o arquivamento do mesmo dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes
Data 23 junho 2016

Processo - 21 /CO/16
Arguido – Associação de Pais e Encarregados de Educação EB1 – Olival Basto
Participação / Processo – 11/LACMO/2015
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador



Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 34 dos Autos, determino o arquivamento do mesmo dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes
Data 24 junho 2016

Processo - 118 /CO/15
Arguido – Antonio Manuel dos Santos Gonçalves
Participação / Processo – Auto notícia reg 911/2015
Infração –Ruído
Despacho do Sr. Vereador
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 10 e 11 dos Autos, determino o arquivamento do mesmo dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes
Data 24 junho 2016

Despachos com Eficácia Externa
Ao abrigo da Delegação de Competências do
Despacho 107/PRES/2015
Julho de 2016

Processo – 53 /CO /15
Arguido – Maria Cândida Serra Salvado Oliveira
Participação / Processo – 15/DGOU/SAVO/DLOP/2015
Infração – Utilização do edifício sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.500.00€
Custas – 71.20€
Data 4 julho 2016

Processo – 93 /CO /15
Arguido – Rafael da Silva Ferreira
Participação / Processo – Auto de notícia reg 181 / 2015
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 500.00€
Custas – 61.00€
Data 12 julho 2016

Processo - 114 /CO/15
Arguido – Manuel Ferreira de Oliveira E Manuel Jesus dos Santos
Participação / Processo – 27/DGOU/DLOP/SAVO/2015
Infração –Violação do dever de conservação, não execução de obras necessárias
Despacho do Sr. Vereador
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 13, do ponto II, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 64 e 69 dos Autos, determino o arquivamento do mesmo dando conhecimento à chefe de divisão do DJFM para os efeitos tidos por convenientes
Data 12 julho 2016

Processo – 75 /CO /15
Arguido – Bem-haja e Filhos, lda
Participação / Processo – Participação 24/PART/DFM-7-8-2015

Infração –Limpeza de Terreno
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 3.000.00€
Custas – 71.20€
Data 12 julho 2016

Processo – 18 /CO /16
Arguido – Martins & Escoval, lda
Participação / Processo –
Certidão02/DJGFP/DJFM/SCOEF/16 – Part
05/PART/DFM
Infração –Execução de Obras sem licença
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 71.20€
Data 15 julho 2016

Processo – 88 /CO /15
Arguido – Gabriel e Pereira Construções Lda
Participação / Processo – 41/PART/DFM-02-09-2015
Infração –Execução de Obras sem licença
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 2.500.00
Custas – 61.00€
Data 14 julho 2016

Processo - 104 /CO/15
Arguido – Maicon Caetano
Participação / Processo – 40/PART/DFM/2-09-2015
Infração –Sem licença de utilização de recinto
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do nº 12, do ponto 12, do Despacho nº 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 128 dos Autos, determino que o pagamento da coima aplicada deva ser feito em 5 prestações mensais. A primeira de 98.80€ (noventa e oito euros e oitenta centimos) sendo que acresce o valor das custas 91.60€ (noventa e um euros e sessenta centimos) no total de 190.40€ (cento e noventa e quarenta centimos). As restantes 4 são no valor de 100.00€ (cem euros).
A primeira prestação vencer-se-á no dia 1 de setembro de 2016.
Data 20 Julho 2016

Processo – 103 /CO /15
Arguido – Jaime Dias Francisco
Participação / Processo – 22/JF/SAVO/DLOP/2015
Infração – Utilização do edifício sem respetiva autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 500.00€
Custas – 71.20€
Data 18 julho 2016

Despachos com Eficácia Externa
Ao abrigo da Delegação de Competências do
Despacho 107/PRES/2015
agosto de 2016

Processo – 32 /CO /16
Arguido – CJP – Imobiliária lda
Participação / Processo – 56/PART/DFM-27-11-2015
Infração – Execução de obras sem comunicação previa
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 2.500.00€



Custas – 81.40€
Data 16 agosto 2016

Processo – 106 /CO /15
Arguido – Armando da Cruz Rodrigues
Participação / Processo – 48/PART/DFM-29-09-2015
Infração – Execução de obras sem respetiva licença administrativa
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 1.000.00€
Custas – 71.20€
Data 16 agosto 2016

Processo - 89 /CO/15
Arguido – António Augusto Alves Ribeiro
Participação / Processo – 38/PART/DFM/2-09-2015
Infração – Ocupação da moradia sem autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Considerando as competências que me foram delegadas no âmbito do n.º 12, do ponto 12, do Despacho n.º 107/Pres/2015, de 27 de outubro e de acordo com o proposto a fls. 78 dos Autos, determino que o pagamento da coima aplicada deva ser feito em 7 prestações mensais. A primeira de 500.00€ (quinhentos euros) sendo que acresce o valor das custas 71.20€(setenta e um euros e vinte centimos) no total de 571.20€ (quinhentos e setenta e um euros e vinte centimos). As restantes 6 são no valor de 500.00€ (quinhentos euros).
A primeira prestação vencer-se-á no dia 1 de outubro de 2016.
Data 16 agosto 2016

Processo – 10 /CO /16
Arguido – David Garcia de Oliveira
Participação / Processo – 2/JF/SAVO/DLOP/2016
Infração – Ocupação de imóvel sem autorização utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 29 agosto 2016

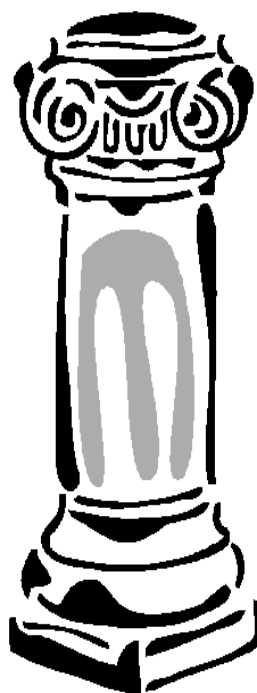
Processo – 23 /CO /16
Arguido – Paulo Rosário Pinto Caifalo
Participação / Processo – Auto Notícia Reg 165/ODV/16
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 600.00€
Custas – 61.00€
Data 29 agosto 2016

Processo – 29 /CO /16
Arguido – Genoveva Monteiro Curcino Dias
Participação / Processo – Auto Notícia PSP 71º esq. Odivelas Reg 3592/2015
Infração – Ruído
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – 600.00€
Custas – 61.00€
Data 29 agosto 2016

Processo – 6 /CO /16
Arguido – Ângelo de Jesus Pereira
Participação / Processo – 01/JF/SAVO/DLOP/2016
Infração – Ocupação de imóvel sem autorização de utilização
Despacho do Sr. Vereador Edgar S. Valles
Coima – Admoestação
Custas – 61.00€
Data 29 agosto 2016



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Realizada em 24 de novembro de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE “MIGUEL LUÍS KOLBAK DA VEIGA”

Voto de Pesar sobre o falecimento de “Miguel Luís Kolbak da Veiga” (documento nº 1), que será transcrito em ata. O texto do voto de pesar será publicado na íntegra no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

“FALECIMENTO DE ALFREDO BRUTO DA COSTA”

Voto de Pesar sobre o falecimento de “Alfredo Bruto da Costa” (documento nº 5), que será transcrito em ata. O texto do voto de pesar será publicado na íntegra no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE “ALFREDO BRUTO DA COSTA”

Voto de Pesar sobre o falecimento de “Alfredo Bruto da Costa” (documento nº 6), que será transcrito em ata. O texto do voto de pesar será publicado na íntegra no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovado por unanimidade)

MOÇÕES

MOÇÃO

“DIREITOS IGUAIS PARA TODAS E TODOS”

Moção sobre “Direitos iguais para todas e todos” (documento nº 2), que será transcrita em ata. O texto da Moção será publicado na íntegra no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovada por unanimidade)

MOÇÃO

“CONTRA OS ATAQUES VIOLENTOS DA EXTREMA DIREITA RACISTA E XENÓFOBA”

Moção sobre “Contra os ataques violentos da extrema direita racista e xenófoba” (documento nº 3), que será transcrita em ata. O texto da Moção será publicado na íntegra no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovada por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

“ACIONAMENTO DA GARANTIA SOBRE A COLOCAÇÃO DO RELVADO DO CAMPO DE SANTA MARIA”

Proposta de Recomendação sobre “Acionamento da garantia sobre a colocação do relvado do campo de Santa Maria” (documento nº 4), que será transcrita em ata. O texto da proposta de recomendação será publicado na íntegra no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões imediatamente seguinte à data em que for disponibilizado pelos serviços.

(Aprovada por unanimidade)



ORÇAMENTO E GOP'S PARA 2017

ORÇAMENTO E GOP'S DE 2017

Proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10376, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 16*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL

2017

PRÊAMBULO

O valor do Orçamento e GOP's 2017 do Município de Odivelas totaliza 87.608.589,00 Euros (oitenta e sete milhões seiscentos e oito mil quinhentos e oitenta e nove euros), que se traduz num acréscimo de 3,3%, face aos Documentos Previsionais de 2016. No entanto, em termos evolutivos, se estabelecermos a comparação com as Dotações Corrigidas Provisórias de 2016 face às Iniciais de 2017, verifica-se uma diminuição de 2,5%.

Do total previsto em Orçamento de Receita e de acordo com a sua natureza, verifica-se que 67.414.614,00 Euros (sessenta e sete milhões quatrocentos e catorze mil seiscentos e catorze euros), são Receitas Correntes e 20.193.975,00 Euros (Vinte milhões cento e noventa três mil novecentos e setenta e cinco euros) são Receitas de Capital e Outras Receitas.

Por outro lado, do total da Orçamento de Despesa, 62.163.211,21 Euros (sessenta e dois milhões cento e sessenta e três mil duzentos e onze euros e vinte e um centimos) são Despesas Correntes e 25.445.377,79 Euros (vinte e cinco milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil trezentos e setenta e sete euros e setenta e nove centimos) são Despesas de Capital.

Deste modo, o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (3.220.390,91 Euros), regista o valor de 2.031.011,88 Euros, cumprindo-se assim a regra do equilíbrio orçamental prevista no artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI).

Do lado da Despesa

Nos agrupamentos de despesa corrente, relevo para as Despesas com o Pessoal, com um valor total de 24.577.800,00 Euros, representando 28,1% do total das

dotações orçamentais para 2016. Trata-se de um montante superior em 1,0%, ao previsto em Orçamento de 2016.

De entre os fatores mais relevantes que justificam este aumento, destacam-se:

. Mobilidades Intercarreiras e Intercategorias

a) Foram consideradas a manutenção das situações existentes de pessoal em funções com uma verba prevista para um período parcial, estimado em função do momento previsto para o recrutamento.

b) Criação de novos postos não ocupados tendo em vista a consolidação das mobilidades;

c) Novas 5 mobilidades intercarreiras de Assistente Técnico para Técnico Superior.

. Em recrutamento foram também considerados 24 novos postos de trabalho.

. Saliente-se ainda os efeitos da extinção da redução remuneratória, a qual implica um aumento da despesa, na ordem dos 116.000,00 Euros.

Realce também, pelo seu peso relativo na estrutura da despesa (36,1%), para a Aquisição de Bens e Serviços que atinge os 31.665.751,57 Euros.

Relevo também, para os Encargos Financeiros, isto é, juros e amortizações relativos a empréstimo de Médio e Longo Prazo contratados, que totalizam 3.568.726,51 Euros (três milhões quinhentos e sessenta e oito mil setecentos e vinte e seis euros e cinquenta e um centimos), representando um decréscimo de 8,4%, em relação às dotações iniciais de 2016, explicado pela não inclusão nas previsões iniciais de 2017 de novos empréstimos e sobretudo, pela previsão de amortização integral de um empréstimo contratualizado junto da CGD e a liquidação da totalidade da cessão de créditos da SIMTEJO à mesma entidade, ainda durante a execução orçamental 2016.

Os agrupamentos da despesa relativos a Transferências, Correntes e de Capital, totalizam 9.863.622,87 Euros (nove milhões oitocentos e sessenta e três mil seiscentos e vinte e dois euros e oitenta e sete centimos), sendo que 5.191.222,44 Euros (cinco milhões cento e noventa e um mil duzentos e vinte e dois euros e quarenta e quatro centimos), são de natureza corrente e os restantes 4.672.400,43 Euros (quatro milhões seiscentos e setenta e dois mil quatrocentos euros e quarenta e três centimos), são de natureza de capital.

No total a transferir, realce para as verbas referentes para os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, que regista um acréscimo de 8,6%, face a 2016, totalizando deste modo 5.118.310,00 Euros (cinco milhões cento e



dezoito mil trezentos e dez euros), o que representa um aumento nominal de 405.346,42 Euros, face a 2016.

Por último, registe-se o valor inscrito para Aquisição de Bens de Capital (Investimento), que atinge os 16.807.053,36 euros (dezasseis milhões oitocentos e sete mil e cinquenta e três euros e trinta e seis cêntimos), representando um acréscimo, relativamente a 2016, de 33,8%.

Do lado da Receita

Evidência para um acréscimo do valor previsto a arrecadar com Impostos Diretos, capítulo que representa 36,5% do total da receita municipal prevista, que regista uma variação positiva de 12,0% face a 2016.

No que se refere ao capítulo das Transferências, realce para as provenientes da proposta do Orçamento Geral do Estado – OE 2017 (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS), que totalizam 15.638.962,00 Euros (quinze milhões seiscentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e dois euros), o que representa um acréscimo de 2,9%, face a 2016.

Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano para 2017 totalizam 62.563.189,00 Euros (Sessenta e dois milhões quinhentos e sessenta e três mil e cento e oitenta e nove euros), representando um acréscimo de 4,2%, quando comparado com as GOP's 2016.

Realça-se o valor inscrito de cerca de 43,1 milhões de euros, referente a Projetos Novos, aos quais se juntam de 19,4 m.e. de Dívida Orçamental a Transitar.

Em termos funcionais, verifica-se que estão afetos às Funções Gerais, o montante 12,8 m.e., às Funções Sociais o montante de 29,7 m.e., permanecendo deste modo como o eixo estratégico mais relevante, representando 47,5% do total inscrito em GOP's, às Funções Económicas o montante de 6,3 m.e. e às Outras Funções o montante de 9,8 m.e..

No âmbito das GOP's e das realizações para 2017 o Município continuará a desenvolver todos os esforços para trazer uma melhor qualidade de vida para os seus munícipes, através da construção de novos equipamentos, como sejam a nova Unidade de Saúde Familiar de Odivelas, a construção da Escola Básica dos Castanheiros em Caneças, a execução do Plano da rede viária do Concelho, a progressiva melhoria da mobilidade da população, de onde se destaca o Voltas II, bem como a requalificação de Espaços Públicos.

De igual modo os serviços municipais prepararam e estão a desenvolver os necessários procedimentos no sentido de candidatarem aos Programas Comunitários (Portugal

2020), um conjunto alargado de ações materiais e imateriais que serão centrais no progressivo bem-estar da população do Concelho.

Conclusão

O Município de Odivelas tem vindo, ao longo dos últimos anos, a desenvolver uma política de sustentabilidade financeira e social, de que o atual orçamento é a prova provada, conciliando a prossecução das suas atribuições legais com uma exigente agenda de âmbito social e, em simultâneo, realizando atividades de cariz cultural e desportivo, entre outras.

Afigura-se ser de destacar para o próximo ano de 2017 a construção de novos equipamentos e infraestruturas que visam requalificar o território sempre com um objetivo nuclear que se traduz na prestação de uma melhor qualidade de serviços para os munícipes de Odivelas.

Este caminho que tem sido desenvolvido nos últimos anos mantém-se como um objetivo a prosseguir sempre com a preocupação de se obterem os melhores resultados em prol dos nossos concidadãos.

Odivelas, 19 de outubro de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(...)” (*Orçamento e Grandes Opções do Plano 2017, Preâmbulo, p. 1 a p.5*)

(Aprovado por maioria)

MAPA DE PESSOAL 2017

MAPA DE PESSOAL 2017

Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas para 2017, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/10029, aprovada na 2.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 26 de outubro de 2016, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2016, página 16*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“De acordo com o disposto no n.º 4, do artigo 29º, da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o Mapa de Pessoal, para o próximo ano, deverá ser submetido à aprovação dos Órgãos competentes juntamente com a proposta de orçamento.



No cumprimento desses dispositivos legais, foi elaborada a proposta de Mapa de Pessoal para o ano de 2017, em anexo, a qual tem como grande objetivo a adequação dos postos de trabalho previstos aos objetivos estratégicos desta Autarquia para o próximo ano e às efetivas necessidades dos serviços para a prossecução dos mesmos, tendo em consideração o seguinte:

1) Previsão de novos postos de trabalho que permitam a consolidação de situações de mobilidade na categoria, que se revelem de interesse para os serviços municipais e que venham a merecer a anuência dos trabalhadores e respetivos serviços de origem;

2) Previsão de novos postos de trabalho tendo em vista a abertura de procedimentos concursais imprescindíveis ao cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, nomeadamente ao nível das carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico, para o exercício de funções em diversas áreas da atividade municipal, que têm vindo, maioritariamente, a ser asseguradas por trabalhadores na modalidade de mobilidade intercarreiras;

3) Eliminação de alguns postos de trabalho não ocupados referentes a diversas situações (aposentações/reformas, falecimentos e saídas para outros organismos) e cuja ocupação não se revela necessária aos serviços.

Em face destas linhas orientadoras, o mapa de pessoal para 2017 contempla um total de 1390 postos de trabalho, encontrando-se ocupados, à presente data, 1210 (incluindo o pessoal não docente dos Agrupamentos de Escolas do Concelho, no âmbito da transferência de competências na área da educação) e não ocupados 180 postos.

Em termos comparativos com o Mapa de Pessoal para 2016, o qual contemplava 1319 postos de trabalho, observa-se um acréscimo de 71 postos de trabalho, que resulta do seguinte:

Criação de 92 postos de trabalho:

a) 37 postos de trabalho na carreira de Técnico Superior, 1 posto de trabalho na carreira de Especialista de Informática, 32 postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico (incluindo 1 Coordenador Técnico), 1 posto de trabalho na carreira de Técnico de Informática e 21 postos na carreira de Assistente Operacional, para o exercício de funções nas várias unidades orgânicas desta Câmara Municipal.

Eliminação de 21 postos de trabalho:

a) 19 postos de trabalho não ocupados referentes a diversas situações, tais como, aposentações/reformas, falecimentos e saídas para outros organismos;

b) 2 postos de trabalho não ocupados, por tempo determinado, na categoria de Assistente Técnico, no âmbito do Pessoal Não Docente, em face da aplicação da rácio definida na Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro.

De salientar ainda que esta proposta de Mapa de Pessoal contempla a descrição das funções associadas a cada carreira/categoria dos 1390 postos de trabalho. (...)” (*Informação n.º Interno/2016/10029 de 2016.10.11*)

(Documento a ser divulgado através do sítio institucional da Câmara Municipal de Odivelas na Internet www.cm-odivelas.pt)

(Aprovado por maioria)

RETIRADA DE PONTOS

RETIRAR PONTOS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO

Dado o adiantado da hora Pelo Sr. Presidente da Assembleia em Exercício foi posta à votação a passagem dos restantes pontos para a próxima Sessão da Assembleia:

Ponto 4 – Processo 24/DM/2016 – SIMAR – Mapa De Pessoal 2017;

Ponto 5 -. Processo 22/DM/2016 – SIMAR – Documentos Previsionais 2017

(Aprovado por unanimidade)



ANEXO

REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SUAS NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA

(Carece de audiência dos interessados pelo período de 30 dias contados a partir da data da sua publicação, no Boletim Municipal, conforme deliberação constante na página 13 do presente Boletim.)



Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança



Abreviaturas utilizadas

Para efeitos de interpretação do presente Regulamento deverão ser consideradas as seguintes abreviaturas:

AUGI – Áreas urbanas de génese ilegal
BMDD – Biblioteca Municipal Dom Dinis
CAC – Comissão de Administração Conjunta
CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
CMO – Câmara Municipal de Odivelas
CPA – Código de Procedimento Administrativo
CPE – Criação do Próprio Emprego
CPPT – Código de Procedimento e de Processo Tributário
CPTA – Código de Processo nos Tribunais Administrativos
ETAF – Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais
ILE – Iniciativa Local de Emprego
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IVA – Imposto sobre valor acrescentado
LGT – Lei Geral Tributária
LACMO – Laboratório de Acústica da Câmara Municipal de Odivelas
PDM – Plano Diretor Municipal
PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego
RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas
RGIT – Regime Geral das Infrações Tributárias
RJUE - Regime Jurídico da urbanização e da edificação
RMEU – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização
SIG – Sistema de Informação Geográfica
SIR – **Sistema de Industria Responsável**
TMU – Taxa municipal de urbanização
TMU1 – Taxa municipal de urbanização não abrangida por operação de loteamento
UC – Unidade de conta



INDICE

Preâmbulo – Fundamentação jurídica.....	12
Fundamentação económico-financeira.....	14
LIVRO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	17
SECÇÃO I – Objeto, reduções e isenções	17
Artigo 1.º - Objeto	17
Artigo 2.º - Isenções e reduções gerais.....	17
Artigo 3.º - Edificação e urbanização – Isenção e redução específica	18
Artigo 4.º - Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal – Redução específica	19
Artigo 5.º - Redução ou isenção específica em situações de cumulação de exploração de atividades económicas e outras situações especiais	20
Artigo 6.º - Suportes publicitários – Isenção e redução específica	20
Artigo 7.º - Celebração de contratos e fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública – Isenções	20
Artigo 8.º - Avaliação de critério de incomodidade – Redução específica	21
Artigo 9.º - Redução específica dos Serviços do Consultório Veterinário Municipal	21
Artigo 10.º-A - Isenção e reduções de valores da <i>Start In Odivelas</i> – Incubadora de empresas	21
Artigo 10.º-B - Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do complexo da Piscina Municipal ..	21
Artigo 10.º-C - Isenção e reduções do Centro Cultural Malaposta.....	21 <u>3</u>
Artigo 10.º-D - Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do Complexo Mutiusos	21 <u>4</u>
Artigo 10.º-E - Isenção e reduções nas visitas guiadas	21 <u>5</u>
Artigo 11.º - Cemitérios – Isenção específica.....	26
Artigo 12.º - Fornecimento de informação geográfica – Redução específica	26
Artigo 13.º - Lugares de estacionamento na via pública – Isenção e redução específica.....	26
Artigo 14.º - Dossiers de candidatura à Criação do “Próprio Emprego” e de dossiers de candidaturas a apoios ao empreendedorismo – Isenção específica.....	26
Artigo 15.º - Processo de atribuição de isenção e redução de taxas	27
Artigo 16.º - Indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas	27
SECÇÃO II - Hasta pública.....	27
Artigo 17.º - Hasta pública	27
Artigo 18.º - Valor de licitação	28
SECÇÃO III - Emissão, renovação e cessação das licenças e autorizações	28
Artigo 19.º - Emissão da licença ou autorização	28
Artigo 20.º - Precariedade das licenças e autorizações.....	28
SECÇÃO IV - Prova documental	29
Artigo 21.º - Prova documental.....	29
SECÇÃO V – Contratos de execução e acordos de cooperação	29



Artigo 22.º - Contratos de execução e acordos de cooperação.....	29
CAPÍTULO II - CONTAGEM DE PRAZOS E INTERPRETAÇÃO	30
SECÇÃO I - Contagem de prazos.....	30
Artigo 23.º - Prazo - Regra geral	30
Artigo 24.º - Regras de contagem dos prazos.....	30
Artigo 25.º - Renovação de atos – Prazo específico.....	31
SECÇÃO II - Legislação subsidiária e interpretação	31
Artigo 26.º - Legislação subsidiária – Integração de lacunas.....	31
Artigo 27.º - Interpretação.....	31
SECÇÃO III - Infrações, atualização e norma de conformidade	31
Artigo 28.º - Penalidades	31
Artigo 29.º - Contraordenações	32
Artigo 29.º-A – Execuções Fiscais.....	32
Artigo 30.º - Atualização anual de valores e aplicação do imposto do selo e emolumentos	32
Artigo 31.º - Publicitação	33
Artigo 32.º - Expressão monetária.....	33
Artigo 33.º - Norma de conformidade	33
LIVRO II - TAXAS	34
CAPÍTULO I - INCIDÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA	35
SECÇÃO I - Incidência objetiva e subjetiva	35
Artigo 34.º - Incidência objetiva	35
Artigo 35.º - Incidência subjetiva	35
SECÇÃO II – Balcão do Empreendedor.....	36
Artigo 35.º-A – Balcão do empreendedor	36
CAPÍTULO II - OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.....	36
SECÇÃO I - Definições	36
Artigo 36.º - Definições	36
SECÇÃO II - Serviços diversos	36
Artigo 37.º - Serviços diversos.....	36
SECÇÃO III – Licenças e comunicações prévias de operações urbanísticas	37
Artigo 38.º - Pedido de destaque.....	37
Artigo 39.º - Pedidos de informação prévia ou de localização	37
Artigo 40.º - Pedidos de licenciamento e comunicações prévias.....	37
Artigo 41.º - Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis	38
SECÇÃO IV - Taxas de controlo de operações urbanísticas	39
Artigo 42.º - Operação de loteamento e obras de urbanização	39
Artigo 43.º - Obras de edificação.....	40
Artigo 44.º - Licença parcial.....	41



Artigo 45.º - Outras operações urbanísticas.....	41
SECÇÃO V - Prorrogações de prazo e obras inacabadas.....	42
Artigo 46.º - Prorrogações de prazo para execução de obras	42
Artigo 47.º - Obras inacabadas.....	43
SECÇÃO VI - Autorizações de utilização e alterações de utilização de edificações.....	44
Artigo 48.º - Pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização	44
SECÇÃO VII - Taxas por vistoria.....	445
Artigo 49.º - Vistorias e diligências	45
Artigo 50.º - Redução ou reforço da caução	46
SECÇÃO VIII - Taxa municipal de urbanização	46
Artigo 51.º - Incidência da taxa municipal de urbanização.....	46
Artigo 52.º - Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em operações de loteamento	47
Artigo 53.º - Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento	48
CAPÍTULO III - OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO OU PRIVADO MUNICIPAL	49
SECÇÃO I - Ocupação do espaço público, solo e subsolo.....	49
Artigo 54.º - Por motivo de obras e promoção imobiliária	49
Artigo 55.º - Equipamentos de concessionárias de serviços públicos	50
Artigo 56.º - Postos de abastecimento de combustível ou outras instalações abastecedoras.....	50
Artigo 57.º - Ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos.....	51
SECÇÃO II - Ocupação do espaço público por outros motivos.....	51
Artigo 57.º-A – Pedidos no âmbito do Balcão Eletrónico.....	51
Artigo 57.º-B – Pedidos não incluídos no âmbito do Balcão Eletrónico.....	51
Artigo 58.º - Espaço aéreo sobre a via pública	512
Artigo 58.º-A - Espaço aéreo sobre a via pública no âmbito do Licenciamento Zero	52
Artigo 59.º - Esplanadas e outras ocupações	52
Artigo 59.º-A - Esplanadas e outras ocupações no âmbito do Licenciamento Zero ¹	53
Artigo 60.º - Utilização da via pública para atividades diversas	53
Artigo 61.º - Lugares de estacionamento na via pública	53
SECÇÃO III - Ocupação do espaço público com suportes publicitários.....	53
Artigo 62.º - Suportes publicitários no espaço público	53
Artigo 63.º - Suportes publicitários em dispositivos aéreos	54
Artigo 64.º - Suportes publicitários sonoros ou audiovisuais	54
Artigo 65.º - Suportes publicitários em veículos	55
Artigo 66.º - Outras ocupações do espaço público com suportes publicitários	55
Artigo 67.º - Distribuição gratuita de jornais e campanhas publicitárias de rua	556
CAPÍTULO IV - SUPORTES PUBLICITÁRIOS EM DOMÍNIO PRIVADO	56
Artigo 68.º - Suportes publicitários em propriedade particular	56
CAPÍTULO V - OUTROS LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES	56



SECÇÃO I - Condução e exercício da atividade de transportes	56
Artigo 69.º - Licença de condução de ciclomotores	56
Artigo 70.º - Exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros	56
SECÇÃO II - Venda ambulante e outras atividades	57
Artigo 71.º - Licença para o exercício de atividades ambulantes	57
Artigo 71.º-A – Prestação de serviços de restauração e bebidas de carácter não sedentário	57
Artigo 72.º - Espetáculos diversos	57
Artigo 73.º - Venda de bilhetes	57
Artigo 74.º - Espetáculos desportivos	58
Artigo 75.º - Atividade de guarda noturno	58
Artigo 76.º - Outras atividades	58
Artigo 77.º - Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão	58
SECÇÃO III - Atividade industrial	59
Artigo 78.º - Estabelecimentos Industriais	59
Artigo 78.º-A – Sistema de industria responsável	59
SECÇÃO IV - Mercados	59
SUBSECÇÃO I - Arrendamento mensal	59
Artigo 79.º - Arrendamento mensal	59
SUBSECÇÃO II - Lugares de terrado	59
Artigo 80.º - Feiras	59
Artigo 81.º - Mercados	60
Artigo 82.º - Terrado para venda de animais	60
SUBSECÇÃO III - Das atividades em mercados e feiras	60
Artigo 83.º - Emissão de cartão de concessionários	60
Artigo 84.º - Outras atividades exercidas em mercados e feiras	61
SUBSECÇÃO IV - Mercados e Feiras – Depósitos, armazenagem e similares	61
Artigo 85.º - Depósito e armazém privativo – Guarda de volumes ou taras	61
Artigo 86.º - Arrecadações	61
SUBSECÇÃO V - Serviços diversos	62
Artigo 87.º - Zonas de estacionamento em mercados e feiras	62
Artigo 88.º - Utilização de bens municipais	62
SECÇÃO V - Vistorias	62
Artigo 89.º - Vistorias, selagens e desselagens	62
Artigo 90.º - Vistorias a espetáculos e divertimentos públicos	63
SECÇÃO VI - Outras licenças e comunicações prévias	63
Artigo 91.º - Outras licenças de utilização	63
Artigo 92.º - Licenças de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas	64



Artigo 92.º-A – Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou bebidas, comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem	64
Artigo 92.º-B – Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais	64
Artigo 92.º-C – Alojamento local.....	64
Artigo 92.º-D - Agroturismo.....	64
Artigo 92.º-E – Casas de campo	64
Artigo 92.º-F – Estabelecimentos não abrangidos pelo Licenciamento Zero ou Sistema de Industria Responsável.....	645
Artigo 93.º - Averbamento e segunda via de alvará de utilização específica	65
CAPÍTULO VI - PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO.....	65
SECÇÃO I - Remoção e depósito de bens	65
Artigo 94.º - Bloqueamento, remoção e depósito de veículos	65
Artigo 95.º - Apreensão, remoção e depósito de bens.....	65
SECÇÃO II - Licença de caçador.....	66
Artigo 95.º-A - Carta de caçador.....	66
SECÇÃO III - Poluição sonora	66
Artigo 96.º - Licença especial de ruído.....	66
SECÇÃO IV - Fiscalização económica.....	66
Artigo 97.º - Controlo metrológico.....	66
CAPÍTULO VII - CEMITÉRIOS	66
Artigo 98.º - Inumações	66
Artigo 99.º - Cremação de restos mortais.....	67
Artigo 100.º - Exumação.....	67
Artigo 101.º - Depósitos.....	67
Artigo 102.º - Utilização de capela.....	67
Artigo 103.º - Trasladação de cadáveres.....	67
Artigo 104.º - Gavetões e ossários.....	67
Artigo 105.º - Utilizações e serviços diversos.....	68
Artigo 106.º - Autorização para a utilização ou colocação de ornamentos ou outros.....	69
Artigo 107.º - Cartões de identificação	69
CAPÍTULO VIII - OUTRAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM REGULAMENTOS OU PROGRAMAS MUNICIPAIS.....	69
SECÇÃO I - Pavilhões, parques desportivos e similares	69
Artigo 108.º - Taxas de Utilização	69
SECÇÃO II - Candidaturas aos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego – Registos de Cidadãos da União Europeia.....	70
Artigo 109.º - Criação do Próprio Emprego	70
Artigo 110.º - Elaboração de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo	70
Artigo 111.º - Registo de Cidadãos da União Europeia	71



SECÇÃO III - Comissão Arbitral Municipal no âmbito do Regime do arrendamento urbano.....	71
Artigo 112.º - Taxas devidas à Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime do arrendamento urbano	71
CAPÍTULO IX - UTILIZAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS	71
Artigo 113.º - Ocupação de imóveis de domínio privado municipal não destinados a habitação.....	71
Artigo 114.º - Cedência de instalações – Sem equipamento audiovisual.....	71
Artigo 115.º - Cedência de instalações – Com equipamento audiovisual.....	72
Artigo 115.º-A - Centro de Exposições de Odívetas.....	72
Artigo 115.º-B – Cedência de auditórios	72
Artigo 116.º - Utilização da Quinta das Águas Férreas.....	73
Artigo 116.º-A - Utilização ocasional do Parque de Estacionamento subterrâneo - Rua Prof. Dr. Egas Moniz.....	74
Artigo 116.º-B – Contrato de avença do Parque de Estacionamento subterrâneo - Rua Prof. Dr. Egas Moniz.....	74
LIVRO III - PREÇOS.....	76
CAPÍTULO I - IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO.....	77
Artigo 117.º - Regra Geral	77
CAPÍTULO II - PRESTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	77
SECÇÃO I – Atos de administração.....	75
Artigo 118.º - Atos de administração geral	77
Artigo 118.º-A – Execuções fiscais.....	778
Artigo 119.º - Serviços diversos relativos a edificações.....	78
Artigo 120.º - Fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública	79
SECÇÃO II – Reprodução de documentos.....	79
Artigo 121.º - Reprodução de documentos relativos a edificações.....	79
Artigo 122.º - Fornecimento de informação geográfica.....	80
SECÇÃO III – Outras apreciações.....	81
Artigo 123.º - Emissão de pareceres.....	81
Artigo 124.º - Pedidos de carácter genérico.....	82
SECÇÃO IV – Formação profissional	82
Artigo 125.º - Formação profissional	82
SECÇÃO V – Inspeções de equipamentos e sinalização	82
Artigo 126.º - Inspeções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares.....	82
Artigo 127.º - Sinalização vertical para espaços de estacionamento.....	82
SECÇÃO VI – Serviço de divulgação de património.....	83
Artigo 127.º-A - Visitas guiadas	83
SECÇÃO VII - Prestação onerosa de transporte no âmbito do PAMO.....	83
Artigo 127.º-B - Prestação onerosa de transporte.....	83
CAPÍTULO III - LABORATORIO DE ACÚSTICA – SERVIÇOS TÉCNICOS	83



Artigo 128.º - Avaliação de critério de incomodidade	843
CAPÍTULO IV – BIBLIOTECA MUNICIPAL DOM DINIS E POLOS RESPETIVOS	834
Artigo 129.º - Fornecimento de bens diversos	84
Artigo 130.º - Publicações Municipais	84
CAPÍTULO V - CONSULTÓRIO VETERINÁRIO MUNICIPAL E MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL ...	85
SECÇÃO I - Serviços de consulta e outros serviços e atos técnicos	85
Artigo 131.º - Consulta a animais de companhia	85
Artigo 132.º - Outros atos técnicos para além de consultas	85
Artigo 133.º - Outros serviços	85
SECÇÃO II - Atos cirúrgicos com anestesia não gasosa incluída	86
Artigo 134.º - Aparelho genital	86
Artigo 135.º - Aparelho digestivo	86
Artigo 136.º - Aparelho Urinário	87
SECÇÃO III - Ortopedia	87
Artigo 137.º - Ortopedia	87
SECÇÃO IV - Oftalmologia	87
Artigo 138.º - Oftalmologia	87
SECÇÃO V - Outros atos cirúrgicos	87
Artigo 139.º - Outros atos cirúrgicos	87
SECÇÃO VI - Remoção, recolha e eliminação de animais mortos ou abandonados	88
Artigo 140.º - Animais - Remoção, eliminação, alojamento, transporte e restituição	88
CAPITULO VI - <i>Start In Odívelas</i> - Incubadora de empresas	88
Artigo 140.º-A – Incubadora Física	88
Artigo 140.º-B - Incubadora Virtual	88
CAPITULO VII - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DA PISCINA MUNICIAPAL	889
SECÇÃO I – Utilização e aulas	89
Artigo 140.º-C – Inscrição e outros serviços	889
Artigo 140.º-D – Utilização livre	90
Artigo 140.º-E – Natação e hidroginástica	90
Artigo 140.º-F – Competição natação	91
Artigo 140.º-G – Natação sincronizada	91
Artigo 140.º-H - Hidrobike	92
SECÇÃO II - Hidrocinésioterapia e Outras terapias	92
Artigo 140.º-I – Hidrocinésioterapia em grupo	92
Artigo 140.º-J – Hidrocinésioterapia individual	92
Artigo 140.º-K - Hidrocinésioterapia individual gabinete	93
SECÇÃO III - Sessões de Bem-estar	94
Artigo 140.º - L - Massagens	94
Artigo 140.º - M - AQUATRELAX	94



Artigo 140.º - N- SHIATSU	94
SECÇÃO IV - Cursos	94
Artigo 140.º - O - Cursos de pré e pós-parto	94
SECÇÃO V - Inscrições de grupos	95
Artigo 140.º - P - Instituições de solidariedade social - IPSS	95
Artigo 140.º - Q - Colégios e instituições	95
SECÇÃO VI - Atividades pontuais em grupo e aluguer de espaço	96
Artigo 140.º - R - Atividades pontuais em grupo	96
Artigo 140.º - S - Outras atividades	96
CAPÍTULO VIII - CENTRO CULTURAL MALAPOSTA	967
SECÇÃO I - BILHETEIRA	97
Artigo 140.º- T - Bilhetes	97
Artigo 140.º- U - Cartões	97
Artigo 140.º- V - Aluguer de espaços e serviços	97
Artigo 140.º- W - Ateliers e workshops	98
CAPÍTULO IX - LOJA DO TURISMO	98
Artigo 140.º- X - Venda de produtos	98
CAPÍTULO X - UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO MULTIUSOS	99
SECÇÃO I - Multiusos - Atividades desportivas e outras	99
Artigo 140.º- Y - Utilização do Multiusos para atividades desportivas	99
Artigo 140.º- Z - Utilização do Multiusos para outras atividades	101
SECÇÃO II - Modalidades desportivas e outras	103
Artigo 140.º- AA - Inscrições	103
Artigo 140.º- AB - Modalidades desportivas praticadas em ginásio	103
Artigo 140.º- AC - Modalidades de combate praticadas em ginásio	103
Artigo 140.º- AD - Ginásio de cardiofitness e musculação	104
Artigo 140.º- AE - “Escolinha de futsal”	104
Artigo 140.º- AF - Squash	104
SECÇÃO III - Terapias e sessões de bem-estar	105
Artigo 140.º- AG - Terapias	105
Artigo 140.º- AH - Sessões de bem-estar	105
LIVRO IV - NORMAS DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA	106
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÃO GERAL	107
Artigo 141.º - Âmbito de aplicação	107
CAPÍTULO II - GARANTIAS FISCAIS	107
Artigo 142.º - Garantias fiscais	107



Artigo 143.º - Princípio da participação	107
Artigo 144.º - Decisões sujeitas a audiência prévia	108
Artigo 145.º - Momento em que é feita a audiência prévia	108
Artigo 146.º - Forma e conteúdo da comunicação	108
Artigo 147.º - Efeitos da audiência prévia no procedimento	109
Artigo 148.º - Decisões excluídas de audiência	109
Artigo 149.º - Decisões em que poderá ser dispensada a audiência dos interessados	109
CAPÍTULO III - LIQUIDAÇÃO	110
Artigo 150.º - Liquidação	110
Artigo 151.º - Taxas resultantes de deferimento tácito	110
Artigo 152.º - Notificação	110
Artigo 153.º - Procedimento na liquidação	110
Artigo 154.º - Revisão do ato de liquidação	111
Artigo 155.º - Revisão oficiosa do ato de liquidação	111
Artigo 156.º - Revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo	111
CAPÍTULO IV - DO PAGAMENTO E DO NÃO PAGAMENTO	112
SECÇÃO I - Do pagamento	112
Artigo 157.º - Pagamento	112
Artigo 157.º-A - Pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas	112
Artigo 158.º - Pagamento em prestações	112
Artigo 159.º - Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal	112
SECÇÃO II - Do não pagamento	113
Artigo 160.º - Incumprimento	113
Artigo 160.º-A - Incumprimento do pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas	114
Artigo 161.º - Cobrança coerciva	114
SECÇÃO III - Caducidade e prescrição	115
Artigo 162.º - Caducidade	115
Artigo 163.º - Prescrição	115
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	115
Artigo 164.º - Revisão do presente Regulamento	115
Artigo 165.º - Revogação	115
Artigo 166.º - Vigência	115
Artigo 167.º - Medidas de Incentivo à Reabilitação Urbana e às Atividades Económicas	116



PREÂMBULO

Fundamentação jurídica

O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o sistema tarifário e o regime de liquidação e cobrança das taxas cobradas pela Câmara Municipal de Odivelas, na área geográfica do Município de Odivelas, bem como os preços praticados pela prestação de bens e serviços.

Considerando que a Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, consagra no artigo 4.º, 20.º e 21.º as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas das Autarquias Locais.

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, visa, expressamente, regular as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento das taxas locais.

Estes diplomas legais representam, pois, um instrumento de democratização local visando garantir a autonomia das finanças locais na definição de prioridades das políticas públicas locais.

De entre as novas regras e princípios a que as autarquias locais se passam a subordinar, salienta-se a exigência de os regulamentos a emitir conterem, na criação das taxas ou na alteração do seu valor, não apenas a fundamentação de Direito, mas também, a justificação económico-financeira dos quantitativos a liquidar e a cobrar, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros e as amortizações e os investimentos realizados ou a realizar.

Esta justificação económico-financeira permite verificar o respeito pelo princípio da equivalência jurídica, que é, expressamente, consagrado no regime geral das taxas das autarquias locais, segundo o qual o valor das taxas das autarquias locais é fixado *“de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular”*.

Estas exigências, da proporcionalidade e da justificação económica e financeira dos quantitativos a cobrar, são, aliás, reconhecidas como determinantes para um controlo mais rigoroso da natureza do tributo como verdadeira taxa e constitui, também, o instrumento que impedirá a definição de valores discricionários ou mesmo arbitrários.

O Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Odivelas resulta da aplicação da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que consagra as taxas devidas pelo licenciamento de loteamentos e de realização de infraestruturas urbanísticas, pela aprovação de projetos e licenciamento de obras de construção, ampliação ou alteração de edifícios, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Odivelas e ainda das taxas devidas pela prática de outros atos administrativos, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos, bem como o Decreto-Lei nº 48/2011, de 1 de abril, que aprova programa de licenciamento zero e o Decreto-Lei nº 10/2015 de 16 de



janeiro que aprova o regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração.

O presente Regulamento faz uma clara ponderação entre os interesses coletivos e as políticas e orientações traçadas para a área geográfica do Município de Odivelas procurando, nomeadamente, privilegiar atividades económicas de relevo e salvaguarda do meio ambiente, das zonas verdes e dos espaços públicos, procurando uma conveniente adequação dos valores devidos pelos particulares e uma equilibrada repartição da cobertura dos custos orçamentais com os serviços prestados, como resulta do regime legal em vigor.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, que aprova a LGT, na sua atual redação, passou a impor-se, especificamente no ordenamento jurídico-tributário, a participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito, nos procedimentos que correm no âmbito da administração tributária.

As normas regulamentares de liquidação, cobrança e pagamento, devidas pela contraprestação de serviços municipais, são aprovadas nos termos estabelecidos pelo disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos das alíneas e) e k), do número 1, do artigo 33.º, e das alíneas b) e c), do número 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, na sua atual redação, no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, na sua atual redação, e no Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, com as alterações que posteriormente lhe foram introduzidas.

Assim:

O projeto de alteração ao Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e suas Normas de Liquidação e Cobrança foi aprovado pela Câmara Municipal de Odivelas, na **22ª reunião ordinária, de 16 de novembro de 2016**, nos termos da alínea k), do número 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 setembro.

Em cumprimento do disposto no artigo 100º, do Código de Procedimento Administrativo, o projeto de regulamento foi objeto de consulta pública, pelo prazo de 30 dias, tendo para isso sido publicado, na íntegra, em Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, edição n.º **XXXXXX**, de **XXXX**, e na Internet, no sítio institucional do município.

Foi posteriormente aprovado pela Assembleia Municipal de Odivelas, na **X** reunião **XXXXXX**, de **XXXXXX** de 2016, fazendo uso da competência que lhe é atribuída pelas alíneas b) e c), do número 1, do artigo 25.º, do Anexo I à da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro.



FUNDAMENTAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

Considerando que Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, consagra no artigo 4.º, 20.º e 21.º, as regras e princípios que devem nortear a criação de taxas e outras receitas nas Autarquias Locais, e considerando ainda, o regime legal definido pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o “Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais”, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, acarretam um acréscimo de responsabilização às Autarquias Locais, que deste modo se vêm obrigadas, na definição das taxas e seus montantes, a fundamentar não apenas de Direito, mas também, económica e financeiramente o valor atribuído, indicando as fórmulas de cálculo, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela Autarquia.

Considerando que aferir com rigor o valor pela prestação de serviços e utilização de bens municipais implica a imputação contabilística de custos às funções, bens e serviços prestados pela Autarquia e que a adaptação dos regulamentos municipais de cobrança de taxas ao regime instituído pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, é obrigatória para o ano 2010:

- Na preparação do Regulamento de Taxas e outras receitas do Município e sua Norma de Liquidação e Cobrança, a Câmara Municipal de Odivelas como metodologia para o presente trabalho e tendo em conta a não existência de centro de custos, procedeu à identificação de dois tipos de custo, diretos e indiretos.

Os valores foram aferidos e fornecidos pelos serviços municipais, com base na sistematização encontrada pelo Grupo de Trabalho, tendo em conta que:

- Os custos diretos representam os custos que concorrem diretamente para a função, bens ou serviços prestados imputáveis ao serviço municipal, aplicando-se para tal, o valor médio e a quantidade de recursos utilizada e foram imputados na razão direta da sua utilização, tendo por base valores médios de aquisição.

O custo da mão-de-obra direto foi calculado utilizando o custo médio por colaborador em função da sua categoria funcional, incluindo, para além do vencimento, os respetivos custos e os encargos sociais associados.

- Os custos indiretos representam os custos que não concorrem diretamente para a função, bens ou serviços prestados, mas que são imputáveis indiretamente para o apuramento do valor das taxas e outras receitas e foram calculados em função de custos anuais e imputados utilizando um dos métodos previstos na contabilidade analítica, ou seja o número de horas efetivas de trabalho consideradas para cada tarefa. Para este valor concorrem ainda os seguintes fatores produtivos, calculados na base no histórico dos custos anuais distribuídos em função do número de horas anuais efetivas de trabalho:



- Água, eletricidade, arrendamento de instalações, investimentos, comunicações voz/dados, transporte de expediente, serviço da dívida, recursos humanos, posto de trabalho/computador, seguros, assistência e manutenção de fotocopiadoras, segurança, limpeza das instalações e amortizações de bens ou equipamentos.

De forma a aferir o número de horas anuais efetivas de trabalho, tiveram-se em conta os seguintes fatores:

- a) Número de trabalhadores efetivos no Município de Odivelas = 893
- b) Dias efetivos de trabalho por colaborador = 223
- c) Horas efetivas de trabalho por trabalhador/ano = 1561

Fórmulas de Cálculo:

- **Número de dias efetivos de trabalho no Município de Odivelas =**
 $365 \text{ dias} - 13 \text{ dias feriados} - 25 \text{ dias de férias} - 104 \text{ dias de fins de semana} = 223 \text{ dias}$
efetivos de trabalho;
- **Horas efetivas de trabalho por trabalhador/ano =**
 $223 \times 7 \text{ horas de trabalho} = 1561 \text{ horas/funcionário/ano}$
- **Número de Horas Anuais Efetivas de Trabalho do Município =**
 $1561 \times 893 = 1.393.973 \text{ horas/município/ano}$

Ficam, assim, criadas as condições para que se implemente o novo Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, do Município de Odivelas, que se apresenta:



LIVRO I

DISPOSIÇÕES GERAIS



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I

Objeto, reduções e isenções

Artigo 1.º

Objeto

1 - O presente Regulamento tem por objeto estabelecer o sistema tarifário devido ao Município de Odivelas pela emissão de licenças, autorizações e quaisquer outros factos ou efeitos jurídicos praticados, bem como pelas prestações de serviços previstas na Lei das Finanças Locais e, de um modo geral, pelo licenciamento municipal de todas as ações de uso do solo a ele sujeitas, no território do Município de Odivelas, e ainda das taxas devidas pelos atos administrativos afins, considerando o disposto nos diplomas legais que regulam os respetivos procedimentos.

2 - De igual modo são estabelecidas as disposições respeitantes à liquidação, cobrança e pagamento das taxas e outras receitas municipais pela concessão de licenças, autorizações e prestação de serviços por parte do Município de Odivelas, incluindo aquelas que são objeto de delegação de competências nas freguesias.

3 - O presente regulamento não se aplica às situações e casos em que a fixação, a liquidação, a cobrança e o pagamento das taxas obedeça a normativos legais específicos.

Artigo 2.º

Isenções e reduções gerais

Sem prejuízo de outros factos geradores de isenção e redução legalmente previstos, estão abrangidos pelo presente artigo:

1 – As Freguesias do Município de Odivelas.

2 – Excetuam-se da isenção prevista no número anterior os pagamentos devidos por factos geradores da contraprestação dum preço, constantes no Livro III do presente Regulamento.

3 - Sem prejuízo de quaisquer outras isenções estabelecidas na lei, gozam de isenção, mediante requerimento devidamente fundamentado, do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, **escolas, associações de pais, associações de estudantes**, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, desde que constituídas, registadas e funcionando nos termos do



ordenamento jurídico português, relativamente às atividades que se destinem à realização dos seus fins estatutários, mediante apresentação dos respetivos estatutos.

4 - Pessoas com deficiência superior a 60% devidamente comprovada, nos termos da legislação geral, que pretendam exercer ou renovar uma atividade ou fazer uso do espaço de domínio municipal, definidos nos artigos 71.º, 84.º, 87.º e 127.º, do presente Regulamento, ficam isentas do pagamento da respetiva taxa, desde que essa atividade não seja incompatível com o tipo de deficiência que o requerente é portador.

5 - As pessoas que se encontrem na situação definida no número anterior, que pretendam exercer uma das atividades previstas no artigo 75.º e na alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, do presente Regulamento, as respetivas taxas são reduzidas em 50%, desde que o interessado o requeira.

6 - Pessoas de comprovada insuficiência económica, nos termos da legislação geral, ficam isentas do pagamento das taxas referidas nos artigos 71.º, 75.º, alínea a) do n.º 1, do artigo 76.º, 83.º e 84.º, do presente Regulamento.

7 - A Câmara Municipal, com base em requerimento devidamente fundamentado, por outras entidades não abrangidas pelo número 3, do presente artigo, pode isentar os requerentes do pagamento das taxas exigíveis, ou reduzir o seu montante, quanto a atividades que se destinem à realização de fins de manifesto interesse social ou municipal.

8 - Quando terceiros atuem em conjunto com alguma das entidades referidas no número 3, do presente artigo, poderá a taxa ser reduzida em 50% sobre o valor devido, sempre que as referidas entidades percecionem parte dos proveitos, em montante não inferior ao valor da isenção.

9 - Nas situações previstas nos números 2 e 3, do artigo 108º, do presente Regulamento, não haverá lugar a cobrança da taxa devida pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal, não podendo em circunstância alguma ser este valor inferior ao que resultaria da cobrança da taxa devida pela utilização destes equipamentos.

Artigo 3.º

Edificação e urbanização – Isenção e redução específica

1 - Gozam de isenção do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento, quanto ao licenciamento de edificações que sejam afetas diretamente ao exercício dos seus fins estatutários, as cooperativas, suas uniões, federações e confederações, as associações de bombeiros, coletividades desportivas, culturais, recreativas e outras Instituições com caráter de solidariedade social, ou outras pessoas coletivas equiparadas, que prossigam fins não lucrativos, bem como as associações de proprietários e/ou moradores em bairros de áreas urbanas de génese ilegal, desde que legalmente



constituídas, registadas e funcionando nos termos do ordenamento jurídico português, mediante apresentação dos respetivos estatutos.

2 - Fica sempre excluída da isenção prevista no número anterior a edificação, ou parte dela, que seja destinada a ser colocada no mercado concorrencial, imobiliário ou de arrendamento.

3 - Quando, dentro dos cinco anos seguintes ao licenciamento ou autorização da utilização de construções isentas de taxas, lhes vier a ser dado, total ou parcialmente, um fim que exclua a isenção, a Câmara Municipal cobrará as taxas correspondentes.

4 - Gozam de isenção do pagamento devido pelas taxas previstas no presente regulamento, as obras promovidas por quaisquer entidades, quando as obras a edificar constituam execução de Contratos de Desenvolvimento de Habitação Social ou de outros programas desenvolvidos no âmbito da política social de habitação.

Artigo 4.º

Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal – Redução específica

1 - Às operações de loteamento e às alterações às licenças dos alvarás de loteamento em AUGI, nos termos da Lei n.º 91/95 de 2 de setembro, na sua atual redação, e bairros de origem ilegal, aplicar-se-á, como incentivo ao cumprimento do dever de reconversão e legalização, uma redução de 50% do valor das taxas previstas no n.º 2 do artigo 51.º, do presente Regulamento, com exceção dos valores relativos às compensações das áreas de cedência em falta, desde que pagas antes da emissão do título de reconversão ou aditamento ao alvará de loteamento.

2 - **As taxas devidas pela conclusão do controlo prévio urbanístico, previstas no artigo 43.º**, do presente Regulamento, serão reduzidas em 50% no seu valor, desde que o pedido para a legalização ou para a construção do lote tenha sido requerido no prazo de um ano, contado a partir da data de emissão do alvará de loteamento ou da data do aditamento ao alvará de loteamento onde o lote esteja incluído e desde que as taxas previstas no n.º 4 do artigo 51.º, do presente Regulamento tenham sido pagas nos termos do número anterior.

3 - (Revogado)



Artigo 5.º

Redução ou isenção específica em situações de cumulação de exploração de atividades económicas e outras situações especiais

1 - Quando seja requerido alvará, para a exploração no mesmo local, de serviços de restauração e de bebidas, em simultâneo e cumulativamente, com outras atividades compatíveis, o valor devido será de 75% do resultado do somatório das taxas aplicadas, por cada uma das atividades.

2 - Pela colocação de suportes publicitários em edificações, utilizando anúncios luminosos ou diretamente iluminados, quando estes sejam complementares dos anúncios e não entrem na sua medição, com recurso à utilização de energias alternativas, ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 5, do artigo 62.º, do presente Regulamento, é aplicável uma redução de 50%.

3 - Os pedidos de colocação de chapéus-de-sol com publicidade, em espaços públicos legalmente ocupados por esplanadas, ficam isentos do pagamento da taxa do pedido de licenciamento previsto no n.º 3, do artigo 66.º, do presente Regulamento.

Artigo 6.º

Suportes publicitários – Isenção e redução específica

1 - Para efeitos do presente regulamento, não estão sujeitos a liquidação e cobrança de taxas:

- a) Os anúncios respeitantes a serviços de transporte coletivos públicos;
- b) Os cartazes, ou qualquer outro suporte de divulgação de iniciativas políticas;
- c) A difusão de comunicados, notas oficiosas e demais esclarecimentos relativos a atividade de órgãos de soberania e da administração central, regional e local;
- d) Placas de proibição de afixação de publicidade ou anúncios;
- e) Outras comunicações que resultem de imposição legal.

2 - As taxas de licença de suportes de publicidade de espetáculos, quando colocados junto ao local onde se realize o espetáculo, beneficiam de uma redução de 50% no valor das taxas a aplicar em cada caso.

Artigo 7.º

Celebração de contratos e fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública – Isenções

1 - Estão isentos do pagamento do valor previsto no artigo 120º, do presente regulamento, o fornecimento de peças processuais no âmbito da aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, quando a escolha do procedimento adjudicatório seguir o regime do ajuste direto.

2 - Ficam isentos do pagamento do valor previsto no n.º 9 do artigo 118º, do presente Regulamento, a celebração de contratos de aquisição de serviços, quando relativos aos recursos humanos.



Artigo 8.º

Avaliação de critério de incomodidade – Redução específica

Há lugar a uma redução de 15%, no valor apurado nos termos da alínea a) e b) do artigo 128º, quando na mesma deslocação for efetuada a medição do ruído ambiente, bem como, do ruído residual.

Artigo 9.º

Redução específica dos Serviços do Consultório Veterinário Municipal

Os munícipes que comprovem ter insuficiência económica e apresentem cartão de eleitor do Município de Odivelas, proprietários de gatídeos e canídeos com seis ou mais meses de idade, e apresentem prova do respetivo registo e licenciamento, podem recorrer aos serviços de clínica de animais de companhia pagando 20% da tabela em vigor para o exercício de clínica de animais de companhia, com exceção dos medicamentos e outros produtos.

Artigo 10.º

Redução específica da Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime de arrendamento urbano
(Revogado)

Artigo 10.º-A

Isenção e reduções de valores da *Start In Odivelas* - Incubadora de empresas

As empresas incubadas gozam, no pagamento do preço devido pela cedência de uso de um gabinete individual, de:

- a) Um período de carência de 6 meses, após a sua instalação;
- b) Uma redução de 50% até perfazer um ano de contrato.

Artigo 10.º-B

Isenção e reduções de valores devidos pela utilização do complexo da Piscina Municipal

1 - Agregados familiares usufruem dos seguintes benefícios, no valor das mensalidades:

1.1 Reduções para o:

- a) Segundo elemento, 20%;
- b) Terceiro elemento, 30%;
- c) Quarto elemento, 40%;
- d) Quinto elemento e a partir deste, 50%.

1.2 Isenção a partir do terceiro elemento das taxas de inscrição e de renovação.

2 - Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos, ou utilizadores com grau de incapacidade comprovadamente igual ou superior a 60% ou portadores de “Cartão Sénior Municipal” beneficiam de uma redução de 30% no valor da mensalidade.



3 - Portadores do “Cartão ODIKIDS”, “Jovem Cidadão” ou outros cartões municipais equiparados, beneficiam de uma redução de 10% de desconto no valor da mensalidade.

4 - Participantes do “Clube Movimento”, beneficiam de uma redução de 80% de desconto no valor da mensalidade e ficam isentos do pagamento do valor da inscrição.

5 - Os beneficiários de Acordos de Cooperação, beneficiam de uma redução de 15% de desconto no valor da mensalidade.

6 - Os funcionários do Município de Odivelas, beneficiam de uma redução de 30% de desconto no valor da mensalidade.

7 – As isenções e reduções previstas nos números 1 a 6 do presente artigo não se aplicam às sessões de bem-estar, terapias individuais e sessões de tratamento nem são cumuláveis entre si ou com outros benefícios que possam surgir.

8 - Os utilizadores que frequentem as atividades abaixo mencionadas beneficiam de um desconto de 25%, quando frequentem outra atividade aquática:

- a) Hidroterapia individual;**
- b) Terapia ocupacional mensal;**
- c) Treino respiratório mensal de duração máxima de 30 minutos;**
- d) Massagem terapêutica mensal;**
- e) Massagem de relaxamento mensal;**
- f) Reabilitação psicomotora aquática mensal, uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos;**
- g) Natação personalizada com duração máxima de 45 minutos, uma vez por semana.**

9 – Os utilizadores com “Cartão bem-estar”, beneficiam das seguintes reduções nas mensagens de relaxamento ocasionais ou nas sessões terapêuticas ocasionais:

- a) Ouro, por cada quatro sessões, 15%;**
- b) Prata, por cada três sessões, 10%;**
- c) Bronze, por cada duas sessões, 5%.**

10 – Os inscritos no programa “Clube do Movimento - Desporto Sénior”, com insuficiência económica comprovada nos termos da legislação geral, estão isentos de qualquer pagamento, e sempre que não seja ultrapassado o limite máximo de 15% dos participantes do Clube.



11 – Aos valores previstos para a utilização das piscinas são ainda aplicados as seguintes reduções, quando a forma de pagamento for:

- a) Trimestral – 10%;**
- b) Semestral – 15%;**
- c) Época – 20%.**

12 – Os utentes de atividades aquáticas, inscritos em duas ou mais modalidades distintas, beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa.

13 – Sobre os valores previstos na Secção V, do Capítulo VII, do Livro III, do presente regulamento, devidos pela utilização da Piscina Municipal, não incide qualquer isenção ou redução.

Artigo 10.º-C

Isenção e reduções do Centro Cultural Malaposta

1 – Beneficiam de uma redução de 50% sobre o valor devido:

- a) “Dia do Espectador” – válido só às quintas-feiras;
- b) Escolas e grupos de teatro amador;
- c) Portadores de Cartão Jovem ou Cartão Estudante;
- d) Jovens até 30 anos – inclusive;
- e) Reformados com idade igual ou superior de 65 anos;
- f) Profissionais do espetáculo;
- g) Portadores do cartão da Biblioteca Municipal D. Dinis;
- h) Agregados compostos por cinco ou mais pessoas – Preço família;
- i) Pessoas com deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovado por atestado médico multiuso, ou cartão de pessoas com deficiência das Forças Armadas, bem como para o seu acompanhante;
- j) Pessoas em situação de desemprego devidamente comprovado por documento do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ou Segurança Social.

2 - Beneficiam de uma redução de 30% sobre o valor devido, Grupos com mais de 20 pessoas.

3 - Beneficiam de uma redução de 10% sobre o valor devido, utentes com:

- a) Cartão Fnac;
- b) Cartão Lisboa Viva.

4 – O Município de Odivelas pode celebrar acordos de cooperação ou protocolos, com outras entidades externas, dos quais podem resultar uma redução até 50% sobre o valor devido, desde que devidamente aprovados pelo órgão executivo.



5 – As reduções de valores previstas no presente artigo não são aplicáveis ao valor de bilheteira previsto no artigo 140º-T para a “Categoria K”.

6 – O Município de Odivelas disponibilizará, às Freguesias do Concelho, uma cedência gratuita por mês.

Artigo 10.º-D

Isenções e reduções de valores devidos pela utilização do Complexo Multiusos

1- Agregados familiares usufruem dos seguintes benefícios, no valor das mensalidades:

1.1 Reduções:

- a) Para o segundo elemento, 20%;**
- b) Para o terceiro elemento, 30%;**
- c) Para o quarto elemento, 40%;**
- d) Para o quinto elemento e a partir deste, 50%.**

1.2 Isenção a partir do terceiro elemento das taxas de inscrição e de renovação

- 2- Utilizadores com idade igual ou superior a 60 anos ou utilizadores com grau de incapacidade comprovadamente igual ou superior a 60% ou portadores de “Cartão Sénior Municipal” beneficiam de uma redução de 30% no valor da mensalidade.**
- 3- Portadores do “Cartão ODIKIDS”, “Jovem Cidadão” ou outros cartões municipais equiparados, beneficiam de uma redução de 10% de desconto no valor da mensalidade.**
- 4- Participantes do “Clube Movimento”, beneficiam de uma redução de 80% de desconto no valor da mensalidade e ficam isentos do pagamento do valor da inscrição.**
- 5- Os beneficiários de Acordos de Cooperação, beneficiam de uma redução de 15% de desconto no valor da mensalidade.**
- 6- Os funcionários do Município de Odivelas, beneficiam de uma redução de 30% de desconto no valor da mensalidade.**

7 – As isenções e reduções previstas nos números 1 a 6 do presente artigo não se aplicam às modalidades de combate de kickboxing, judo, jiu jitsu/MMA, cardio-fitness e musculação, não são cumuláveis entre si ou com outros benefícios que possam surgir.



8 – Os utilizadores que frequentem as atividades abaixo mencionadas beneficiam de um desconto de 25%, quando frequentem outra atividade de ginásio:

- a) Massagem terapêutica mensal uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos;**
- b) Massagem de relaxamento mensal uma vez por semana com a duração máxima de 30 minutos.**

9 - Os utilizadores com “Cartão bem-estar”, beneficiam das seguintes reduções nas massagens de relaxamento ocasionais ou nas sessões terapêuticas ocasionais:

- a) Ouro, por cada quatro sessões, 15%;**
- b) Prata, por cada três sessões, 10%;**
- c) Bronze, por cada duas sessões, 5%.**

10 – As empresas com sede no Concelho de Odivelas que pretendam utilizar o Pavilhão Multiusos para atividades desportivas ou outras atividades no âmbito dos artigos 140.º-Y e 140.º-Z, beneficiam de uma redução de 20 % dos valores aí previstos.

11 – Aos valores previstos para a utilização dos ginásios do Pavilhão Multiusos são ainda aplicados os seguintes descontos, quanto à forma de pagamento for:

- a) Trimestral – 10%;**
- b) Semestral – 15%;**
- c) Época – 20%.**

12 – Os utentes de atividades de ginásio, inscritos em duas ou mais modalidades distintas, beneficiam de uma redução de 25% no valor da mensalidade mais baixa.

Artigo 10.º-E

Isenções e reduções nas visitas guiadas

1 – As crianças até aos 12 anos beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.

2 – Os estabelecimentos de ensino, quando em visitas de estudo, beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.

3 – Estudantes com mais de 12 anos, desempregados, professores e portadores de cartões municipais beneficiam de uma redução de 35%.

4 – Os participantes em atividades organizadas pela Câmara Municipal, em eventos e datas comemorativas, beneficiam da isenção do pagamento dos ingressos nas visitas guiadas.



Artigo 11.º

Cemitérios – Isenção específica

Os indigentes estão isentos de pagamento das taxas devidas pela prática de qualquer serviço fúnebre, nos Cemitérios Municipais.

Artigo 12.º

Fornecimento de informação geográfica – Redução específica

O fornecimento de informação geográfica, para fins escolares ou académicos, terá uma redução de 50% sobre o valor apurado no artigo 122.º, do presente Regulamento, mediante apresentação de documento emitido pela instituição de ensino que justifique o pedido.

Artigo 13.º

Lugares de estacionamento na via pública – Isenção e redução específica

1 - As pessoas com deficiência, devidamente comprovada, nos termos da legislação geral, estão isentas do pagamento de taxas devidas pelo estacionamento na via pública.

2 - As entidades referidas nos números 1 e 3 do artigo 2.º, do presente do regulamento, estão isentas do pagamento de taxas devidas pelo estacionamento na via pública destinado a ser utilizados por pessoas com deficiência, grávidas e acompanhantes de crianças de colo, enquanto seus utentes.

3 - Podem beneficiar de uma redução de 50% no valor das taxas devidas pelo estacionamento na via pública, mediante requerimento devidamente fundamentado, as entidades que desenvolvam atividades com especial relevância para a comunidade e de interesse municipal, para utilização dos seus utentes.

Artigo 14.º

Dossiers de candidatura à criação do próprio emprego e de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo — Isenção específica

1 - Os requerentes de dossiers de candidaturas previstas no Livro II, Capítulo VIII, Secção II, artigos 109.º e 110.º, do presente Regulamento, podem ficar isentos do pagamento de taxas, quando os respetivos projetos se destinem a ter concretização na área geográfica do Município de Odivelas e o requerente esteja efetivamente em situação de desemprego.

2 - Nas situações em que os requerentes não concretizam os respetivos projetos na área geográfica do Município de Odivelas ou que se constate a sua utilização abusiva, a isenção será anulada e a Câmara Municipal cobrará os valores devidos.



Artigo 15.º

Processo de atribuição de isenção e redução de taxas

- 1 - A isenção e redução de taxas previstas no presente regulamento não dispensam o cumprimento das demais formalidades legais.
- 2 - As isenções e reduções previstas no Capítulo I, do presente Livro, são concedidas por despacho do Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de subdelegação.
- 3 - Excetuam-se do número anterior, as isenções previstas nos números 7, 8 e 9, do artigo 2º, do presente Regulamento, que são concedidas por deliberação da Câmara Municipal.
- 4 - As isenções serão deferidas após apresentação de requerimento pelos interessados, e desde que façam prova da qualidade em que o requerem, não serem devedores às finanças, segurança social e ao Município de Odivelas e demais requisitos exigidos para a concessão das mesmas.
- 5 - As isenções previstas não autorizam os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.

Artigo 16.º

Indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas

O indeferimento de isenção ou redução de pagamento de taxas devidas, deve ser notificado ao requerente, para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento devido, seguindo o regime dos artigos 157.º e seguintes, do presente Regulamento.

SECÇÃO II

Hasta pública

Artigo 17.º

Hasta pública

- 1 - Sempre que se presuma a existência de mais de um interessado, no uso e ocupação da via e do espaço público, ou de quaisquer bens imóveis públicos ou privados do Município de Odivelas, deve a Câmara Municipal promover a arrematação em hasta pública do direito da ocupação ou de uso, tendo por base um valor de licitação.
- 2 - Excetuam-se do regime de hasta pública a utilização dos bens do domínio privado municipal, quando, por manifesto interesse público, devidamente fundamentado e deliberado pelos órgãos autárquicos competentes, dele resulte um benefício para o Município de Odivelas.



3 - O produto da arrematação será cobrado no ato da praça, salvo se o arrematante declarar que deseja efetuar o pagamento em prestações, devendo, nesse caso, efetuar o pagamento de 50% sobre o valor da arrematação.

4 - As restantes prestações deverão ser pagas de acordo com o estatuído no n.º 2, do artigo 158º, do presente Regulamento.

5 - Em igualdade de licitação terá direito de preferência a pessoa que tinha o anterior uso e utilização do bem de domínio público ou privado municipal, exceto se o direito tiver caducado.

6 - Em caso algum, ao regime de hasta pública, após licitação poderá ser aplicado qualquer redução ou isenção prevista no presente Livro.

Artigo 18.º

Valor de licitação

Sempre que a Câmara Municipal promova a arrematação em hasta pública, nos termos do artigo anterior, do direito de uso ou ocupação de algum bem de domínio público ou privado municipal, o valor mínimo de cada lanço será previamente definido, tendo por base avaliação económico-financeira que determine o benefício económico que o arrematante possa vir a retirar pela utilização do bem em causa.

SECÇÃO III

Emissão, renovação e cessação das licenças e autorizações

Artigo 19.º

Emissão da licença ou autorização

Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização e mediante o pagamento das respetivas taxas, ou outros pagamentos legalmente exigíveis, os serviços municipais assegurarão a emissão do respetivo título, no qual deverá constar:

- a) A identificação do titular: nome, morada ou sede e número de identificação fiscal;
- b) O objeto da licença ou da autorização, sua localização e características;
- c) As condições impostas pela licença ou autorização;
- d) A validade da licença ou autorização, bem como o seu número de ordem.

Artigo 20.º

Precariedade das licenças e autorizações

1 - Todas as licenças e autorizações concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, fazer cessá-las, restituindo, neste caso, a taxa correspondente ao período não utilizado.



2 - Excetuam-se do disposto no número anterior as licenças e autorizações que, nos termos da lei, não sejam consideradas precárias.

SECÇÃO IV

Prova documental

Artigo 21.º

Prova documental

1 - Deverão ser apresentados pelos requerentes os documentos bastantes que façam prova dos factos e do direito invocado.

2 - Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para a comprovação dos factos deverão ser devolvidos, quando dispensáveis.

3 - Sempre que o conteúdo dos documentos deva ficar registado no processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extrairão e apensarão as fotocópias necessárias, cobrando o respetivo custo nos termos do fixado no presente Regulamento.

SECÇÃO V

Contratos de execução e acordos de cooperação

Artigo 22.º

Contratos de execução e acordos de cooperação

1 - O exercício das competências previstas no presente Regulamento, nos aspetos delegados nas Juntas de Freguesia, deve entender-se delegado enquanto vigorarem os respetivos contratos de execução e acordos de cooperação, exceto quanto à competência para deferir a isenção ou redução específica das taxas.

2 - A competência para aprovar regulamentos ou quaisquer outros normativos, fixar taxas e outras receitas municipais, nas áreas objeto de delegação, é da exclusiva competência da Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal.

3 - Quaisquer atos que violem expressa, tácita, direta ou indiretamente o número anterior, são considerados ilegais e consequentemente nulos, por violação do regime geral das taxas das autarquias locais e da Lei das Finanças Locais.



4 - Em todos os atos praticados pelas Juntas de Freguesia, no âmbito dos contratos de execução e acordos de cooperação, que envolvam a aplicação do “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais”, este deve ser expressamente mencionado.

5 - Todas as iniciativas ou obras praticadas pelas Juntas de Freguesia, no âmbito dos contratos de execução e acordos de cooperação, devem ser objeto de devida publicitação no local onde estas ocorram, com expressa menção percentual da comparticipação das entidades envolvidas.

CAPÍTULO II

CONTAGEM DE PRAZOS E INTERPRETAÇÃO

SECÇÃO I

Contagem de prazos

Artigo 23.º

Prazo - Regra geral

1 - As taxas diárias, semanais, mensais ou anuais são devidas por cada dia, semana, mês, ano ou fração, e a sua validade, com exceção dos títulos habilitantes à realização da obra, caduca no final do prazo concedido.

2 - O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais é de 15 dias a contar da notificação para pagamento, efetuada pelos serviços competentes, exceto nos casos em que a lei fixe prazo específico.

3 - Nas situações em que o ato ou facto já tenha sido praticado ou utilizado sem o necessário título constitutivo do direito ou da situação jurídica que satisfaça a pretensão do requerente, nos casos de revisão do ato de liquidação que implique uma liquidação adicional e nos casos de liquidação periódica, o prazo para pagamento voluntário é de 8 dias, a contar da notificação para pagamento, sem prejuízo do respetivo processo de execução fiscal, contraordenacional ou de outra natureza.

4 - Nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário é expressamente proibida a concessão de moratória.

Artigo 24.º

Regras de contagem dos prazos

1 – Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

2 – O prazo que termine em sábado, domingo ou em dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.



Artigo 25.º

Renovação de atos – Prazo específico

O pedido de renovação, desde que legalmente admissível, de quaisquer atos administrativos deverá fazer-se até ao último dia útil anterior ao termo do período da vigência do ato, salvo se outro resultar da lei, sob pena da sua caducidade.

SECÇÃO II

Legislação subsidiária e interpretação

Artigo 26.º

Legislação subsidiária – Integração de lacunas

De acordo com a natureza das matérias, às relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas, aplicam-se, subsidiariamente:

- a) A Lei das Finanças Locais;
- b) A Lei Geral Tributária;
- c) A lei que estabelece o quadro de competências e o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias;
- d) O Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- e) O Código de Procedimento e de Processo Tributário;
- f) O Código de Processo nos Tribunais Administrativos;
- g) O Código do Procedimento Administrativo;
- h) O Regime Geral das Infrações Tributárias.

Artigo 27.º

Interpretação

1 - Os casos de dúvida de interpretação e aplicação do presente regulamento serão decididos por despacho do Presidente da Câmara Municipal, mediante prévio parecer.

2 - O despacho referido no número anterior vincula os serviços municipais e deverá ser aplicado em todas as situações análogas.

SECÇÃO III

Infrações, atualização e norma de conformidade

Artigo 28.º

Penalidades

A prática de um ato ou facto gerador duma obrigação tributária ou do pagamento de um preço sem que tenha sido dado origem a procedimento próprio, ou, a sua prática para além dos prazos estipulados, sem



que tenha sido pedida a sua renovação, constitui crime nos termos da legislação penal vigente ou contraordenação punível por lei ou regulamento próprio.

Artigo 29.º

Contraordenações

As infrações às normas do presente Regulamento constituem crime ou contraordenação, a aplicar cumulativamente com o mesmo e demais legislação e Regulamentos Municipais aplicáveis.

Artigo 29-A.º

Execuções Fiscais

(Revogado)

Artigo 30º

Atualização anual de valores e aplicação do imposto do selo e emolumentos

1 - As taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento serão atualizadas anualmente de acordo com a taxa de inflação prevista no Orçamento de Estado para o ano seguinte.

2 - Qualquer atualização aos valores previstos no presente Regulamento de acordo com outro critério que não o referido no número anterior, implicará a aprovação pela Câmara Municipal de proposta a apresentar à Assembleia Municipal, em conformidade com a legislação em vigor.

3 - As atualizações anuais previstas nos números 1 e 2, do presente artigo, deverão ser tidas em conta na preparação do Orçamento Municipal para o ano seguinte.

4 - A atualização das taxas indexadas ao valor definido anualmente por Portaria relativa ao valor do preço médio do m² de construção, que serve de base para avaliação do IMI, será reportada à que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.

5 - A atualização indexada ao valor definido anualmente pela CMO relativa ao valor do preço de registo de terrenos do domínio municipal será reportada ao que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.

6 - A atualização indexada ao valor do salário mínimo nacional será reportada ao que estiver em vigor no momento da atualização do presente Regulamento.

7 - Aos valores previstos no presente regulamento acresce o imposto do selo e emolumentos, quando devidos.



8 - Excetua-se do número 1 e 2 do presente artigo, a atualização dos valores das taxas previstas em legislação própria.

Artigo 31.º

Publicitação

1 - O presente Regulamento é publicitado de acordo com a legislação em vigor.

2 - A fundamentação de Direito e a justificação económico-financeira dos valores a liquidar e a cobrar, nos termos do presente Regulamento, estão disponíveis para consulta.

3 - Para efeitos do número anterior os interessados deverão requerer a sua consulta nos locais de atendimento ao público do Município, que agendarão a disponibilização dos elementos com os serviços competentes.

4 – O presente Regulamento está disponível no portal do município www.cm-odivelas.pt

Artigo 32.º

Expressão monetária

Todos os valores apresentados no presente Regulamento são expressos em Euro.

Artigo 33.º

Norma de conformidade

Todos os regulamentos municipais deverão conformar-se com as normas constantes do presente Regulamento.



LIVRO II

TAXAS



CAPÍTULO I

INCIDÊNCIA OBJETIVA E SUBJETIVA

SECÇÃO I

Incidência objetiva e subjetiva

Artigo 34.º

Incidência objetiva

As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente:

- a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
- b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
- c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
- d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
- e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
- f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
- g) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
- h) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional;
- i) Sobre a realização de atividades dos particulares geradores de impacto ambiental negativo;
- j) Pelas utilidades prestadas ou geradas pelas atividades, no âmbito do Balcão do empreendedor.

Artigo 35.º

Incidência subjetiva

1 - O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente regulamento é o Município de Odivelas, como titular do direito de exigir aquela prestação.

2 - O sujeito passivo é a pessoa singular, coletiva ou outras entidades legalmente equiparadas que, nos termos da lei e dos regulamentos aprovados pelos órgãos municipais competentes, estejam vinculados ao cumprimento da prestação tributária.



SECÇÃO II
Balcão do Empreendedor

Artigo 35.º-Aº
Balcão do Empreendedor

(Revogado)

CAPÍTULO II
OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

SECÇÃO I
Definições

Artigo 36.º
Definições

Para efeitos do presente regulamento e com o objetivo de uniformizar a terminologia urbanística em todos os regulamentos municipais considera-se que os conceitos urbanísticos referidos no presente Regulamento são os definidos no RMEU.

SECÇÃO II
Serviços diversos

Artigo 37.º
Serviços diversos

- | | |
|--|-------|
| 1 - Averbamentos em processos | 31,13 |
| 2 - Depósito de ficha técnica de habitação, por cada ficha: | |
| a) Em suporte papel..... | 25,00 |
| b) Em suporte digital..... | 20,00 |
| 3 - Sempre que as fichas técnicas sejam entregues em ambos os formatos, apenas será cobrada a taxa relativa ao depósito da ficha técnica de habitação em formato digital. | |
| 4 - Segunda via da ficha técnica da habitação..... | 25,00 |
| 5 - Consulta a livro de obra em formato digital..... | 4,71 |
| 6 - Averbamentos de processos de construção e de alteração de instalação de armazenamento de produtos de petróleo e instalação de postos de abastecimento de combustíveis..... | 60,00 |



7 - Junção de elementos, por cada entrega.....5,00

SECÇÃO III

Licenças e comunicações prévias de operações urbanísticas

Artigo 38.º

Pedido de Destaque

Apresentação de pedido de informação relativo a destaque.....80,00

Artigo 39.º

Pedidos de informação prévia ou de localização

1 . Apresentação de pedido de informação prévia sobre:

- a) Construção de moradia uni ou bifamiliar.....100,00
- b) Construção de edifício de habitação coletiva ou destinado a atividades económicas.....150,00
- c) Pedido de operação de loteamento ou obras de urbanização.....200,00

2 . Apresentação de pedido de parecer sobre localização nos termos de legislação específica.....238,30

Artigo 40.º

Pedidos de licenciamento e comunicações prévias

São cobrados os seguintes valores pela apresentação de procedimentos urbanísticos:

1 - Comunicação prévia de edificação:

- a) Moradia uni ou bifamiliar e seus anexos.....100,00
- b) Edifício até 8 frações.....225,00
- c) Edifício com mais de 8 frações.....605,69
- d) Edifício de impacte semelhante a loteamento.....850,00

2 – Licenciamento de edificação:

- a) Moradia uni ou bifamiliar e seus anexos.....100,00
- b) Edifício até 8 frações.....240,00
- c) Edifício com mais de 8 frações605,69
- d) Edifício de impacte semelhante a loteamento.....970,00

3 - Alterações ao projeto de arquitetura100,00

4 - Licenciamento de operação de loteamento e obras de urbanização situadas em AUGI:

- a) Por pedido até 100 frações.....790,00
- b) Por pedido com mais de 100 frações.....1.100,00
- c) Pedido de alteração a alvará de loteamento até 100 frações.....602,00



d) Pedido de alteração a alvará de loteamento com mais de 100 frações.....	757,00
5 - Licenciamento de operação de loteamento e obras de urbanização não situadas em AUGI:	
a) Por pedido até 100 frações.....	1.648,44
b) Por pedido com mais de 100 frações.....	1.915,82
c) Pedido de alteração a alvará de loteamento até 100 frações.....	570,00
d) Pedido de alteração a alvará de loteamento com mais de 100 frações	670,00
6 - Obras de demolição.....	160,00
7 - Intervenção no subsolo.....	100,00
8 - Instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicação.....	100,00
9 - Remodelação de terrenos.....	100,00
10 - Sempre que se verifique que os pedidos referidos nos números 4 e 5 do presente artigo prevejam a construção de área destinada a atividades económicas, e a mesma não se encontre contabilizada em frações, por cada 100 m ² ou fração de área de construção destinada àquele uso deverá ser feita a equiparação a uma fração, devendo o valor obtido relevar para a determinação do número de frações.	
11 - Outras operações urbanísticas.....	45,41

Artigo 41.º

Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis

Apreciação dos pedidos de aprovação dos projetos de construção e de alteração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis, de acordo com o previsto em legislação específica:

Capacidade total dos reservatórios			
$\geq 5000(m^3)$	$<5000 \geq 500(m^3)$	$<500 \geq 50(m^3)$	$<50(m^3)$
3.900,00€ acrescido de 42,00€ por cada 100m ³ (ou fração acima de 5000 (m ³))	1.200,00€ acrescido de 6,00€ por cada 10 m ³ (ou fração) acima de 500 (m ³)	600,00€ acrescido de 6,00€ por cada 10 m ³ (ou fração) acima de 50 (m ³)	300,00€



SECÇÃO IV

Taxas de controlo de operações urbanísticas

Artigo 42.º

Operação de loteamento e obras de urbanização

1 – As operações de loteamento, com ou sem obras de urbanização, estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = (P \times Y) + (A1 \times M1) + (A2 \times M2) + (A3 \times M3)$$

Em que:

P= Prazo de execução das obras de urbanização em meses

Y= Valor por mês ou fração.....55,96

A1= Valor por cada lote.....25,57

M1= Número de lotes constituídos

A2= Valor cada fogo.....10,46

M2= Número de fogos previstos

A3= Valor de outra utilização.....0,36

M3= Área de outras utilizações por cada m² ou fração

2 - As obras de urbanização, estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = (P \times Y) + (D1 \times M1)$$

Em que:

P= Prazo de execução das obras de urbanização, por mês ou fração

Y= Valor por cada mês ou fração.....55,96

D1= Valor de área a urbanizar por hectare.....104,59

M1= Número de hectares a urbanizar

3 - A alteração a operação de loteamento ou obras de urbanização, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = (P \times Y) + (E1 \times M1) + (E2 \times M2) + (E3 \times M3)$$

em que:

P = Prazo acrescido ao prazo inicial concedido por mês ou fração;

Y = Valor do prazo acrescido por mês e fração.....55,96

E1 = Por cada lote alterado;

M1 = Valor de cada lote alterado.....25,57

E2 = Por cada fogo alterado;



M2 = Valor por cada fogo alterado.....	10,46
E3 = Por cada uso ou fração não habitacional alterado;	
M3= Valor por cada uso ou fração não habitacional alterado.....	36,56

4- Aos valores previstos nos números anteriores acresce:

- O valor da TMU, calculada nos termos do previsto no artigo 52º do presente regulamento.
- No licenciamento, o valor da taxa devida pela emissão de alvará de loteamento ou seu aditamento.....512,46
- Na comunicação prévia, o valor da taxa devida pela emissão de certidão de apresentação da operação urbanística.....512,46

Artigo 43.º

Obras de Edificação

1 – As obras de edificação estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V=(PxZxY)$$

P= Prazo de execução da obra em meses ou fração

Z= Área total de construção em m²

Y= Valor do m² ou fração de área de construção.....0,43

2 – Ao valor previsto no número anterior acresce:

- No licenciamento, o valor da taxa devida pela emissão de alvará de obras de edificação.....41,72
- No licenciamento, acresce também o valor da TMU1, calculada nos termos do previsto no artigo 53º do presente regulamento.
- Na comunicação prévia, o valor da taxa devida pela emissão de certidão de apresentação da operação urbanística.....41,72

3 – As obras de alteração, não incluídas em obras em curso, a edifícios ou suas partes estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V=Px(ZxY)$$

Em que:

P= Prazo de execução da obra

Z= Área de construção alterada em m²

Y= Valor por m² ou fração da área alterada.....1,94

4 – Ao valor previsto no número anterior acresce:



- a) No licenciamento, o valor da taxa devida pela emissão de alvará de obras de edificação.....41,72
- b) Na comunicação prévia, o valor da taxa devida pela emissão de certidão de apresentação da operação urbanística.....41,72

5 – As obras de demolição estão sujeitas ao pagamento da taxa devida pela emissão do alvará, no valor de.....41,72

Artigo 44.º

Licença parcial

A licença parcial emitida ao abrigo do n.º 6, do artigo 23.º, e n.º 4, do artigo 116.º, do RJUE, está sujeita ao pagamento integral da taxa calculada para a emissão do alvará de licença de construção definitiva.

Artigo 45.º

Outras operações urbanísticas

A realização das seguintes operações urbanísticas está sujeita ao pagamento do valor resultante das fórmulas correspondentes:

1 - Aberturas de vala

$$V = T + (L \times H1) + (P \times H2)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de título41,72

L= Comprimento da vala

H1= Valor por metro linear.....10,00

P= Prazo de execução da obra por dia ou fração

H2= Valor por dia.....10,00

2 - Remodelação de terreno

$$V = T + (P \times Z \times H2)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de alvará de licença41,72

P= Prazo de execução da obra por mês ou fração

Z= Por cada hectare remodelado ou fração

H2= Valor por hectare de terreno remodelado.....168,37

3 - Construções destinadas à instalação de infraestruturas de suporte de estações de radiocomunicação,

$$V = T + (P \times Z \times H3)$$



Em que:

T= Taxa de emissão de alvará de licença ou autorização.....41,72

P= Prazo de execução da obra por dia ou fração

Z= Área de construção em m²

H3= Valor por m² de área de construção.....0,56

4 - Outras operações urbanísticas:

$$V = T + (P \times Z \times H4)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de alvará ou outro título41,72

P= Prazo de execução ou ocupação por mês ou fração

Z= Área da ocupação em m²

H4= Valor por m² de área de ocupação0,50

SECÇÃO V

Prorrogações de prazo e obras inacabadas

Artigo 46.º

Prorrogações de prazo para execução de obras

1 - A apresentação do pedido de prorrogação está sujeito ao pagamento das seguintes taxas:

a) Obras de edificação.....90,00

b) Obras de urbanização.....90,00

2 – O controlo de obras de edificação em prorrogação de prazo está sujeito ao pagamento do valor resultante das fórmulas correspondentes:

2.1 - Prorrogação de prazo, por mês ou fração e m² de construção ou fração

$$V = T + (P \times F \times M)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão de alvará ou certidão de apresentação de comunicação prévia.....41,72

P= Prazo de execução da obra

F= Área total de construção em m²

M= Valor por m² ou fração da área de construção.....0,43

2.2 - Prorrogação de prazo para acabamentos ou prorrogação na sequência de alterações, por mês ou fração e m² de construção ou fração

$$V = T + (P \times G \times M)$$



Em que:

T= Taxa devida pela emissão de alvará ou certidão de apresentação de comunicação prévia.....41,72

P= Prazo de execução da obra

G= Área de construção por m² ou fração

M= Valor por m² ou fração da área de construção.....0,63

3 – O controlo de obra de urbanização em prorrogação de prazo está sujeito ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times Y)$$

em que:

T = Taxa devida pelo averbamento a aplicar em todos os pedidos de prorrogação de prazo de obras de urbanização.....512,46

P = Prazo acrescido ao prazo inicial concedido por mês ou fração;

Y = Valor do prazo acrescido por mês e fração.....55,96

Artigo 47.º

Obras inacabadas

1 – Apresentação de pedido de licença especial para conclusão de obras inacabadas.....100,00

2 - A licença especial para conclusão de obras inacabadas de edificação, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = S + (P \times M \times I)$$

Em que:

S= Taxa devida pela emissão de título.....41,72

P= Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração

M= Valor por m² de área de construção.....0,63

I= Área de construção por m² ou fração

4 - A licença especial para conclusão de obras inacabadas de urbanização está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = S1 + (P \times M)$$

Em que:

S1= Taxa devida pela emissão de título.....512,46

P= Prazo de execução da obra, por cada mês ou fração

M= Valor por mês ou fração.....55,96



SECÇÃO VI

Autorizações de utilização e alterações de utilização de edificações

Artigo 48.º

Pedidos de autorização de utilização ou alteração de utilização

1 - Apresentação de pedido de autorização de utilização ou alteração da utilização.....75,00

2 - A autorização de utilização está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + (J1 \times M1)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará de utilização41,73

J1= Área de construção

M1= Valor por m² de área de construção.....0,44

3 – A alteração de utilização de edificação já titulada, sem a realização de obras, está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + (J2 \times M2)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará.....41,73

J2=Área total de uso alterado

M2=Valor por m² de uso alterado.....0,22

4 – A alteração de utilização de edificação já titulada, com a realização de obras, está sujeita ao pagamento do valor resultante da seguinte fórmula:

$$V = T + P \times (J3 \times M3)$$

Em que:

T= Taxa devida pela emissão do alvará.....41,73

P= Prazo de execução da obra

J3=Área total de uso alterado

M3=Valor por m² de uso alterado.....0,22



SECÇÃO VII
Taxas por vistoria

Artigo 49.º
Vistorias e diligências

Os pedidos de realização de vistorias e diligências estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

- 1 – Diligência para verificação dos requisitos de propriedade horizontal ou para os efeitos previstos no artigo 58.º do CPA.....100,00
- 2 – Vistorias requeridas para efeitos do dever da conservação e manutenção de imóveis ou outras.....100,00
- 3 – Aos valores previstos no nº 1 e 2, acresce por cada fogo e seus anexos ou unidade de ocupação tal como garagem ou similares a mais.....7,84
- 4 - Vistorias para a determinação dos níveis de conservação da edificação e para a definição de obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior:**
- a) Por cada vistoria para determinação do nível de conservação (anterior e posterior à execução de obra).....102,00
- b) Por cada vistoria para definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior.....51,00
- c) As taxas previstas no presente número são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades do mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira
- 5 - O pagamento dos peritos não funcionários municipais deverá ser efetuado diretamente pelos interessados às entidades a que pertençam e em conformidade com seus respectivos regulamentos.
- 6 - Taxas para vistorias relativas aos projetos de construção e de alteração de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de abastecimento de combustíveis:

	Capacidade total dos reservatórios			
	$\geq 5000(m^3)$	$<5000 \geq 500(m^3)$	$<500 \geq 50(m^3)$	$<50(m^3)$
Vistorias relativas ao processo de licenciamento	600,00 €	600,00 €	480,00 €	300,00 €
Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas não decisões proferidas sobre reclamações	600,00 €	600,00 €	480,00 €	300,00 €
Vistorias periódicas	1.800,00 €	900,00 €	480,00 €	300,00 €
Repetições das vistorias para verificação das condições impostas	1.200,00 €	1.200,00 €	600,00 €	480,00 €



7 - Pedido de vistoria destinada a receção provisória ou definitiva de obras de urbanização:

- a) Por obras que abranjam menos de 100 frações.....625,00
- b) Por obras que abranjam mais de 100 frações.....685,00
- c) Por obras que abranjam menos de 100 frações em AUGI.....417,00
- d) Por obras que abranjam mais de 100 frações em AUGI.....455,00

8 - Sempre que se verifique que os pedidos referidos no número anterior prevejam a construção de área destinada a atividades económicas, e a mesma não se encontre contabilizada em frações, por cada 100 m² ou fração de área de construção destinada àquele uso deverá ser feita a equiparação a uma fração, devendo o valor obtido relevar para a determinação do número total de frações.

Artigo 50.º

Redução ou reforço da caução

- 1 - Pelo pedido de redução ou reforço da caução prestada para garantir a execução das obras de urbanização.....330,00
- 2 - Pelo pedido de redução ou reforço da caução prestada para garantir a execução das obras de urbanização em AUGI.....220,00

SECÇÃO VIII

Taxa municipal de urbanização

Artigo 51.º

Incidência da taxa municipal de urbanização

1 – As taxas municipais de urbanização visam assegurar o reforço das infraestruturas e não dependem da instrução de operação urbanística.

2 – A TMU e a TMU1 são devidas nas operações de loteamento e suas alterações e, nas obras de edificação e suas ampliações situadas em áreas não abrangidas por alvará de loteamento, em edifícios de impacte semelhante a loteamento e suas ampliações, em edifícios de impacte relevante e suas ampliações.

3 – As taxas previstas no número anterior serão pagas no ato de emissão do respetivo alvará ou tratando-se de comunicações prévias após o decurso previsto para o seu saneamento, previamente à apresentação da comunicação para o início da obra.

4 - Nas operações de loteamento em AUGI ou outros bairros de origem ilegal e suas alterações é igualmente devida a TMU e as taxas de compensação pela área de cedência para equipamento de



utilização coletiva em falta, calculadas proporcionalmente considerando a finalidade ou uso das construções dos lotes e a área de construção, devendo estas taxas constar em anexo ao alvará.

5 - A TMU e a TMU1 variam proporcionalmente ao investimento municipal que a operação urbanística em causa implique ou venha a implicar e terá em consideração o seguinte zonamento do Concelho:

Zona A – Freguesia de Odivelas e União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto

Zona B – União das Freguesias de Ramada e Caneças e União das Freguesias de Pontinha e Famões

Artigo 52.º

Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em operações de loteamento

A TMU é o valor da taxa devida ao Município pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas Urbanísticas em áreas sujeitas a operação de loteamento e é fixada para cada zona ou unidade territorial em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo, ainda, em conta o plano plurianual de investimentos municipais, de acordo com o método de cálculo definido através da seguinte fórmula:

$$TMU = (K1 \times K2 \times K3 \times V \times S) + K4$$

Em que:

K1 – Fator que traduz a influência do uso, tipologia e localização em áreas geográficas diferenciadas de acordo com os seguintes valores:

Tipologias de Construção	Zona	Valores de K1
Habitação	A	0,03
	B	0,0275
Habitação e Comércio e/ou Serviços e/ou Indústria	A	0,035
	B	0,0325
Armazéns e Indústrias	A	0,04
	B	0,0375

K2 – Fator que traduz o nível de infraestruturização do local (número de infraestruturas existentes), de acordo com o indicado no seguinte quadro:

Número de infraestruturas existentes e em funcionamento	Valores de K2
Nenhuma	0,50
Uma a Três	0,75
Quatro ou mais	1,00



K3 – Fator cujo valor pode variar entre 0,8 e 1,2 e que relaciona as áreas de cedência obrigatórias para espaços verdes e/ou equipamentos de utilização coletiva, com as áreas a ceder para os mesmos fins.

K4 – Fator que traduz a influência do programa plurianual de investimentos para a execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos na zona de referência onde se irá inserir a operação urbanística. Quando não esteja previsto para a zona qualquer investimento em infraestruturas ou equipamento público, o valor deste coeficiente será igual a 1;

$$K4 = \frac{\text{Programa Plurianual}}{\Omega} \times S$$

Ω – Área (m²) estimada para a zona de referência;

V – Valor do preço por metro quadrado de construção, definido por portaria anualmente publicada, para efeito do regime do arrendamento urbano para habitação, renda livre, condicionada e apoiada;

S – Representa a área total de construção (m²) destinada ou não à habitação, com exclusão de áreas de estacionamento.

Artigo 53.º

Cálculo da taxa municipal de urbanização devida em obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento

A TMU1 é devida ao Município pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas nas obras de edificação em áreas não abrangidas por operações de loteamento e é fixada para cada zona ou unidade territorial em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, tendo ainda em conta o plano plurianual de investimentos municipais, de acordo com o método calculado através da seguinte fórmula:

$$TMU1 = (K1 \times K2 \times V \times S) + K3$$

Em que:

K1 – Fator que traduz a influência da tipologia, do uso e localização em áreas geográficas diferenciadas, de acordo com os valores constantes do seguinte quadro:

Tipologias de Construção	Zona	Valores de K1
Habitação	A	0,0125
	B	0,01
Habitação e Comércio e/ou Serviços e/ou Indústria	A	0,015
	B	0,0125
Armazéns e Indústrias	A	0,0175
	B	0,015
Anexos	(-)	0,05



K2 – Fator que traduz o nível de infraestruturação do local (número de infraestruturas existentes) e cujos valores constam no seguinte quadro:

Número de infraestruturas existentes e em funcionamento	Valores de K2
Nenhuma	0,50
Uma a Três	0,75
Quatro ou mais	1,00

K3 – Fator que traduz a influência do programa plurianual de investimentos para a execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos na zona de referência onde se irá inserir a operação urbanística. Quando não esteja previsto para a zona qualquer investimento em infraestruturas ou equipamento público, o valor deste coeficiente será igual a 1;

$$K3 = \frac{\text{Programa plurianual}}{\Omega} \times S$$

Ω – Área (m²) estimada para a zona de referência;

V – Valor do preço por metro quadrado de construção, definido por portaria anualmente publicada para efeito do regime do arrendamento urbano para habitação, renda livre, condicionada e apoiada;

S – Representa a área total de construção (m²), destinada ou não à habitação, com exclusão de áreas de estacionamento, zonas técnicas, salas de condomínio e compartimentos para contentores do lixo.

CAPÍTULO III

OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO OU PRIVADO MUNICIPAL

SECÇÃO I

Ocupação do espaço público, solo e subsolo

Artigo 54.º

Por motivo de obras e promoção imobiliária

1 - Pedido de ocupação do espaço público por motivo de obras ou promoção imobiliária.....50,00

2 - A ocupação do espaço público por motivo de obras, em área delimitada como estaleiro, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times R \times M)$$

Em que:

T= Taxa de emissão de título, quando aplicável.....41,72

P= Por mês de ocupação ou fração



R= Valor por m² ou fração de área de ocupação.....1,50

M= Área de ocupação por m² ou fração

3 - A ocupação do espaço público por motivo de obras, em área não delimitada como estaleiro, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T + (P \times R \times M)$$

Em que;

T= Taxa de emissão de título.....41,72

P= Por mês de ocupação ou fração

R= Valor por m² ou fração de área de ocupação.....3,00

M= Área de ocupação por m² ou fração

4 - Por cada contentor de obra, em área não delimitada como estaleiro, por dia.....8,33

5 - Por cada contentor destinado à promoção imobiliária, em área não delimitada como estaleiro, por dia.....16,66

6 - Para efeitos de ocupação da via pública com contentores de entulhos de obra, estão as empresas de aluguer de contentores obrigadas a identificar o locatário do contentor respetivo, devendo indicar o nome e residência ou denominação e sede social, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva, sempre que tal lhes for solicitado, sob pena de se tornarem responsáveis pela obtenção da licença e pagamento das taxas devidas.

Artigo 55.º

Equipamentos de concessionárias de serviços públicos

Pela ocupação do espaço público, com equipamentos de concessionários de serviços públicos, abrangendo, nomeadamente, suporte de fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos, postos de transformação, cabinas eléctricas, armários ou semelhantes, cabina telefónica ou outros postos de equipamento de transmissão de comunicação ou informação, de voz ou imagem, galerias técnicas e aerogeradores, é devido, mensalmente, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....3,00

Artigo 56.º

Postos de abastecimento de combustível ou outras instalações abastecedoras

Pela utilização do espaço de domínio público ou privado municipal, por instalações de postos de abastecimento de carburantes líquidos ou gasosos, bombas de ar ou água, bombas volantes,



compressores, áreas de lavagem de veículos e áreas de tomada de água e ar, é devido, anualmente, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que;

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....15,00

Artigo 57.º

Ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos

A ocupação do subsolo com equipamentos de concessionárias de serviços públicos está sujeita ao pagamento das seguintes taxas:

- a) Depósito subterrâneo, com exceção dos destinados a bombas abastecedoras, por m³ ou fração e por ano.....5,00
- b) Tubos, condutas, cabos condutores e semelhantes, por metro linear ou fração e por ano:
 - b.1 – Com diâmetro até 20 cm.....2,00
 - b.2 – Com diâmetro superior a 20 cm.....3,00

SECÇÃO II

Ocupação do espaço público por outros motivos

Artigo 57.º-A

Pedidos no âmbito do Balcão Eletrónico

1 - Pela submissão de pedidos no âmbito do Balcão Eletrónico são devidas as seguintes taxas:

- a) Mera comunicação prévia35,00
- b) Autorizações70,00
- c) Autorizações conjuntas.....100,00

2 - Aos valores definidos no número anterior acrescem as taxas que lhe sejam aplicáveis e que estejam previstas no presente Livro.

3 - Pelo atendimento mediado é devida a seguinte taxa a que acresce aos números anteriores.....15,00

Artigo 57.º-B

Pedidos não incluídos no Balcão Eletrónico

1 – A submissão de pedidos não incluídos no âmbito do Balcão Eletrónico está sujeita ao pagamento da seguinte taxa.....45,00

2 - Ao valor definido no número anterior acrescem as taxas que lhe sejam aplicáveis e que estejam previstas no presente Livro.



Artigo 58.º

Espaço aéreo sobre a via pública

1 - (Revogado)

2 - A ocupação do espaço aéreo sobre a via pública com alpendres fixos ou articulados, toldos, fitas anunciadoras e outras ocupações do espaço aéreo, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração do dispositivo publicitário

R= Valor por m² de área ocupada.....0,40

Artigo 58.º-A

Espaço aéreo sobre a via pública no âmbito do Licenciamento Zero

(Revogado)

Artigo 59.º

Esplanadas e outras ocupações¹

1 - (Revogado)

2 - A ocupação do espaço público com esplanadas abertas, com ou sem estrado e, com ou sem guarda-vento, incluindo, nomeadamente, mesas, cadeiras, guarda-sóis, arcas de gelados e brinquedos mecânicos ou equipamentos similares, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....3,00

3 - A ocupação do espaço público com esplanadas fechadas, integradas ou não nos edifícios, incluindo, nomeadamente, mesas, cadeiras, arcas de gelados e brinquedos mecânicos ou equipamentos similares, quiosques e rouletes, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

¹ Ver redação do artigo 167.º



Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....10,00

4 - A ocupação do espaço público, nomeadamente, com arcas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares, ou outras ocupações, não incluídos em esplanadas, está sujeita ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no n.º 2, do presente artigo.

Artigo 59.º-A

Esplanadas e outras ocupações no âmbito do Licenciamento Zero¹

(Revogado)

Artigo 60.º

Utilização da via pública para atividades diversas

1 - Pela concessão e autorização de utilização da via pública para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo, comercial ou outras, que afetem, ou não, o trânsito normal, por atividade29,76

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia.....2,94

Artigo 61.º

Lugares de estacionamento na via pública

Pela ocupação de lugares de estacionamento na via pública por pessoas singulares, ou pessoas coletivas com fins lucrativos, é devido por cada lugar, por mês ou fração48,10

SECÇÃO III

Ocupação do espaço público com suportes publicitários

Artigo 62.º

Suportes publicitários no espaço público

Os suportes publicitários, luminosos ou não luminosos, em espaço público, ou integrados em mobiliário urbano, estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

1 - (Revogado)

2 - A ocupação do espaço público com suportes publicitários, nomeadamente, painéis, vídeo-painéis, mupis, monopostos, relógios, termómetros, colunas e reclamos ou anúncios, luminosos ou não luminosos, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:



P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário.....6,00

3 - Os suportes publicitários integrados em mobiliário urbano estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da fórmula prevista no número anterior.

4 - Os suportes publicitários em abrigos estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário.....3,00

5 – Os suportes publicitários, luminosos ou não luminosos, colocados em edificações, estão sujeitos ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² de área ocupada da estrutura do suporte publicitário.....1,00

Artigo 63.º

Suportes publicitários em dispositivos aéreos

1 - Pelo pedido de emissão de título para colocação de publicidade em avionetas, helicópteros, parapente, para-quedas, balões ou outros dispositivos semelhantes.....175,06

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia e por cada dispositivo aéreo.....2,94

Artigo 64.º

Suportes publicitários sonoros ou audiovisuais

1 - Pelo pedido de emissão de título para divulgação de publicidade através de suportes sonoros ou audiovisuais, na ou para a via pública.....37,16

2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia e por suporte.....2,94



Artigo 65.º

Suportes publicitários em veículos

- 1 - Pelo pedido de emissão de título para circulação de veículos com publicidade.....24,63
- 2 - A publicidade colocada em veículos está sujeita ao pagamento, por mês ou fração e por cada veículo, dos seguintes valores:
- a) Motociclos.....1,55
 - b) Automóveis ligeiros.....3,11
 - c) Pesados.....6,22
- 3 - A publicidade colocada em veículos, que transitem por vários municípios apenas é objeto de licenciamento pela Câmara Municipal de Odivelas quando os seus proprietários tenham residência permanente ou as empresas proprietárias ou locatárias tenham a sua sede social na área geográfica do Município de Odivelas.

Artigo 66.º

Outras ocupações do espaço público com suportes publicitários

- 1 - (Revogado)
- 2 - Pela colocação de insufláveis, mastros, bandeiras, bandeirolas, pendões com publicidade, colocados em muros, paredes, mostradores, corpos balanceados ou outros locais semelhantes, por unidade e por mês ou fração.....5,75
- 3 - Pela colocação de chapéus-de-sol com publicidade, por unidade e por mês ou fração.....1,03
- 4 - A colocação de cartazes de papel, telas, lonas ou outros materiais com publicidade, está sujeita ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração do suporte publicitário

R= Valor por m² de área ocupada pelo suporte publicitário.....1,50

Artigo 67.º

Distribuição gratuita de jornais e campanhas publicitárias de rua

- 1 - Pelo pedido de emissão de licença de distribuição gratuita de jornais e para a realização de campanhas publicitárias de rua, que envolvam a distribuição de panfletos, produtos, provas de degustação ou outras ações promocionais de natureza publicitária, por cada local.....78,76



2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia.....2,94

CAPÍTULO IV

SUPORTES PUBLICITÁRIOS EM DOMÍNIO PRIVADO

Artigo 68.º

Suportes publicitários em propriedade particular

1 - (Revogado)

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias, nomeadamente em painéis, vídeo-painéis, mupis, monopostos, mastros, relógios, termómetros, colunas, reclusos ou anúncios, luminosos ou não luminosos, insufláveis, bandeiras, bandeiras, pendões, cartazes de papel, telas, lonas, ou outros suportes ou materiais, que se dividem da via pública, dependem de prévia autorização para verificação da conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor e estão sujeitas ao pagamento do valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

Em que:

P= Por mês de ocupação, ou fração

M= Área ocupada por m² ou fração da estrutura do suporte publicitário

R= Valor por m² ou fração da área ocupada por estrutura do suporte publicitário.....6,00

CAPÍTULO V

OUTROS LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

SECÇÃO I

Condução e exercício da atividade de transportes

Artigo 69.º

Licença de condução de ciclomotores

(Revogado)

Artigo 70.º

Exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros

Pela emissão de título relativo ao exercício da atividade de transporte público de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros, são devidas as seguintes taxas:



a) Licença de aluguer para veículo ligeiro.....	212,78
b) Revalidação da licença de aluguer.....	22,36
c) Transmissão de licença de aluguer.....	40,53
d) Pedido de admissão a concurso.....	40,54
e) Pedido de substituição de veículo de aluguer.....	22,02
f) Pelas vistorias a realizar a veículo de substituição de veículo de aluguer	30,00
g) Pedido de cancelamento.....	22,35
h) Passagem de duplicado, segunda via ou substituição de documento deteriorado, destruído ou extraviado.....	22,35
i) Pedido de averbamento.....	21,46

SECÇÃO II

Venda ambulante e outras atividades

Artigo 71.º

Licença para o exercício de atividades ambulantes

- 1 – (Revogado)
- 2 - (Revogado)
- 3 - (Revogado)
- 4 – Pela emissão de licença higeo-sanitária é devida a taxa de.....22,33

Artigo 71.º-A

Prestação de serviços de restauração e bebidas de carácter não sedentário

(Revogado)

Artigo 72.º

Espetáculos diversos

- 1 - (Revogado)
- 2 - O licenciamento de recintos itinerantes ou improvisados ficam sujeitos ao pagamento da taxa prevista no artigo 57.º-B e acresce por cada dia do evento.....2,94
- 3 - Ao licenciamento previsto no número anterior quando careça de vistoria acresce a taxa prevista no número 1, do artigo 90.º do presente regulamento.

Artigo 73.º

Venda de bilhetes

(Revogado)



Artigo 74.º

Espetáculos desportivos

- 1 - Pelo pedido de exercício da atividade de realização de jogos, desportos públicos ou espetáculos de natureza desportiva ou provas desportivas.....32,91
- 2 - Ao valor definido no número anterior acresce, por dia.....2,94

Artigo 75.º

Atividade de guarda noturno

- Pelo pedido de licenciamento da atividade de guarda noturno.....28,91

Artigo 76.º

Outras atividades

- 1 - Pelo pedido de exercício das seguintes atividades e, independentemente do local onde sejam exercidas, são devidas as seguintes taxas:
- a) (Revogado)
 - b) Fogueiras e queimadas.....35,09
 - c) Acampamentos ocasionais, por equipamento.....35,20
 - d) Fogo-de-artifício.....41,82
- 2 - Pelo exercício das atividades previstas no número anterior, com exceção das alíneas a) e b), do número anterior, por dia.....2,94

Artigo 77.º

Exercício da atividade de exploração de máquinas de diversão

- 1 – (Revogado)
- 2 - São devidas as seguintes taxas pelo:
- a) Registo.....104,04
 - b) Segunda via e documentos.....34,67
 - c) Averbamento por transferência de propriedade.....46,32
 - d) Substituição do título de registo emitido pelo Governo Civil.....40,54



SECÇÃO III
Atividade industrial

Artigo 78.º
Estabelecimentos Industriais

(Revogado)

Artigo 78.º-A
Sistema de indústria responsável

1 - Pelos pedidos efetuados no âmbito Sistema de Indústria Responsável, são devidas as taxas legalmente fixadas e fundamentadas no regime jurídico do Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto.

2 - As taxas referidas no número anterior são automaticamente atualizadas de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com base na variação do índice médio de preços no consumidor no continente, relativo ao ano anterior, excluindo a habitação, e publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

SECÇÃO IV
Mercados

SUBSECÇÃO I
Arrendamento mensal

Artigo 79.º
Arrendamento mensal

Pela utilização dos espaços existentes nos mercados municipais, quer sejam lojas ou bancas, é devido, mensalmente, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor da área ocupada por m² ou fração.....6,00

SUBSECÇÃO II
Lugares de terrado

Artigo 80.º
Feiras

Pela ocupação de lugares de terrado em feiras, é devido, por dia, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:



$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor dos lugares de terrado, por m² ou fração.....0,46

Artigo 81.º

Mercados

Pela ocupação de lugares de terrado, em quaisquer mercados municipais, sem utilização de outros bens municipais, é devido, mensalmente, pelos concessionários, o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = M \times R$$

Em que:

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor da área ocupada, por m² ou fração.....15,00

Artigo 82.º

Terrado para venda de animais

1 - Pela venda a retalho de animal, por m² ou fração e por dia:

a) Animal de grande porte.....4,08

b) Animal de médio e pequeno porte3,34

2 - Entende-se por animal de grande porte, bovinos adultos e adolescentes, equídeos e outros.

3 - Entende-se por animal de médio e pequeno porte, asininos, ovinos e caprinos, crias, aquicultura e outros.

SUBSECÇÃO III

Das atividades em mercados e feiras

Artigo 83.º

Emissão de cartão de concessionários

A emissão e renovação de cartão de concessionários estão sujeitas ao pagamento das seguintes taxas:

a) Emissão.....22,44

b) Renovação e segunda via.....20,64



Artigo 84.º

Outras atividades exercidas em mercados e feiras

O exercício das atividades de vendedor, produtor vendendo diretamente, mandatário, comissário ou agente de vendas, preparador de produtos, em mercados ou feiras, está sujeito ao pagamento das taxas previstas nos números 1 e 2 do artigo 71º, do presente Regulamento.

SUBSECÇÃO IV

Mercados e Feiras – Depósitos, armazenagem e similares

Artigo 85.º

Depósito e armazém privativo – Guarda de volumes ou taras

- 1 - Pelo depósito e armazenagem de volumes ou taras em local privativo para o efeito, por m² ou fração e por dia.....2,87
- 2 - Pela utilização de local privativo para manutenção, preparação e acondicionamento de produtos, são devidas, por m² ou fração e por dia, as seguintes taxas:
- a) Em recinto fechado.....4,50
- b) Em terrado.....4,66
- 3 - Pela manutenção e guarda de volumes ou taras deixadas nos lugares de terrado, desde a hora de fecho do mercado ou feira, até à sua abertura, por m² ou fração e por dia.....4,66

Artigo 86.º

Arrecadações

- 1 - Pela utilização de arrecadações é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

- a) Utilização por dia:

Em que:

P= Por dia de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....0,60

- b) Utilização por mês:

Em que:

P= Por mês de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....15,00



SUBSECÇÃO V

Serviços diversos

Artigo 87.º

Zonas de estacionamento em mercados e feiras

Pelo estacionamento nos mercados ou feiras de veículos de transporte, quando haja parque ou recinto próprio, por dia ou fração e por veículo.....8,31

Artigo 88.º

Utilização de bens municipais

1 - Pela utilização de balanças, por pesagem.....0,55

2 - Pela utilização de tanques de lavagem, por lavagem.....1,36

3 - Pela utilização de câmaras frigoríficas é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$V = P \times M \times R$$

a) Utilização por dia:

Em que:

P= Por dia de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....1,36

b) Utilização por mês:

Em que:

P= Por mês de ocupação

M= Área ocupada por m² ou fração

R= Valor por m² de área ocupada.....30,00

4 - Pela utilização de outros bens municipais, por unidade e por dia.....1,97

SECÇÃO V

Vistorias

Artigo 89.º

Vistorias, selagens e desselagens

1 - Pelas vistorias prévias no âmbito do SIR são devidas as seguintes taxas.....70,00



2 - As vistorias complementares, na sequência de ações de fiscalização, implicam a cobrança de 20% sobre a taxa de licenciamento.

3 - Pela vistoria higieno-sanitária de equipamentos circulantes para a venda de carne, peixe, pão ou outros produtos, por veículo.....30,69

4 - No âmbito do SIR, são devidas as seguintes taxas pelas vistorias de:

- a) Conformidade para verificação do cumprimento de condicionamentos legais100,00
- b) Reexame50,00

5 - Pela selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos é devida a seguinte taxa.....110,00

Artigo 90.º

Vistorias a espetáculos e divertimentos públicos

1 - Pelas vistorias a realizar para efeitos do n.º 3, do artigo 72º, do presente Regulamento.....45,79

2 – Nas situações em que seja necessário o recurso a peritos externos à Autarquia o respetivo custo será suportado pelo requerente.

SECÇÃO VI

Outras licenças e comunicações prévias

Artigo 91.º

Outras licenças de utilização

1 - Pelos alvarás de licenças de utilização para funcionamento de empreendimentos turísticos, de estabelecimentos de restauração e/ou de bebidas ou títulos análogos.....173,54

2 - Pela emissão de licença ou autorização de utilização para estabelecimentos de hipermercados, supermercados, minimercados, mercearias e depósitos de pão, armazéns de produtos alimentares, congelados ou não.....192,06

3 - (Revogado)

4 - Pela emissão de licenças de funcionamento de bares, discotecas com música ao vivo, salões de jogos, salas de baile e análogos.....204,34

5 - O alvará quando concedido por períodos de tempo limitado, está sujeito ao pagamento da mesma taxa que seria aplicada no caso de ser concedido por tempo ilimitado.



6 – A instalação de recintos de espetáculos e divertimentos públicos que implique obras de edificação, construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição, segue previamente o regime jurídico da urbanização e edificação vigente.

7 - Se em estabelecimento já licenciado, nos termos da legislação em vigor, for requerido o exercício de atividade diversa daquela para a qual foi emitido o licenciamento, haverá lugar a emissão de um novo título.

Artigo 92.º

Licenças de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas

Pela concessão de licença de utilização de estabelecimentos para comércio, armazenamento e prestação de serviços que envolvem riscos para a saúde e segurança das pessoas.....192,78

Artigo 92.º-A

Instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem

(Revogado)

Artigo 92.º-B

Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais

(Revogado)

Artigo 92.º-C

Alojamento Local

(Revogado)

Artigo 92.º-D

Agroturismo

1 - Pela classificação de empreendimento de Agroturismo é devida a seguinte taxa.....56,97

2 - Pela revisão da classificação de empreendimento de Agroturismo é devida a seguinte taxa.....56,97

Artigo 92.º-E

Casas de campo

1 - Pela classificação de empreendimento de Casas de Campo é devida a seguinte taxa.....56,97

2 - Pela revisão da classificação de empreendimento Casas de Campo é devida a seguinte taxa.....56,97



Artigo 92.º-F

Estabelecimentos não abrangidos pelo Licenciamento Zero ou Sistema de Indústria Responsável

Pelos pedidos de instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem não abrangidos pelo Licenciamento Zero, bem como os pedidos de instalação ou modificação de estabelecimentos industriais não abrangidos pelo Sistema de Indústria Responsável, é devida a seguinte taxa.....180,10

Artigo 93.º

Averbamento e segunda via de alvará de utilização específica

1 - Pelo averbamento em alvará.....163,13

2 - Pela emissão de segunda via de alvará.....33,61

CAPÍTULO VI

PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE E FISCALIZAÇÃO

SECÇÃO I

Remoção e depósito de bens

Artigo 94.º

Bloqueamento, remoção e depósito de veículos

Pelo bloqueamento, remoção e depósito de veículos, são devidas as taxas legalmente fixadas por Portaria, nos termos do Código da Estrada.

Artigo 95.º

Apreensão, remoção e depósito de bens

1 - Pela remoção de contentores destinados a atividades comerciais ou de apoio as obras.....115,99

2 - Pelo depósito de bens móveis apreendidos e recolhidos, nos termos da regulamentação municipal em vigor, por m³ ou fração e por dia.....0,63



SECÇÃO II

Licença de caçador

Artigo 95.º-A

Carta de caçador

Pela emissão de carta de caçador e demais atos administrativos, são devidas as taxas fixadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

SECÇÃO III

Poluição sonora

Artigo 96º

Licença especial de ruído

- | | |
|--|--------|
| 1 - Pela emissão de licença para o exercício de atividades ruidosas temporárias..... | 147,89 |
| 2 - Ao valor definido no número anterior, acresce, por dia..... | 2,94 |

SECÇÃO IV

Fiscalização económica

Artigo 97.º

Controlo metrológico

As taxas de controlo metrológico são aplicáveis nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

CEMITÉRIOS

Artigo 98.º

Inumações

Pela inumação são devidas as seguintes taxas:

- | | |
|--|-------|
| 1 - Em sepulturas temporárias em covais: | |
| a) Em urna de madeira..... | 63,32 |
| b) Em urna de madeira com zinco..... | 66,12 |
| c) Em urna de madeira em talhão muçulmano..... | 70,82 |
| 2 - Em sepulturas temporárias aeróbias: | |
| a) Em urna de madeira..... | 61,92 |



b) Em urna de madeira com zinco.....63,30

3 - Em gavetões:

a) Em urna de madeira.....88,93

b) Em urna de madeira com zinco.....91,64

Artigo 99.º

Cremação de restos mortais

Pela cremação de cadáveres são devidas as seguintes taxas:

a) Proveniente do Cemitério Municipal de Odivelas.....50,83

b) Oriundo de outro espaço cemiterial.....52,54

Artigo 100.º

Exumação

Pelo ato de exumação são devidas as seguintes taxas:

a) Por exumação.....22,85

b) Exumação com limpeza dos ossos.....33,45

c) Marcação e abertura de sepultura.....12,81

d) Reconstrução de campa por reposição do corpo.....72,07

Artigo 101.º

Depósitos

Pelo depósito de urnas, por dia ou fração, até ao máximo de 30 dias.....11,32

Artigo 102.º

Utilização de capela

Pela utilização da Capela do Cemitério Municipal de Odivelas, pelo período de 24 horas ou fração.....31,60

Artigo 103.º

Trasladação de cadáveres

Pela trasladação de cadáveres, ossadas ou cinzas são devidas as seguintes taxas:

a) Cadáveres.....43,75

b) Ossadas ou cinzas.....35,90

Artigo 104.º

Gavetões e ossários

Pela utilização de gavetões e ossários, são devidas as seguintes taxas:

1 – Gavetões, pelo período de um ano, renovável:

a) 1.º e 2.º piso.....72,38

b) 3.º piso.....65,74



2 - Gavetões pelo período de 25 anos renovável:

a) 1.º e 2.º piso.....	3.659,53
b) 3º. Piso.....	2.945,16

3 - Ossários, pelo período de um ano, renovável:

a) Uma ossada.....	28,48
b) Duas ossadas.....	33,74

4 - Ossários pelo período de 25 anos renovável:

a) Uma ossada.....	677,73
b) Duas ossadas.....	735,16

Artigo 105.º

Utilizações e serviços diversos

Pela utilização ou colocação de ornamentos e sinais de cariz religioso, ou não, são devidas as seguintes taxas:

1 - Utilização de sinais e outros objetos:

a) Jarrões grandes.....	25,02
b) Jarrões pequenos.....	19,82
c) Floreiras.....	8,59
d) Vasos.....	5,93
e) Cruzes com Cristo.....	8,95
f) Cruzes sem Cristo.....	3,99

2 - Sepulturas aeróbias

a) Porta fotos.....	16,23
b) Jarra.....	33,18
c) Cruz.....	7,94
d) Placa com dedicatória.....	7,70

3 - Transferência de pedras entre campas, dentro do Cemitério Municipal.....130,61

4 - Abaulamentos, pelo período de um ano.....59,19

5 - Colocação de esferovite em campas.....23,06

6 - Alteração de responsabilidade sobre sepultura, sepultura aeróbia, ossário e gavetão5,17



Artigo 106.º

Autorização para a utilização ou colocação de ornamentos ou outros

1 - Fica sujeito à prévia autorização, a utilização ou colocação de ornamentos ou sinais previstos nos números 1 e 2, do artigo anterior, em campas, sepulturas, covais, aeróbias, gavetões e ossários, bem como as fechaduras em caixões de madeira, de madeira com zinco, gavetões e ossários e a colocação de portas com epitáfio (pedra), em gavetões ou ossários.

2 - Para efeitos do número anterior, é devida uma taxa no valor de.....19,15

Artigo 107.º

Cartões de identificação

Pela emissão ou renovação de cartão de identificação, são devidas as seguintes taxas:

- a) Identificação de construtor e funcionários.....12,02
- b) Para circulação de veículos de entidades e particulares.....4,46

CAPÍTULO VIII

OUTRAS DISPOSIÇÕES PREVISTAS EM REGULAMENTOS OU PROGRAMAS MUNICIPAIS

SECÇÃO I

Pavilhões, parques desportivos e similares

Artigo 108.º

Taxas de Utilização

1 - São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores pela utilização dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

TREINO	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 10,00	€ 15,00
Municípios do concelho	€ 25,00	€ 30,00
Outras pessoas coletivas do Concelho	€ 30,00	€ 35,00
Municípios de outro concelho	€ 40,00	€ 45,00
Pessoas coletivas de outro Concelho	€ 55,00	€ 60,00



COMPETIÇÃO	2.ª a 6.ª feira	Sáb. Dom. e Feriados
Pessoas coletivas desportivas do concelho	€ 15,00	€ 20,00
Municípios do concelho	€ 30,00	€ 35,00
Outras pessoas coletivas do concelho	€ 35,00	€ 40,00
Municípios de outro concelho	€ 45,00	€ 50,00
Pessoas coletivas de outro concelho	€ 60,00	€ 65,00

2 - São devidos, por hora ou fração, os seguintes valores, por pessoa, pela utilização do ginásio dos recintos desportivos municipais ou sob gestão municipal:

Municípios do concelho	€ 3,50
Municípios de outro concelho	€ 7,00

3 - Quando da utilização dos pavilhões, parques desportivos ou equiparados, resultarem benefícios económicos e financeiros de ações de cobrança de bilhetes, vendas de serviços e publicidade, entre outros, o Município tem direito a 20% da receita bruta sobre os mesmos.

4 - A utilização das instalações com transmissão televisiva ou filmagens com carácter comercial, depende de prévia autorização do Município, tendo este direito a 20% da receita bruta dos direitos de transmissão.

SECÇÃO II

Candidaturas aos Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego – Registos de Cidadãos da União Europeia

Artigo 109.º

Criação do Próprio Emprego

Pela elaboração de dossiers de candidatura à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego, no âmbito de candidaturas ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e linhas de crédito.....360,51

Artigo 110.º

Elaboração de dossiers de candidatura a Apoios ao Empreendedorismo

Pela elaboração de dossiers de candidatura a apoios ao empreendedorismo na elaboração de plano de negócio para *Start Up*.....443,00



Artigo 111.º

Registo de Cidadãos da União Europeia

Pelo certificado de registo, emissão de documentos e cartão de residência, bem como, pelos demais atos administrativos, são devidas as taxas fixadas pelas Portarias definidas no quadro da Lei que Regula o Exercício do Direito de Livre Circulação e Residência dos Cidadãos da União Europeia.

SECÇÃO III

Comissão Arbitral Municipal no âmbito do Regime do arrendamento urbano

Artigo 112.º

Taxas devidas à Comissão Arbitral Municipal no âmbito do regime do arrendamento urbano

(Revogado)

CAPÍTULO IX

UTILIZAÇÃO DE BENS IMÓVEIS MUNICIPAIS

Artigo 113.º

Ocupação de imóveis de domínio privado municipal não destinados a habitação

Pela ocupação de imóveis do domínio privado do Município, não destinados a habitação, é aplicável o regime da hasta pública previsto nos artigos 17º e 18º, do presente Regulamento.

Artigo 114.º

Cedência de instalações – Sem equipamento audiovisual

1 – Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

- | | |
|--|-------|
| a) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede no Concelho..... | 2,27 |
| b) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede em outro Concelho..... | 9,09 |
| c) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas do Concelho..... | 2,27 |
| d) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas de outro Concelho..... | 9,09 |
| e) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes do Concelho..... | 13,64 |
| f) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes de outro Concelho..... | 18,18 |

2 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao dobro, caso ocorra fora do normal horário de funcionamento ou atendimento, aos sábados e dias úteis.

3 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao triplo, caso ocorra aos domingos e feriados.



Artigo 115.º

Cedência de instalações – Com equipamento audiovisual

1 – Por cada hora de utilização são devidas as seguintes taxas:

- a) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede no Concelho.....5,94
- b) Pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, nomeadamente, associações políticas e sindicais com sede em outro Concelho.....23,77
- c) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas do Concelho.....5,94
- d) Pessoas coletivas de direito público, nomeadamente, escolas de outro Concelho.....23,77
- e) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes do Concelho.....35,67
- f) Pessoas coletivas de direito privado com fins lucrativos ou outros agentes económicos e munícipes de outro Concelho.....47,55

2 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao dobro, caso ocorra fora do normal horário de funcionamento ou atendimento, aos sábados e dias úteis.

3 – As taxas previstas no n.º 1 são elevadas, ao triplo, caso ocorra aos domingos e feriados.

Artigo 115.º-A

Centro de Exposições de Odivelas

São devidas as seguintes taxas, pela utilização de:

- a) Auditório:
 - a.1 Diário.....70,00
 - a.2 Turnos, máximo de quatro horas.....23,00
- b) Atelier:
 - a.1 Diário16,00
 - a.2 Turnos, máximo três horas e meia.....6,00
- c) Utilização mensal da sala de ensaio.....90,00

Artigo 115.º-B

Cedência de auditórios

Pela utilização do auditório da Biblioteca Municipal Dom Dinis e do auditório do Edifício Maria Lamas, são devidas as seguintes taxas:

- a) Diário50,00
- b) Turnos, máximo de quatro horas.....24,00



Artigo 116.º

Utilização da Quinta das Águas Férreas

Pela utilização da Quinta das Águas Férreas, são devidas as seguintes taxas:

1 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

a) Pousada.....	6,00
b) Palácio.....	7,50

2 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, do Concelho de Odivelas:

a) Pousada.....	12,00
b) Palácio.....	15,00

3 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, de outro Concelho:

a) Pousada.....	16,00
b) Palácio.....	32,00

4 - Pessoas coletivas de direito público ou privado, com fins lucrativos, de outro Concelho:

a) Pousada.....	20,00
b) Palácio.....	40,00

5 - Pessoas singulares residentes no Concelho:

a) Pousada.....	12,50
b) Palácio.....	25,00

6 - Pessoas singulares residentes fora do Concelho:

c) Pousada.....	17,50
d) Palácio.....	35,00

7 - As taxas previstas no presente artigo, são liquidadas de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$V = T \times P \times D$$

Em que:

V= Valor a liquidar

T= Taxa



P= Número de utentes

D= Número de dias

Artigo 116.º-A

Utilização ocasional do Parque de Estacionamento subterrâneo – Rua Prof. Dr. Egas Moniz

Pela utilização ocasional do parque de estacionamento, são devidas as seguintes taxas:

1 – Utilização ocasional:

- a) 1ª fração de 15 minutos0,30
- b) 2ª fração de 15 minutos.....0,20
- c) 3ª fração de 15 minutos.....0,20
- d) 4ª fração e seguintes de 15 minutos.....0,10

2 – Taxa máxima diária5,00

3 – O extravio do bilhete está sujeito ao pagamento da taxa prevista no número anterior.

Artigo 116.º-B

Contratos de avença do Parque de Estacionamento subterrâneo – Rua Prof. Dr. Egas Moniz

1 – Emissão de cartão de acesso:

- a) Emissão.....7,50
- b) Segunda via.....15,00

2 – Avenças mensais de utentes sem reserva de lugar:

2.1 – Veículos automóveis:

- a) Total – 24 Horas.....70,00
- b) Noturna.....40,00
- c) Diurna40,00

2.2 – Motociclos:

- a) Total – 24 Horas.....30,00
- b) Nocturna.....20,00
- c) Diurna20,00

2.3 – Bicicletas - Avença mensal total – 24 Horas:

- a) Uma bicicleta.....15,00
- b) Duas bicicletas.....25,00



3 – Avenças trimestrais de utentes sem reserva de lugar:

3.1 – Veículos automóveis:

a) Total – 24 Horas.....	190,00
b) Noturna.....	100,00
c) Diurna	100,00

3.2 – Motociclos:

a) Total – 24 Horas.....	80,00
b) Noturna.....	50,00
c) Diurna	50,00

4 – Avenças semestrais de utentes em regime Total – 24 Horas, sem reserva de lugar:

4.1 – Veículos automóveis	370,00
4.2 – Motociclos	150,00

5 – Avenças anuais de utentes em regime Total – 24 Horas, sem reserva de lugar:

5.1 – Veículos automóveis	650,00
5.2 – Motociclos	250,00



LIVRO III

PREÇOS



CAPÍTULO I

IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

Artigo 117.º

Regra Geral

1 - Aos valores previstos no presente Livro, acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2 - Excetuam-se do número anterior, por não estarem sujeitos àquele imposto, os valores previstos no número 6 do artigo 118.º, artigo 121.º, artigo 122.º, artigo 125.º, número 1 a 4 do artigo 140.º C, artigo 140.º D, artigo 140.º E, artigo 140.º F, artigo 140.º G, artigo 140.º H, artigo 140.º I, artigo 140.º J, artigo 140.º K, artigo 140.º O, artigo 140.º P, artigo 140.º Q, artigo 140.º AA, artigo 140.º AB, artigo 140.º AC, artigo 140.º AD, número 1 do artigo 140.º AE, artigo 140.º AG do presente regulamento.

3 - (Revogado)

4 – Excetuam-se do número um do presente artigo, por incluírem o IVA à taxa legal, os valores previstos no número 5 e 6 do artigo 140.º C, artigo 140.º L, artigo 140.º M, artigo 140.º N, artigo 140.º R, artigo 140.º S, artigo 140.º T, artigo 140.º V, artigo 140.º W, artigo 140.º X, número 2 do artigo 140.º AE, artigo 140.º AF, do presente regulamento.

CAPÍTULO II

PRESTAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Secção I

Atos de administração

Artigo 118.º

Atos de administração geral

Pela prática dos atos de administração geral previstos no presente artigo são devidos os seguintes valores:

1 - Afixação de editais relativo a pretensões que não seja de interesse público.....	8,90
2 - Certidões diversas.....	12,50
3 - Fotocópias simples, por unidade.....	0,10
4 - Autenticação de documentos, por documento.....	1,50
5 - Fotocópias de peças desenhadas e de documentos de processos:	
a) Não excedendo oito páginas.....	15,00
b) Por cada página a mais, para além das oito páginas.....	0,56
6 - Termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a esta formalidade, por livro.....	4,73
7 - Termos de entrega de documentos juntos a processos cuja restituição haja sido autorizada.....	4,73
8 - Pela celebração de contrato de empreitada de obras públicas.....	32,02



9 - Pela celebração de contrato de aquisição de bens e serviços.....	16,03
10 - Apreciação de pedidos de distração de hipoteca legal, por lote.....	75,00
11 - Fornecimento, mediante requerimento, de registos sonoros das reuniões dos órgãos autárquicos, por cada período de uma hora ou fração.....	36,28
12 - Pelo serviço de envio postal de documentação requerida.....	5,00
13 - Conversão de documentos em papel para suporte digital para fornecimento, por Mb de informação:	
a) Até 1 MB.....	3,70
b) De 1 MB a 3 Mb.....	7,31
c) De 3 Mb a 5 Mb.....	11,07
d) Superior a 5 Mb.....	18,32
14 - Fornecimento de suportes magnéticos de informação para gravação:	
a) Por CD Rom RW com capacidade de pelo Menos 650Mb, norma ISSO 9660	7,16
b) Por CD Rom R com capacidade de pelo Menos 650Mb, norma ISSO 9660	0,85
15 – Pelos pedidos com carácter de urgência de certidões ou reproduções autenticadas, nos formatos A4 e A3, são devidos os valores previstos, elevados para o dobro e serão facultados no prazo de dois dias a contar da data de entrada do pedido.	

Artigo 118º-A

Execuções Fiscais

- 1 - O reembolso com despesas de papel, fotocópias e outro expediente, bem como outros encargos, é calculado à razão de metade de 1 UC nas primeiras 50 folhas ou fração do processado e de um décimo de 1 UC por cada conjunto subsequente de 25 folhas ou fração do processado.
- 2 - No processo de execução fiscal, o reembolso a que se refere o número anterior não pode exceder o montante das despesas efetivamente realizadas.
- 3 - Pelo serviço de envio de documentação no âmbito de processo de execução fiscal, são devidos os seguintes valores:

a) Por cada folha impressa.....	0,68
b) Expedição em correio simples.....	0,42
c) Expedição em correio registado simples.....	1,70
d) Expedição em correio registado com AR.....	2,00
e) Registo pessoal.....	3,60

Artigo 119.º

Serviços diversos relativos a edificações

Pela emissão de:

- | | |
|--|-------|
| a) Certidão de construção anterior a 1951..... | 17,00 |
| b) Certidão de destaque..... | 29,66 |
| c) Certificação de utilização compatível com o título de utilização emitido..... | 29,66 |



Artigo 120.º

Fornecimento de peças processuais no âmbito da contratação pública

1 – Pelo fornecimento de peças processuais, **não desmaterializado**, no âmbito da contratação de aquisição de bens e serviços.....72,38

2 – Pelo fornecimento de peças processuais, **não desmaterializado**, no âmbito da contratação de empreitadas de obras públicas:

a) Anúncio de concurso / Folha rosto.....	5,18
b) Programa de concurso, mapa “programa de trabalho”, mapa “descrição de atividades”.....	10,88
c) Caderno de encargos (clausulas gerais).....	26,96
d) Manual de estaleiro.....	9,85
e) Plano de segurança e saúde / Placa de obra.....	51,85
f) Elementos escritos e desenhados do projeto de execução:	
f.1 - Preto e branco, por folha:	
A0	2,33
A1	1,50
A2	0,93
A3	0,82
A4	0,46
mts.....	2,07
f.2 - Cores, por folha	
A0	21,51
A1	10,78
A2.....	5,49
A3	2,79
A4.....	1,45
mts.....	18,35

3 - Sempre que um procedimento adjudicatório de aquisição de bens e serviços implique o fornecimento de alguns dos elementos previstos no número anterior, haverá lugar ao pagamento dos valores aí previstos.

SECÇÃO II

Reprodução de documentos

Artigo 121.º

Reprodução de documentos relativos a edificações

Pelo fornecimento de documentos reproduzidos, são devidos os seguintes valores:



1 - Cópias de plantas a preto e branco

a) A2.....	15,99
b) A1.....	16,31
c) A0.....	16,83
d) Outros formatos por metro linear.....	16,96

2 - Cópias de plantas a cores:

a) A4.....	15,66
b) A3.....	16,08
c) A2.....	18,36
d) A1.....	18,60
e) A0.....	18,60

3 - Cópias de planta a cores, por metro linear:

a) Líneas.....	23,03
b) Até 50% de mancha.....	25,62
c) Mais de 50% de mancha.....	30,80
d) Área preenchida.....	41,17

4 - Fornecimento de cartografia para instrução de processos para a realização de operações urbanísticas, incluindo plantas de localização 1/1000, PDM, RAN, REN, servidões.....

15,02

5 – À autenticação das cópias das plantas previstas no presente artigo acrescem os valores constantes no nº 4 do artigo 118º.

6 – (Revogado)

Artigo 122.º

Fornecimento de informação geográfica

1 - Pelo fornecimento de Informação geográfica, incluindo o suporte, são devidos, por unidade, os seguintes valores:

1.1 Plantas de localização em formato A4:

a) Cartografia topográfica.....	4,14
b) PDM - Planta de ordenamento à escala 1/10.000.....	4,14
c) PDM - Planta de condicionantes à escala 1/10.000.....	4,14
d) Planta para fins de IMI (planimetria simplificada).....	4,14
e) Planta para os SMAS (planimetria simplificada).....	4,14



1. 2 Planta de localização sobre planimetria em formato A4.....	4,66
1.3 Outras plantas - Custo por formato incluindo a base cartográfica:	
a) A4.....	15,55
b) A3.....	20,74
c) A2.....	41,48
d) A1.....	62,22
e) A0.....	82,96
1.4 Ao custo por formato acresce, por cada tema de informação adicionado.....	2,07
2 - Informação geográfica em formato digital, à escala 1:10.000:	
2.1 Por hectare, até 300ha:	
a) Cartografia vetorial com planimetria.....	1,03
b) Cartografia vetorial com planimetria e altimetria.....	1,34
c) Ortofotomapas.....	0,82
2.2 Para áreas superiores a 300ha:	
a) Cartografia vetorial com planimetria.....	500,00
b) Cartografia vetorial com planimetria e altimetria.....	600,00
c) Ortofotomapas.....	400,00
3 - Por cada registo de tema georreferenciados em SIG.....	2,07
4 - O fornecimento de informação geográfica fica sujeito a termo de compromisso de exclusiva aplicação para os efeitos declarados.	

SECÇÃO III

Outras apreciações

Artigo 123.º

Emissão de pareceres

A emissão de parecer para efeitos de constituição de fundações com sede no território do Município de Odivelas ou sobre o pedido de reconhecimento de utilidade pública administrativa de pessoas coletivas constituídas e com sede no Município, bem como a emissão de outros pareceres, requeridos ao abrigo de legislação específica, estão sujeitos ao pagamento do seguinte valor.....276,20



Artigo 124.º

Pedidos de carácter genérico

(Revogado)

SECÇÃO IV

Formação profissional

Artigo 125.º

Formação profissional

Pela frequência, por ação e por formando ou participante, não trabalhador do Município de Odivelas:

1 - Curso de formação de Nível I a III.....	66,66
2 - Curso de formação de Nível IV a V.....	95,65
3 - Seminário ou <i>workshop</i>	4,73

SECÇÃO V

Inspeções de equipamentos e sinalização

Artigo 126.º

Inspeções de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares

1 - Pela inspeção das condições técnicas de funcionamento de ascensores, monta-cargas e outros equipamentos similares, são devidos os seguintes valores:

- a) **Inspeções periódicas, reinspeções requeridas fora do prazo legal, a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada.....**95,06
- b) **Reinspeções a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade reinspecionada, quando requeridas dentro do prazo legal.....**73,45
- c) **Inspeções extraordinárias a ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade inspecionada.....**95,06

2 – Pela realização de inquéritos, peritagens, relatórios e pareceres no âmbito da legislação e inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção de instalações.....95,06

3 – Pela selagem de instalações de ascensores, monta-cargas, escadas rolantes e tapetes rolantes, por unidade95,06

Artigo 127.º

Sinalização vertical para espaços de estacionamento

Pelo fornecimento e colocação de sinais, são devidos os seguintes valores:

- a) Sinais triangulares.....24,46
- b) Sinais circulares, octogonais, quadrangulares e retangulares.....32,40
- c) Fornecimento e colocação de prumos galvanizados e tamponados.....30,91
- d) Fornecimento e colocação de painéis adicionais, por m² ou fração.....12,44



SECÇÃO VI

Serviço de divulgação de património

Artigo 127.º-A

Visitas guiadas

1 – Por visitante em visita guiada ao Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo (Mosteiro de Odivelas), é devido o seguinte valor por hora.....1,50

2 – Pela inscrição e participação, em “Roteiros Temáticos de Odivelas”, são devidos os valores de:

- a) Grupos até 25 participantes.....150,00
- b) Grupos de 26 a 50 participantes.....250,00

SECÇÃO VII

Prestação onerosa de transporte no âmbito do PAMO

Artigo 127.º-B

Prestação onerosa de transporte

1 – Pela prestação onerosa de serviço de transporte com motorista, é devido o valor resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$T = (V \times H) + (C \times K)$$

Em que,

V= Pela utilização da viatura de:

- a) Autocarro 17 lugares 9,25
- b) Autocarro 51 lugares 11,32
- c) Carrinha caixa aberta..... 10,28

H= Total de horas de utilização

C= Valor do custo por Km a percorrer em viatura de:

- a) Autocarro 17 lugares0,10
- b) Autocarro 51 lugares0,26
- c) Carrinha caixa aberta.....0,29

K= Total de Km

2 – Ao valor resultante da aplicação da fórmula prevista no número anterior, será acrescido os valores das portagens, e outros encargos ocorridos com o motorista.

CAPÍTULO III

LABORATORIO DE ACÚSTICA – SERVIÇOS TÉCNICOS

Artigo 128.º

Avaliação de critério de incomodidade

A avaliação de critério de incomodidade gerado por atividades permanentes, fica sujeita ao pagamento dos seguintes valores:



- a) Medição acústica com análise do ruído ambiente e do ruído residual.....239,54
- b) Por local extra de medição.....98,51
- c) Distancia percorrida, ida e volta, desde o LACMO até ao local de medição, por Km.....1,21

CAPÍTULO IV

BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS RESPETIVOS

Artigo 129.º

Fornecimento de bens diversos

1 - Pelo fornecimento, e por unidade, são devidos os seguintes valores:

- a) Segunda via de “Cartão de Leitor”0,82
- b) Cartão de fotocópias sem carregamento.....0,54
- c) Carregamento de cartão com 25 fotocópias.....1,71
- d) Carregamento de cartão com 50 fotocópias2,77
- e) Carregamento de cartão com 100 fotocópias5,48

2 - A utilização do serviço de fotocópias a cores implica, por cada cópia, o abatimento de três unidades ao cartão.

3 - Pela utilização do serviço de impressão é devido, por unidade, os seguintes valores:

- a) Impressão a preto e branco0,06
- b) Impressão a cores0,10

Artigo 130.º

Publicações Municipais

São devidos, por unidade, os seguintes valores:

- a) Odivelas: O Monumento ao Senhor Roubado (Coleção Patrimónios)7,06
- b) Odivelas em Banda Desenhada (Coleção Patrimónios)5,65
- c) Odivelas: Um Mosteiro Cisterciense (Coleção Patrimónios)7,06
- d) Diálogo de Gerações (Coleção Patrimónios)7,06
- e) António Lino (1914-1996): Catálogo de exposição9,41



CAPÍTULO V
CONSULTÓRIO VETERINÁRIO MUNICIPAL E
MÉDICO-VETERINÁRIO MUNICIPAL

SECÇÃO I
Serviços de consulta e outros serviços e atos técnicos

Artigo 131.º

Consulta a animais de companhia

Pela consulta de animais de companhia são devidos os seguintes valores:

a) Consulta base (20 minutos).....	17,41
b) Consulta sumária ou segundo animal.....	8,74
c) Tratamento sem exame clínico.....	8,74

Artigo 132.º

Outros atos técnicos para além de consultas

Pelos atos técnicos, para além da consulta, são devidos os seguintes valores:

a) Colheita de sangue e envio ao laboratório.....	6,94
b) Colheita de urina + análise com fita.....	6,08
c) Colheita de urina + análise com fita + exame sedimento.....	11,33
d) Observação microscópica de esfregaço ou raspagem.....	6,94
e) Observação de matérias fecais coprol. Parasitária.....	6,94
f) Rastreio leucose / leishma. / dirofilária.....	15,70
g) Administração de soros.....	6,08
h) E.C.G.....	26,45

Artigo 133.º

Outros serviços

1 - Pela prestação de serviços sem consulta, são devidos os seguintes valores:

a) Identificação com transponder e registo da informação.....	43,54
b) Eutanásia (incluindo produto).....	26,16
c) Necrópsia com ou sem colheita de material.....	38,96

2 - Pela prestação do serviço de vacinação de canídeos, felinos e leporídeos, é devido o montante que resulta do somatório da consulta base e dos valores legalmente estabelecidos para a vacina ministrada. Se aplicável, acresce a este valor o custo do boletim de vacinas.



3 - Pela prestação de serviço de vacinação em segundo animal ou reforço do programa inicial ou anual de vacinação de canídeos, felinos e leporídeos, é devido o montante que resulta do somatório do valor da consulta sumária ou segundo animal e do valor da vacina ministrada.

4 - Pela administração de progestativo é devido o montante que resulta do somatório do valor da consulta base e do seguinte valor.....8,74

5 - Pré-anestesia, tranquilização e anestesia local ou regional.....8,74

6 - Pela indução barbitúrica e anestesia simples.....17,41

7 - Pela prestação de serviço de cirurgia geral

a) Por hora.....87,04

b) Por fração de 15 minutos.....26,15

SECÇÃO II

Atos cirúrgicos com anestesia não gasosa incluída

Artigo 134.º

Aparelho genital

Atos cirúrgicos (anestesia não gasosa compreendida)

a) Castração de gato.....52,23

b) Castração de cão.....69,64

c) Ovário-histerectomia até 10 Kg.....139,28

d) Ovário-histerectomia de 10 a 25 Kg.....156,69

e) Ovário-histerectomia mais de 25 Kg.....191,50

f) Cesariana na cadela.....203,68

g) Criptorquidia no cão.....156,69

h) Ovariectomia na gata.....87,04

i) Ovário-histerectomia da gata.....121,76

j) Cesariana na gata.....130,61

Artigo 135.º

Aparelho digestivo

Pelo tratamento de:

a) Limpeza tártaro-cão (com anestesia).....60,96

b) Limpeza tártaro-gato (com anestesia).....43,55

c) Extração dentária – cão.....95,77

d) Extração dentária – gato.....60,96

e) Gastrotomia.....174,09

f) Enterotomia.....174,09

g) Laparotomia.....121,85

h) Ablação das glândulas anais.....139,28



Artigo 136.º

Aparelho Urinário

Cateterização urinária do gato com anestesia.....	38,30
---	-------

SECÇÃO III

Ortopedia

Artigo 137.º

Ortopedia

Colocação de gesso de membros, incluindo imobilização.....	78,37
--	-------

SECÇÃO IV

Oftalmologia

Artigo 138.º

Oftalmologia

São devidos os seguintes valores pela prática de:

a) Enucleação do globo ocular.....	139,28
b) Entropio – Ectropio.....	104,45
c) Ablação da 3.ª pálpebra.....	78,37
d) (Revogado)	
e) (Revogado)	

SECÇÃO V

Outros atos cirúrgicos

Artigo 139.º

Outros atos cirúrgicos

São devidos os seguintes valores pela prática de:

a) Redução de hérnia umbilical.....	78,37
b) Redução de hérnia inguinal.....	156,69
c) Redução de hérnia perineal.....	217,74
d) Redução de hérnia diafragmática.....	179,89
e) Tumores mamários e cutâneos.....	69,64
f) Extração cadeia mamária (1 lado).....	217,74
g) Limpeza do canal auditivo com tranquilização.....	26,15
h) Drenagem de hematoma auricular.....	43,55



SECÇÃO VI

Remoção, recolha e eliminação de animais mortos ou abandonados

Artigo 140.º

Animais – Remoção, eliminação, alojamento, transporte, e restituição

1 - Remoção de cadáveres de animais:

- a) Por cadáver.....2,03
- b) Por cada cadáver adicional.....0,50

2- Eliminação de cadáveres de animais, por kg.....1,22

3 - Taxa de alojamento, por dia ou fração.....11,22

4 - Transporte de animais de companhia, por cada.....8,13

5 – Por restituição de animais de companhia adotados, sem justificativo de índole médica ou legal..... 40,65

CAPÍTULO VI

Start In Odivelas - Incubadora de empresas

Artigo 140.º- A

Incubadora física

Pela utilização exclusiva das salas da *Start In Odivelas* - Incubadora de empresas”, nos termos previstos no número 1, do artigo 12.º, do Regulamento da *Start In Odivelas - Incubadora de Empresas*, com exceção do valor do consumo com a eletricidade, é devido, por mês e m².....7,50

Artigo 140.º- B

Incubadora virtual

1 - Pela adesão ao acesso dos serviços prestados, no âmbito da *incubadora virtual*, é devido, no ato de celebração do contrato.....20,00

2 – Pelos serviços prestados, no âmbito da *incubadora virtual*, nos termos do número 2, do artigo 12.º, do regulamento da *Start In Odivelas - Incubadora de Empresas*, é devido, trimestralmente.....45,00

3 – Pelo uso de salas para reunião ou formação, são devidos os seguintes valores:

a) Sala de Reuniões:

- a.1 Por hora, nas cinco primeiras horas.....6,00
- a.2 Mais de cinco horas.....30,00



b) Sala de Formação:

b.1 Por hora, nas quatro primeiras horas.....	10,00
b.2 Mais de quatro horas.....	40,00

CAPÍTULO VII
UTILIZAÇÃO DA PISCINA MUNICIPAL

SECÇÃO I
Utilização e aulas

Artigo 140.º- C
Inscrição e outros serviços

1 – Inscrição	20,00
2 – Renovação de inscrição.....	10,00
3 – Segunda via do cartão.....	5,00
4 – Avaliação terapêutica.....	10,00
5 – São devidos os seguintes valores pela aquisição de:	
a) Chinelos descartáveis.....	1,00
b) Havaianas (vários modelos)	9,00 a 18,90
c) Sapatos <i>Aquafitness</i>	9,90
d) Fralda aquática.....	8,90
e) Calção Homem:	
e.1 Boxer com logótipo	15,00
e.2 Com perna com logótipo competição.....	20,00
f) Fato de banho Mulher:	
f.1 Fato de banho com logótipo	21,50
f.2 Fato de banho com perna com logótipo competição.....	25,00
g) Fato de banho Mulher:	
g.1 Menina.....	14,90
g.2 Senhora.....	18,90
g.3 Municipalia.....	21,50
g.4 Municipalia competição.....	25,00



h) Óculos:	
h.1 <i>B-fish</i>	6,50
h.2 <i>Super seal</i>	3,00
h.3 <i>Wind waterfly</i>	1,00
h.4 <i>Swin goggle</i>	6,00
i) Pinças nariz.....	2,50
j) <i>Sweat</i> com capuz Municipalia.....	23,00
k) Tampões silicone <i>putty</i>	2,50
l) Toucas:	
l.1 Silicone	3,00
l.2 Licra	4,50
l.3 Bandanas	4,50

Artigo 140.º- D

Utilização livre

Pela utilização da Piscina Municipal em regime de utilização livre, são devidos os seguintes valores:

a) Com inscrição sessão de 45 minutos.....	2,50
b) Com inscrição carregamento mínimo obrigatório de cartão de utilizador.....	25,00
c) Natação pontual, sessão de 45 minutos.....	4,00
d) <i>Family moments</i> , sessão de 45 minutos.	4,00

Artigo 140.º- E

Natação e Hidroginástica

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de natação e hidroginástica são devidos os seguintes valores, em função do escalão etário:

1 – Utilizadores da Classe Bebés - dos 6 meses aos 3 anos, pagamento mensal:

1 x Semana	30,00
2 x Semana.....	40,00

2 – Utilizadores dos 4 aos 13 anos, pagamento mensal:



1 x Semana	20,00
2 x Semana.....	30,00
3 x Semana.....	37,50
4 x Semana.....	45,00
5 x Semana.....	50,00

3 – Utilizadores com idade igual ou superior a 14 anos, pagamento mensal:

1 x Semana	25,00
2 x Semana.....	35,00
3 x Semana.....	42,50
4 x Semana.....	50,00
5 x Semana.....	55,00

4 – Natação personalizada, uma vez por semana com a duração máxima de 45 minutos, pagamento mensal.....50,00

5 – Sessão pontual de 45 minutos10,00

Artigo 140.º- F

Competição natação

Pela utilização da Piscina Municipal, por nadador, com idade igual ou superior a 7 anos, são devidos mensalmente40,00

Artigo 140.º- G

Natação sincronizada

Pela utilização da Piscina Municipal, por nadador, com idade superior a 6 anos, pagamento mensal:

a) 2 x Semana	35,00
b) Competição.....	40,00



Artigo 140.º- H

Hidrobike

Pela utilização da Piscina Municipal, por utilizador, com idade igual ou superior a 14 anos e até 64 anos, pagamento mensal:

a) 1 x Semana	25,00
b) 2 x Semana.....	35,00
c) 3 x Semana.....	42,50
d) 4 x Semana.....	50,00
e) 5 x Semana.....	55,00
f) Sessão pontual de 45 minutos	10,00

SECÇÃO II

Hidrocinésioterapia e Outras terapias

Artigo 140.º- I

Hidrocinésioterapia em grupo

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de hidrocinésioterapia em grupo, por utilizador, é devido o pagamento mensal:

a) 1 x Semana	30,00
b) 2 x Semana.....	45,00
c) 3 x Semana.....	60,00
d) 4 x Semana.....	75,00
e) 5 x Semana.....	90,00

Artigo 140.º- J

Hidrocinésioterapia individual

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de:

1 - Hidrocinésioterapia personalizada, pontual, com duração máxima de trinta minutos:



- a) Terapia aquática personalizada, por sessão.....15,00
- b) Reabilitação psicomotora aquática, por sessão.....15,00
- 2 - Hidrocinésioterapia personalizada, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal:
 - a) Terapia aquática personalizada.....50,00
 - b) Reabilitação psicomotora aquática.....50,00

Artigo 140.º- K

Sessões terapêuticas individuais em gabinete

Pela utilização da Piscina Municipal para a prática de:

- 1 - Terapia ocupacional, pontual, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00
- 2 - Terapia ocupacional, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....40,00
- 3 – Cinesioterapia respiratória, pontual, com a duração máxima de trinta minutos15,00
- 4 - Cinesioterapia respiratória, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal40,00
- 5 - Massagem terapêutica, pontual, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00
- 6 - Massagem terapêutica, uma vez por semana, com a duração máxima de 30 minutos.....40,00
- 7 – Terapia personalizada em solo, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal40,00
- 8 - Terapia personalizada em solo, pontual, com a duração máxima de trinta minutos15,00
- 9 – Reabilitação psicomotora em solo, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal40,00
- 10 - Reabilitação psicomotora em solo, pontual, com a duração máxima de trinta minutos15,00



SECÇÃO III

Sessões de Bem-estar

Artigo 140.º- L

Massagens

Pela frequência de sessões de massagens de relaxamento são devidos os seguintes valores:

- a) Sessões pontuais, com a duração máxima de 30 minutos15,00
- b) Sessões de uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....50,00

Artigo 140.º- M

AQUATRELAX

(Revogado)

Artigo 140.º- N

SHIATSU

(Revogado)

SECÇÃO IV

Cursos

Artigo 140.º- O

Cursos de pré e pós-parto

Pela frequência de curso de pré ou pós parto, são devidos os seguintes valores:

- a) Sessões aquáticas de pré ou pós parto pagamento mensal:
 - 1x semana30,00
 - 2x semana45,00
- b) Curso teórico preparação para o parto, inclui quatro sessões de gabinete, com oferta de uma sessão de pós-parto aquático.....60,00
- c) Curso teórico de recuperação pós parto, inclui quatro sessões de gabinete, com oferta de uma massagem de relaxamento.....60,00



SECÇÃO V
Inscrições de grupos

Artigo 140.º- P

Instituições particulares de solidariedade social - IPSS

Pela utilização da Piscina Municipal por IPSS, são devidos os seguintes valores:

1 – Até quinze utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	16,00
2 x Semana.....	23,00

2 – De dezasseis a vinte e quatro utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	15,00
2 x Semana.....	22,00

3 – De vinte e cinco a quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	14,00
2 x Semana.....	21,00

4 – Mais de quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	13,00
2 x Semana.....	19,00

Artigo 140.º- Q

Colégios e Instituições

Pela utilização da Piscina Municipal por colégios e instituições, são devidos os seguintes valores:

1 – Até quinze utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	16,50
2 x Semana.....	24,50

2 – De dezasseis a vinte e quatro utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana	15,50
------------------	-------



2 x Semana.....23,00

3 – De vinte e cinco a quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana14,50

2 x Semana.....21,50

4 – Mais de quarenta utilizadores, pagamento mensal:

1 x Semana13,50

2 x Semana.....20,00

SECÇÃO VI

Atividades pontuais em grupo e aluguer de espaço

Artigo 140.º- R

Atividades pontuais em grupo

Pela utilização pontual da Piscina Municipal, em grupo, são devidos os seguintes valores:

a) Até dez utilizadores50,00

b) De onze a vinte e quatro utilizadores80,00

c) De vinte e cinco a quarenta utilizadores.....110,00

Artigo 140.º- S

Outras atividades

1. Pela reserva de pista na Piscina Municipal, são devidos os seguintes valores

1.1 Na piscina de 25 m., máximo 14 utilizadores:

a) Aluguer pontual, 45 minutos35,00

b) Dez ou mais reservas de 45 minutos cada uma25,00

1.2 Na piscina de 16 m., máximo 8 utilizadores:

a) Aluguer pontual, 45 minutos25,00



b) Dez ou mais reservas de 45 minutos, cada uma20,00

2 – Festas de aniversário na piscina de 16 m:

a) Até dez crianças, sem lanche50,00

b) Por cada criança a mais, sem lanche5,00

c) Até dez crianças, com lanche100,00

d) Por cada criança a mais, com lanche10,00

CAPÍTULO VIII

CENTRO CULTURAL MALAPOSTA

SECÇÃO I

BILHETEIRA

Artigo 140.º- T

Bilhetes

Os valores de venda dos bilhetes são fixados em função das seguintes categoria do espetáculo:

A.....25,00

B.....20,00

C.....15,00

D.....12,50

E.....10,00

F.....7,50

G.....6,00

H.....5,00

I.....3,50

J.....3,00

K – Só praticado no âmbito da iniciativa “Encontro de Escolas no Teatro da Malaposta”2,00

Artigo 140.º- U

Cartões

1 - Cartão “Amigos da Malaposta” - Individual.....10,00

2 - Cartão “Família” (para agregados familiares com o mínimo de 5 pessoas)25,00

Artigo 140.º- V

Aluguer de espaços e serviços

1 - Auditório.....350,00



2 - Sala Experimental.....	200,00
3 - Foyer.....	350,00
4 - Sala de Espelhos.....	150,00
5 - Sala de Cinema.....	300,00
6 - Sala de “Café Teatro”	200,00
7 - Festas de Aniversário - sessão de teatro e lanche - preço mínimo/10 pessoas	120,00
8 – Pelo serviço de venda de bens consignados incide uma margem de 20% sobre aquele valor a favor do Município de Odivelas.	

Artigo 140.º- W

Ateliers e workshops

A realização de ateliers e workshops está sujeita ao pagamento dos valores definidos nas seguintes categorias::

A.....	200,00
B.....	100,00
C.....	75,00
D.....	50,00
E.....	25,00
F.....	3,00

CAPÍTULO IX

LOJA DO TURISMO

Artigo 140.º- X

Venda de produtos

1 1 - São devidos os seguintes valores pela aquisição de:

a) Pins.....	2,00
b) Cubo para fotografia - (cubo de marmelada)	3,00
c) Blocos de notas.....	4,00
d) Chapéu-de-chuva.....	12,00
e) Sacos.....	0,50
f) Marcador de livros (com íman)	2,50
g) Postais:	
g.1 Individual.....	0,50
g.2 Conjunto de seis	2,50
h) Magnéticos de frigorífico.....	1,50
i) Canetas.....	1,00
j) Colher de pau.....	1,50
k) Avental:	



k.1 Ajustável.....	7,00
K.2 Bicolor.....	9,00
l) Baralho de cartas.....	2,50
m) Leques.....	4,00
n) Pen USB (com molde)	5,50
o) Relógio.....	8,00
p) Caixa de lápis (criança)	2,50
q) Jogos.....	5,10
r) Lápis.....	1,00
s) Caneca	5,10
t) Chapéu de palha.....	3,60
u) Sacos de compra.....	2,60
v) Livros:	
v.1 Património Histórico e Cultural.....	8,00
v.2 Livros CMO	10,00
w) Emblemas:	
w.1 Estampados.....	2,50
w.2 Bordados.....	5,00
x) Miniatura de bilhas de Caneças.....	1,50

2 - Pelo serviço de venda de bens consignados incide uma margem de 10% sobre aquele valor a favor do Município de Odivelas.

CAPÍTULO X
UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO MULTIUSOS
SECÇÃO I
Multiusos - Atividades desportivas e outras

Artigo 140.º- Y

Utilização do Multiusos para atividades desportivas

Pela utilização do Pavilhão Multiusos com atividades desportivas, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela utilização da Nave 1:

a) Sem assistência:

a.1 Por uma hora.....100,00

a.2 Por três horas.....250,00

a.3 Por seis horas650,00



a.4 Por dez horas	900,00
a.5 Por dezasseis horas	1.200,00
b) Com assistência – Piso 1:	
b.1 Por uma hora.....	200,00
b.2 Por três horas.....	800,00
b.3 Por seis horas	1200,00
b.4 Por dez horas	1.500,00
b.5 Por dezasseis horas.....	1.800,00
c) Com assistência – Piso 1 e 2:	
c.1 Por uma hora.....	300,00
c.2 Por três horas.....	1.200,00
c.3 Por seis horas	1600,00
c.4 Por dez horas	2.000,00
c.5 Por dezasseis horas.....	2.300,00

2 - Pela utilização da Nave 2:

a) Sem assistência:	
a.1 Por uma hora.....	60,00
a.2 Por três horas.....	150,00
a.3 Por seis horas	350,00
a.4 Por dez horas	540,00
a.5 Por dezasseis horas	750,00
b) Com assistência – Galeria:	
b.1 Por uma hora.....	80,00
b.2 Por três horas.....	180,00
b.3 Por seis horas	400,00



b.4 Por dez horas600,00

b.5 Por dezasseis horas.....850,00

3 - Pela utilização dos Ginásios 1 e 3:

a) Por uma hora.....30,00

b) Por três horas.....75,00

c) Por oito horas200,00

d) Por dezasseis horas300,00

4 - Pela utilização do campo de squash, com utilização máxima de quatro utilizadores por aluguer:

a) Por 45 minutos – das 08:00h. às 18:00h.7,50

b) Por 45 minutos – das 18:00h. às 24:00h.10,00

c) Por 90 minutos – das 08:00h. às 18:00h.12,00

d) Por 90 minutos – das 18:00h. às 24:00h.17,00

5 - Pela utilização da Nave 1, em regime de exclusividade:

a) Com assistência – Piso 1:

a.1 Por três horas.....2.000,00

a.2 Por seis horas.....2300,00

a.3 Por dez horas2.500,00

a.4 Por dezasseis horas3.000,00

b) Com assistência – Piso 1 e 2:

b.1 Por três horas.....2.500,00

b.2 Por seis horas2750,00

b.3 Por dez horas3.000,00

b.4 Por dezasseis horas3.500,00

Artigo 140.º- Z

Utilização do Multiusos para outras atividades

Pela utilização do Pavilhão Multiusos com outras atividades, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela utilização da Nave 1:

a) Até 1000 pessoas

a.1 Por cinco horas.....1.800,00

a.2 Por dez horas2.200,00



a.3 Por vinte e quatro horas	2.600,00
b) Até 2500 pessoas	
b.1 Por cinco horas.....	2.000,00
b.2 Por dez horas	2.500,00
b.3 Por vinte e quatro horas	3.000,00
c) Até 4000 pessoas	
c.1 Por cinco horas.....	2.400,00
c.2 Por dez horas	3.000,00
c.3 Por vinte e quatro horas	3.500,00

2 - Pela utilização da Nave 2, até 800 pessoas:

a) Por uma hora.....	500,00
b) Por três horas	1.000,00
c) Por seis horas.....	1200,00
d) Por dez horas	1.400,00
e) Por vinte e quatro horas	1.800,00

3 - Pela utilização do auditório – 150 lugares sentado com sistema de som, de vídeo projeção e colocação de linóleo:

a) Por uma hora.....	100,00
b) Por quatro horas.....	250,00
c) Por dez horas	500,00
d) Por dezasseis horas	700,00

4 - Pela utilização da Nave 1, em regime de exclusividade:

b) Até 1000 pessoas	
a.1 Por cinco horas.....	2.200,00
a.2 Por dez horas	2.700,00
a.3 Por vinte e quatro horas	3.200,00
b) Até 2500 pessoas	
b.1 Por cinco horas.....	2.500,00
b.2 Por dez horas	3.000,00
b.3 Por vinte e quatro horas	3.500,00
c) Até 4000 pessoas	
c.1 Por cinco horas.....	2.700,00
c.2 Por dez horas	3.200,00
c.3 Por vinte e quatro horas	4.000,00



SECÇÃO II

Modalidades desportivas e outras

Artigo 140.º- AA

Inscrições

1 – Inscrição na “Escolinha de Futsal”	45,00
2 – Inscrição noutras modalidades.....	20,00
3 – Renovação de Inscrição noutras modalidades.....	10,00

Artigo 140.º- AB

Modalidades desportivas praticadas em ginásio

Pela frequência de aulas em ginásio do Pavilhão Multiusos, são devidos os seguintes valores:

1 – Ballet, hip hop e aulas de grupo, pagamento mensal:

1x Semana	20,00
2x Semana.....	29,00
3x Semana.....	39,00

2 - Livre-trânsito em aulas de grupo, podendo incluir utilização, sem limite, do Ginásio de Cardiofitness e Musculação, pagamento mensal.....	45,00
--	--------------

Artigo 140.º- AC

Modalidades de combate praticadas em ginásio

Pela prática de modalidades de combate em ginásio do Pavilhão Multiusos, são devidos os seguintes valores:

1 - Pela prática de Karaté, pagamento mensal:

a) Três vezes por semana,	30,00
b) Mais cardiofitness e Musculação.....	55,00

2- Kickboxing, Judo e Jiu jitsu/ MMA, pagamento mensal:

a) Duas vezes por semana.....	20,00
b) Três vezes por semana,	30,00



- c) Mais cardiofitness e Musculação.....55,00

Artigo 140.º- AD

Ginásio de cardiofitness e musculação

Pela utilização dos ginásios para a prática de cardiofitness e musculação, é devido mensalmente o valor de:

- a) Sem limite de utilização, na prática de cardiofitness e musculação.....35,00
- b) Mais karaté ou judo ou kickboxing ou jiu jitsu/MMA55,00
- c) Módulo de um dia, por pessoa e válido por 30 dias.....10,00
- d) Módulo de dez dias, por pessoa e válido por 30 dias.....50,00

Artigo 140.º-AE

“Escolinha de futsal”

- 1- Pela prática do Futsal, duas vezes por semana, pagamento mensal.....35,00
- 2 - Pela aquisição de equipamento:
- a) Tshirt.....13,90
- b) Calção.....9,50
- c) Meias.....5,90

Artigo 140.º- AF

Squash

Pela prática de *Squash* em ginásio do Pavilhão Multiusos, são devidos os seguintes valores:

1 - Duração 45 minutos,

- a) Horário diurno – até às 18 h7,50
- b) Horário noturno – após as 18 h10,00

2 - Duração 90 minutos,

- a) Horário diurno – até às 18 h12,00
- b) Horário noturno – após as 18 h17,00



SECÇÃO III

Terapias e sessões de bem-estar

Artigo 140.º- AG

Terapias

Pela frequência de sessões terapêuticas individuais em gabinete, são devidos os seguintes valores:

- a) Massagem terapêutica, pontual, com a duração máxima de trinta minutos.....15,00**
- b) Massagem terapêutica, uma vez por semana, com a duração máxima de 30 minutos.....40,00**

Artigo 140.º- AH

Sessões de bem-estar

Pela frequência de sessões de bem-estar, são devidos os seguintes valores:

- a) Massagem de relaxamento, pontual, com a duração máxima de 30 minutos15,00**
- b) Massagem de relaxamento, uma vez por semana, com a duração máxima de trinta minutos, pagamento mensal.....50,00**



LIVRO IV

NORMAS DE

LIQUIDAÇÃO E

COBRANÇA



CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Artigo 141.º

Âmbito de aplicação

As normas do presente Livro apenas são aplicáveis às disposições previstas no Livro II, exceto as normas quanto ao modo de pagamento e do pagamento em prestações, que também são aplicáveis às disposições do Livro III.

CAPÍTULO II

GARANTIAS FISCAIS

Artigo 142.º

Garantias fiscais

- 1 - Os sujeitos passivos das taxas para as autarquias locais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2 - À reclamação graciosa ou impugnação judicial da liquidação e cobrança de taxas, encargos de mais-valias e demais receitas de natureza fiscal, aplicam-se as normas da Lei Geral Tributária e as do Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.
- 3 - Compete ao órgão executivo a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas e outras receitas municipais, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Código de Procedimento e de Processo Tributário.
- 4 - A reclamação é deduzida perante o órgão que efetuou a liquidação da taxa no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 5 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 6 - Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 7 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no número 2, do presente artigo.

Artigo 143.º

Princípio da participação

- 1 – A participação dos contribuintes na formação das decisões que lhes digam respeito pode efetuar-se sempre que a lei não prescrever em sentido diverso, por qualquer das seguintes formas:
 - a) Direito de audição antes da liquidação;
 - b) Direito de audição antes do indeferimento total ou parcial dos pedidos, reclamações, recursos ou petições;



- c) Direito de audição antes da revogação de qualquer benefício ou ato administrativo em matéria fiscal;
- d) Direito de audição antes da decisão de aplicação de métodos indiretos;
- e) Direito de audição antes da conclusão do relatório do serviço de Execução Fiscal.

2 – É dispensada a audição no caso de a liquidação se efetuar com base na declaração do contribuinte ou a decisão do pedido, reclamação, recurso ou petição lhe for favorável.

3 – Tendo o contribuinte sido anteriormente ouvido em qualquer das fases do procedimento a que se referem as alíneas b) a e) do n.º 1, do presente artigo, é dispensada a sua audição antes da liquidação, salvo em caso de invocação de factos novos sobre os quais ainda se não tenha pronunciado.

4 – O direito de audição deve ser exercido no prazo de 10 dias, a contar da data do seu conhecimento.

5 – Em qualquer das circunstâncias referidas no n.º 1, do presente artigo, para efeitos do exercício do direito de audição, deve comunicar-se ao sujeito passivo o projeto de decisão e sua fundamentação, nos termos do artigo 152º, do presente Regulamento.

Artigo 144.º

Decisões sujeitas a audiência prévia

Deverão ser objeto de audiência dos contribuintes, as decisões:

- a) Que se fundamentam em factos não revelados nos pedidos, petições, reclamações ou recursos hierárquicos apresentados pelos contribuintes;
- b) Que se fundamentam em elementos que já deveriam ter sido submetidos a audiência prévia, mas em que esta formalidade não foi cumprida;
- c) Em que o órgão com competência para decidir altera o sentido do projeto de decisão e respetiva fundamentação, anteriormente submetido a audiência prévia;
- d) Em que o órgão com competência para decidir altera o projeto de decisão favorável ao contribuinte.

Artigo 145.º

Momento em que é feita a audiência prévia

1 - A audiência prévia é feita após a conclusão do procedimento e antes de ser proferida a decisão ou antes do relatório final ou nos casos de procedimento de inspeção tributária.

2 - Compete a quem elabora a proposta de decisão final ou relatório final, consoante o caso, propor a audiência prévia, oral ou escrita e o prazo do seu exercício, bem como informar das situações em que esta não deve ocorrer, nos termos dos artigos 148º e 149º, do presente Regulamento.

Artigo 146.º

Forma e conteúdo da comunicação

1 - A audiência prévia concretiza-se pelo conhecimento presencial ou pelo envio ao destinatário, mediante carta registada, do resumo das conclusões da informação ou relatório que contenha os elementos que fundamentam o projeto de decisão ou fotocópia da própria informação ou relatório, de modo a que o



destinatário tenha conhecimento de todos os pressupostos de facto e de direito suscetíveis de influenciar a decisão.

2 - Da notificação deverá ainda constar, de acordo com o n.º 2 do artigo 122.º, do CPA, a indicação das horas e o local onde o processo poderá ser consultado.

Artigo 147.º

Efeitos da audiência prévia no procedimento

1 – Caso o direito de audiência prévia não seja exercido dentro do prazo fixado ou a resposta não forneça elementos novos, a decisão será tomada de acordo com a proposta e os elementos constantes do processo.

2 – Caso sejam fornecidos novos elementos, estes são obrigatoriamente analisados, devendo a sua não aceitação ser fundamentada, ainda que de forma sucinta.

Artigo 148.º

Decisões excluídas de audiência

1 – Nos termos do n.º 2, do artigo 60.º, da LGT, exclui-se, expressamente, a obrigatoriedade de audiência prévia dos contribuintes, quando:

- a) A liquidação do tributo se efetuar com base na declaração do contribuinte;
- b) A decisão do pedido, reclamação, recurso ou petição for totalmente favorável ao contribuinte.

2 – Nos termos do n.º 2, do artigo 56.º, da LGT, não haverá direito de participação, por não haver dever de decisão, quando:

- a) A administração tributária se tenha pronunciado há menos de dois anos sobre pedido do mesmo autor com idêntico objetivo e fundamento;
- b) Tiver sido ultrapassado o prazo legal de revisão do ato tributário.

3 – Nos termos da alínea c), do artigo 2.º, da LGT, não há lugar à audiência dos interessados, nas situações previstas no artigo 124.º do CPA.

Artigo 149.º

Decisões em que poderá ser dispensada a audiência dos interessados

A audiência dos interessados poderá ser dispensada, sem prejuízo da necessária ponderação do caso concreto e de adequada fundamentação, nomeadamente, quando:

- a) A administração tributária, apenas, aprecie os factos que lhe foram dados pelo contribuinte, limitando-se na sua decisão a fazer a interpretação das normas legais aplicáveis ao caso, encontrando-se nesta situação todas as decisões sobre petições, requerimentos, reclamações e recursos em que a administração se limita a concluir, face aos factos e argumentos invocados pelo contribuinte e a lei aplicável, pela improcedência da sua pretensão;



- b) A administração tributária atue, exclusivamente, no âmbito de poderes vinculados como nas liquidações que a administração tributária efetua, por imposição legal, com base na totalidade da matéria coletável do exercício mais próximo que se encontrar determinada;
- c) A administração tributária pratique um ato com base em factos já submetidos, noutra fase do procedimento, a audiência dos contribuintes.

CAPÍTULO III

LIQUIDAÇÃO

Artigo 150.º

Liquidação

A liquidação das taxas e outras receitas municipais consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores definidos no presente regulamento e dos elementos fornecidos pelos interessados, considerando os procedimentos previstos na Secção I, do Capítulo IV, do presente livro.

Artigo 151.º

Taxas resultantes de deferimento tácito

As taxas a aplicar em todas as situações em que ocorram deferimentos tácitos são de igual valor às dos respetivos atos expressos.

Artigo 152.º

Notificação

A liquidação é notificada ao interessado pelas formas legalmente admitidas e nela deverá constar a decisão, os fundamentos de facto e de direito, os meios de defesa contra o ato de liquidação, o autor do ato e a menção da respetiva delegação ou subdelegação de competências, bem como o prazo de pagamento voluntário, estipulado no artigo 23º, do presente Regulamento.

Artigo 153.º

Procedimento na liquidação

1 - A liquidação das taxas e outras receitas municipais constará de documento próprio no qual se deverá fazer referência aos seguintes elementos:

- a) Enquadramento no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais;
- b) Discriminação do ato ou facto sujeito a liquidação;
- c) Identificação do sujeito passivo;
- d) Cálculo do montante a pagar.

2 - O documento mencionado, no número anterior, designa-se *Nota de Liquidação*, ou outra expressão equivalente, e fará parte integrante do respetivo processo administrativo.



Artigo 154.º

Revisão do ato de liquidação

Poderá haver lugar à revisão do ato de liquidação oficiosamente ou por iniciativa do sujeito passivo, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária e com fundamento em erro de facto ou de direito.

Artigo 155.º

Revisão oficiosa do ato de liquidação

- 1 - Quando por erro imputável aos serviços tenha sido liquidada quantia superior à devida ou se verifique ter havido prejuízo para o Município, o serviço liquidador deve promover, de imediato, desde que não haja decorrido o prazo previsto na Lei Geral Tributária sobre o pagamento, e independentemente de reclamação ou impugnação do interessado, a sua restituição ou liquidação adicional.
- 2 - O devedor é notificado, por carta registada com aviso de receção.
- 3 - Da notificação devem constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante em dívida ou a ser ressarcido, o prazo de pagamento, e a advertência de que o não pagamento, no prazo fixado, implica a cobrança coerciva.
- 4 - Não haverá lugar a liquidação adicional ou a restituição oficiosa de quantias iguais ou inferiores a 2,50 €.

Artigo 156.º

Revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo

- 1 - Requerimento de revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deverá ser instruído com os elementos necessários que fundamentam o erro de facto ou de direito invocado, no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 2 - Quando o erro do ato de liquidação advier e for da responsabilidade do próprio sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexatidão de declaração a cuja apresentação estivesse obrigado, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, este será responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis por lei ou regulamento.
- 3 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 - Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação.



CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO E DO NÃO PAGAMENTO

SECÇÃO I Do pagamento

Artigo 157.º

Pagamento

- 1 - As taxas das autarquias locais extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção, nos termos da Lei Geral Tributária.
- 2 - As taxas das autarquias locais podem ser pagas por dação em cumprimento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público.
- 3 - Não pode ser praticado nenhum ato ou facto sem prévio pagamento das taxas e outras receitas municipais previstas no presente Regulamento.
- 4 - Os sujeitos passivos que façam uso regular de um bem municipal, podem efetuar os pagamentos devidos por essa utilização, mensalmente, desde que o pagamento ocorra até ao dia 8 de cada mês.
- 5 - Os pagamentos devidos anualmente devem ser efetuados até ao dia 31 de janeiro do ano a que correspondem.
- 6 - Salvo regime especial, as taxas e outras receitas previstas no presente Regulamento, devem ser pagas na Tesouraria Municipal, ou nos seus postos de cobrança.

Artigo 157.º-A

Pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas

- 1 - O pagamento das mensalidades individuais é realizado até ao dia 10 do mês a que diga respeito.
- 2 - Em todas as atividades que impliquem inscrição, a mensalidade de julho é paga de forma repartida no segundo e no terceiro mês de frequência.
- 3 - O pagamento das sessões pontuais, bem como, dos serviços associados à utilização do espaço é realizado no ato da marcação dos mesmos.
- 4 - O pagamento das mensalidades dos grupos é realizado até ao final do mês a que diga respeito.

Artigo 158.º

Pagamento em prestações²

- 1 - Compete à Câmara Municipal autorizar o pagamento em prestações, podendo esta delegar no seu Presidente, com a faculdade de subdelegação, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário e da Lei Geral Tributária, desde que se encontrem reunidas as condições para o efeito, designadamente a comprovação da situação económica do requerente que não lhe permite o pagamento integral de uma só vez, no prazo estabelecido para o pagamento voluntário, sem prejuízo do que

² Ver redação do artigo 167.º



especificamente se encontra estabelecido no presente Regulamento e no artigo 117.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

2 - O pagamento em prestações poderá ser efetuado até um máximo de seis prestações mensais, sempre que o valor apurado para cada prestação não seja inferior a 1 UC, salvo disposição legal em contrário.

3 - No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, no máximo de 6, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante, desde o termo do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.

4 - O pagamento de cada prestação deverá ocorrer até ao dia 08 do mês a que esta corresponder.

5 - A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

6 - A autorização do pagamento de taxas, em prestações, está condicionada à prestação de caução, salvo disposição legal em contrário.

7- Nas taxas a que se refere o n.º 4 do artigo 51.º do presente regulamento, com um valor superior a €1.000,00, pode ser aceite o pagamento em prestações, por prazo não superior a 5 anos, mediante requerimento fundamentado dos interessados e sempre que o valor apurado para prestação não seja inferior a 1 UC, salvo disposição legal em contrário.

8- O pagamento em prestações das taxas devidas nos termos do n.º 4 do artigo 51.º do presente regulamento pode ser, em casos devidamente fundamentados, dispensado da prestação de caução prevista no n.º 6 do presente artigo, podendo também ser suspensa a aplicação de juros.

Artigo 159.º

Áreas urbanas de génese ilegal e bairros de origem ilegal

1 - O pagamento das taxas previstas no n.º 2 do artigo 51.º, do presente Regulamento, deverá ocorrer no prazo de um ano após emissão do título de reconversão ou até a admissão das comunicações prévias das construções abrangidas pelo referido título de reconversão, caso estas ocorram em data anterior.

2 – As taxas liquidadas nas alterações aos alvarás de loteamento emitidos para as AUGI e bairros de origem ilegal poderão ter condições de pagamentos especiais, iguais às decorrentes de operação de reconversão, desde que aprovadas pela Câmara Municipal.

3 - (Revogado)

4 - (Revogado)

SECÇÃO II

Do não pagamento

Artigo 160.º

Incumprimento

1 - São devidos juros de mora pelo cumprimento extemporâneo da obrigação de pagamento de taxas das autarquias locais.



2 - As dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.

3 - Não pode ser negado a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado autárquico em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada, nos termos da lei, garantia idónea.

Artigo 160.º-A

Incumprimento do pagamento pela utilização dos complexos das Piscinas Municipais e do Multiusos de Odivelas

1 - Findo o prazo determinado no número 1 do artigo 157.º-A do presente regulamento, o pagamento é agravado:

- a) Nos sete dias seguintes em 5%;
- b) Do oitavo dia até ao final do mês a que diga respeito, em 20%.

2 - Findo o prazo determinado no número 4 do artigo 157.º-A do presente regulamento, o pagamento só poderá ser efetuado nos dez dias subsequentes agravado em 20%.

3. É considerada desistência, o não pagamento da mensalidade devida até ao final dos prazos definidos nos números anteriores.

Artigo 161.º

Cobrança coerciva

1 - Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas que não impliquem a execução imediata do direito requerido e cujos procedimentos administrativos não tenham caducado, constituem débitos ao Município, vencendo-se juros de mora à taxa legal.

2 - Consideram-se em débito todas as taxas e outras receitas municipais, relativamente às quais o contribuinte obteve o gozo, o serviço ou um benefício, sem o respetivo pagamento.

3 - O não pagamento das taxas e de outras receitas municipais implica a extração das respetivas certidões de dívida e o seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.

4 - Para além da execução fiscal, o não pagamento das licenças ou autorizações renováveis implica também a sua não renovação, para o período imediatamente seguinte.



SECÇÃO III

Caducidade e prescrição

Artigo 162.º

Caducidade

O direito de liquidar a taxa caduca se não for validamente notificada ao sujeito passivo, no prazo de quatro anos, a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

Artigo 163.º

Prescrição

1 - As dívidas por taxas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos, a contar da data em que o facto tributário ocorreu.

2 - A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.

3 - A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano, por facto não imputável ao sujeito passivo, faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 164.º

Revisão do presente Regulamento

(Revogado)

Artigo 165.º

Revogação

É revogado o Regulamento de Taxas, Tarifas e Outras Receitas do Município de Odivelas e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança, aprovado na 3.ª reunião ordinária da CMO, realizada no dia 13 de fevereiro de 2008 e pela Assembleia Municipal de Odivelas, na 2.ª reunião da 1.ª Sessão Ordinária, realizada a 28 de fevereiro de 2008 e publicado no Boletim Municipal, Edição especial n.º 1, de 04 de março de 2008.

Artigo 166.º

Vigência

1 - O Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, bem como as disposições respeitantes à sua liquidação e cobrança, entra em vigor no dia útil, imediatamente seguinte à sua publicação.

2 – Excecionam-se do número anterior, os artigos 10.º-C, 10.º-D, 140.º-C a 140.º-W e 140.º-Y a 140.º-AG, que entram em vigor no dia útil imediatamente seguinte à publicação, no Boletim Municipal da Câmara



Municipal de Odivelas, da deliberação que aprova a conclusão do processo de internalização da empresa municipal *Municipália – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, EM*.

Artigo 167º

Medidas de Incentivo à Reabilitação Urbana e às Atividades Económicas

- 1. Como estratégia de incentivo à concretização de programas no âmbito da Reabilitação Urbana, e desde que inseridas nas áreas legalmente previstas para o efeito, serão isentas as obras relativas a edificação, do pagamento das taxas previstas nos artigos 40º, 43º, 44º e 46º a 48º do presente regulamento.**
- 2. As obras de reabilitação de edifícios definidas no número anterior, são igualmente isentas do pagamento das taxas previstas no artigo 54º do presente regulamento.**
3. Como estímulo e apoio à reconversão urbanística, fica suspensa da aplicação de juros sobre o pagamento fracionado de taxas nas situações previstas no número 7 do artigo 158.º.
- 4. Aumento do prazo máximo para o pagamento fracionado de taxas, de 3 para 5 anos, nas situações previstas no número 7 do artigo 158.º.**
- 5. O valor mínimo de pagamento mensal previsto no número 7 do artigo 158.º é reduzido para 1 UC, independentemente do valor liquidado.**
- 6 - As pessoas que comprovem insuficiência económica, nos termos da legislação geral, podem requerer o pagamento de taxas em prestações mensais, até ao limite máximo de 12, em valor a definir em função da insuficiência económica efetivamente comprovada, dispensando-se da prestação da caução prevista no artigo 158.º.
- 7 – Como estímulo à atividade económica, são reduzidas em 30 % as taxas de ocupação de espaço público nas situações previstas no **artigo 59.º**.
- 8 – Como estímulo ao empreendedorismo e á criação do próprio emprego são reduzidas em 50% nas taxas previstas no artigo 109.º e 110.º.